



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**A INCLUSÃO SOCIAL PELAS ARTES**

Contributo para uma política cultural inclusiva na

Região do Algarve

Joana Isabel Pereira Felizardo

Mestrado em Gestão Cultural

Especialidade em Cidades Criativas

Trabalho efetuado sobre a orientação de: Professora Doutora Miriam Estela Nogueira Tavares

2012



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**A INCLUSÃO SOCIAL PELAS ARTES**

Contributo para uma política cultural inclusiva na

Região do Algarve

Joana Isabel Pereira Felizardo

Mestrado em Gestão Cultural

Especialidade em Cidades Criativas

Trabalho efetuado sobre a orientação de: Professora Doutora Miriam Estela Nogueira Tavares

2012

## **A INCLUSÃO SOCIAL PELAS ARTES**

Contributo para uma política cultural inclusiva na

Região do Algarve

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

Joana Isabel Pereira Felizardo

Copyright em nome de Joana Isabel Pereira Felizardo aluna da Ualg, “A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor”.

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Índice de Figuras.....	10
Índice de Tabelas.....	11
Lista de Siglas.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
<b>Capítulo I - A exclusão social- um conceito revisitado ou o estado das artes de forma abreviada.....</b>	<b>20</b>
1. Exclusão social, a face oposta de uma “moeda social”.....	20
2. Um conceito de raízes antigas privilegiado pelas ciências sociais.....	21
3. Exclusão social, a “nova questão social” do séc. XX.....	22
4. Expressão de utilização extensiva revela necessidade de clarificação conceptual.....	23
4.1. Fenómeno complexo, de natureza multidimensional e cumulativa.....	25
4.2. A quebra de laços com a cidadania.....	28
<b>Capítulo II – A inclusão social no horizonte das artes e da cultura e da Política Cultural.....</b>	<b>30</b>
1.A inclusão social, um processo de duplo sentido.....	30
1.1.Refletir (indo) sobre a integração no âmbito da inclusão social.....	32
2.A cultura, ativadora de inclusão social.....	33
2.1. A União Europeia, cultura e direitos culturais.....	35
2.2. A cultura e a inclusão social na lei.....	37
3. O papel das artes na inclusão social.....	40
3.1. Os impactos das artes nos indivíduos e na comunidade.....	41
3.2. Bons princípios na inclusão social pelas artes.....	50
3.2.1. A questão da avaliação sobre os impactos das artes na inclusão social.....	51
4. Política cultural, articulações e visões.....	53
5. Gestão Cultural, articulação no tecido social.....	55
5.1. O gestor cultural na função de mediador social.....	57
PARTE II- ESTUDO EMPÍRICO.....	59
<b>Capítulo III – Opções metodológicas.....</b>	<b>60</b>
1.Problemática e motivações para o estudo.....	60
2.Questões e objetivos da investigação.....	62
3.Fundamentação das opções metodológicas.....	64
4.Protagonistas do estudo.....	65
5.Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	69
5.1. A entrevista.....	69
5.1.1. Análise de conteúdo.....	71
5.2. O inquérito.....	71
5.3. Análise estatística.....	73
6. Procedimentos de recolha de dados.....	74
7. Procedimentos de análise de dados.....	78
PARTE III- RESULTADOS.....	79
<b>IV. Apresentação e discussão dos resultados.....</b>	<b>80</b>
1. Introdução.....	81

2. Análise das questões comuns colocadas ao grupo A.....	82
2.1. Política Cultural e a Inclusão social.....	82
2.1.1 Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social.....	83
2.2.O impacto da arte na inclusão social.....	84
2.2.1. Contribuição da arte para a inclusão social.....	84
2.2.2. Contribuição da arte para uma sociedade mais inclusiva.....	86
2.2.2. Contribuição para o conhecimento.....	87
2.2.3. Fomentar a cidadania.....	88
2.3.O projeto Lugares Mágicos.....	89
2.3.1.O conceito de inclusão social no PLM.....	89
2.3.2.Boas práticas do projeto.....	90
2.3.3. A avaliação do projeto Lugares Mágicos.....	92
3.Análise das questões específicas colocadas ao grupo A.....	93
3.1.Direção Regional da Cultura do Algarve.....	93
3.1.1.Inclusão social foi tida em consideração no estabelecimento da Política Cultural da Região?.....	95
3.1.2. 2Considera que a Política Cultural contribui para uma sociedade mais inclusiva?.....	95
3.1.3 Tiveram em consideração o panorama social da região do Algarve?.....	95
3.1.4.Quais foram as razões que levaram a DRCAIlg a promover um projeto de inclusão pelas artes?.....	95
3.1.5Porque decidiram convidar o Atelier Educativo a colocar em prática um projeto de âmbito de inclusão pela arte?.....	95
3.1.6Quais os objetivos pretendidos quando foi pensado o projeto “Lugares Mágicos?.....	95
3.2. Associação Atelier educativo.....	96
3.2.1.Quais os motivos que levou o Atelier e aceitar este desafio?.....	97
3.2.2.Quais os objetivos delineados aquando do desenho do projeto “Lugares Mágicos.....	97
3.2.3 Como foi feita a escolha das instituições.....	97
3.2.4.Qual a receptividade das instituições face a este projeto?.....	97
3.3.Instituições.....	99
3.3.1. Quais os motivos que levaram a Vossa instituição fazer parte deste projeto? .....	99
3.3.2. Considera que este projeto teve impacto nos participantes da Vossa instituição? (individual, grupal, social).....	99
3.3.3. A Vossa instituição participa e/ou participou em outras iniciativas de inclusão pela arte?.....	99
3.3.4. Na sua opinião acha necessário a continuidade destes projetos? De que forma?.....	99
3.3.5. Apoios na área das artes.....	99
3.4.Artistas- tutores.....	100
3.4.1. Qual(ai)s o(os) motivo(os) que o levou(aram) a fazer parte deste projeto?.....	100
3.4.2. Considera pertinente a realização deste tipo de projetos?.....	100
5. Análise das questões colocadas aos participantes.....	101
5.1.Análise sociodemográfica.....	102
5.1.1.Município de residência.....	102
5.1.2.Idade.....	102
5.1.3.Género sexual.....	102
5.2. Impactos percecionados.....	103
5.2.1.Gostaste de participar no ateliê? .....	104

5.2.1.1.Porquê? .....	104
5.2.2. O que mais gostaste do ateliê?.....	105
5.2.2.1.Porquê? .....	105
5.2.3.Gostarias de participar em outros ateliês? .....	106
5.2.3.1Porquê?.....	106
5.2.4.O que aprendeste no ateliê? .....	107
5.2.5. Já tinhas trabalho com arte? .....	107
5.2.5.1.Em que situações? .....	108
5.2.6. Sentes que fizeste amigos aqui? .....	108
5.2.6.1. Porquê? .....	109
5.2.7.Sentes que estás mais amigo dos teus colegas/ amigos? .....	110
5.2.7.1.Porquê? .....	110
5.2.8. Sentes que estás mais confiante? .....	111
5.2.8.1.Porquê? .....	111
5.2.9.Melhoraste a tua forma de pensar e consegues expressar melhor a tua opinião?.....	112
5.2.9.1.Porquê? .....	113
5.2.10.Trabalhas melhor em grupo?.....	114
5.2.10.1Porquê? .....	114
5.2.11.Sentes-te mais autónomo? .....	115
5.2.11.1.Porquê? .....	115
CONCLUSÕES .....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS .....	122

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste estudo. Agradeço aos meus pais, namorado, família e amigos pelo apoio e incentivo que me transmitiram ao longo desta interessante caminhada. Agradeço a disponibilidade de todos os envolvidos no Projeto “Lugares Mágicos”. Um especial agradecimento à professora Miriam Tavares pela orientação na concretização deste estudo.

## **Resumo**

O presente estudo apresenta como temática a inclusão social pelas artes e realça o papel ativo que a Política cultural pode deter neste âmbito. A Política Cultural, ao privilegiar como campo de atuação o tecido social envolvente, possibilita a materialização da condição de cidadania através da participação social. Assumindo a participação social como uma manifestação da inclusão social, pretende-se demonstrar que a esfera cultural, nomeadamente, a Política Cultural, pode potencializar e devolver a possibilidade de participação social e prover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais através das artes. Com base no estudo de caso do projeto de inclusão e educação pelas artes “Lugares Mágicos”, levado a cabo pela Associação Atelier Educativo e pela Direção Regional da Cultura do Algarve, propusemo-nos a verificar o impacto que um projeto deste âmbito nos envolvidos. A recolha de dados foca a importância de avaliação formal do projeto e a relevância desta para fomentar, de forma sustentada, o tornar da inclusão social um lugar-comum na agenda da Política Cultural na região do Algarve. Desta forma, os resultados apurados pretendem fomentar o culminar do estudo num contributo singular de sugestão de atuação ativa da Política Cultural face à inclusão social, na região do Algarve.

**Palavras-chave:** Exclusão social, Inclusão social, Política cultural, Cultura, Impactos da Arte.

## **Abstract**

The present study is subordinated to the subject of Social Inclusion through Art and highlights the active role Cultural Policies may perform in this area. By privileging the enveloping social intertwinement as a field of action, Cultural Policies urge the materialization of the condition of citizenship through social participation.

Having assumed social participation is a manifestation of social inclusion, this study aims at showing how the cultural sphere, namely Cultural Policies, will promote and develop social participation as well as enhance the development of personal and social competences. Through the case study of the project of Inclusion and Education through Art, “Magical Places”, coconducted by the *Associação Atelier Educativo* (Educative Workshop Association) and the *Direção Regional da Cultura do Algarve* (Regional Office for Algarve’s Culture), we proposed to ascertain the impact of such project on the subjects involved. The data collected evidences the importance of the formal evaluation of the process and its relevance in sustainably promoting social inclusion as an agenda item of the Cultural Policies of the Algarve.

Thus, the results obtained intend to provide a singular contribution by suggesting active intervention of Algarve’s Cultural Policies as far as social inclusion is concerned.

**Key-words:** Social exclusion, Social inclusion, Culture, Arts, Cultural Policies, Art impact.

## Índice de figuras

Figura 4.1. Distribuição dos participantes município de residência .....	103
Figura 4.2. Distribuição dos participantes por intervalo de idades.....	103
Figura 4.3. Distribuição dos participantes por género sexual.....	103
Figura 4.4 – Razões da apreciação do ateliê.....	104
Figura 4.5. O que mais gostaste do ateliê.....	105
Figura 4.6. Gostarias de participar noutros ateliês?.....	106
Figura 4.7. Razões para participação noutros ateliês?.....	106
Figura 4. 8. Impacto ao nível das aprendizagens no ateliê .....	107
Figura 4.9 Experiência anterior com arte.....	108
Figura 4.10 Em que situação? .....	108
Figura 4.11 Impacto no aumento das amizades.....	109
Figura 4.12 Razões do aumento das amizades.....	109
Figura 4.13 Impacto no fortalecimento dos laços de amizade.....	110
Figura 4.14 Impacto ao nível da confiança .....	111
Figura 4.15 Razões do impacto na confiança .....	111
Figura 4.16 Impacto na forma pensar e de expresser opinião .....	112
Figura 4.17 Razões do impacto ao nível da capacidade de raciocínio e de comunicação .....	113
Figura 4.18 Impacto ao nível da capacidade de trabalhar em grupo.....	114
Figura 4.19 Razões da apreciação do trabalho em grupo.....	114
Figura 4.20 Impacto ao nível da autonomia.....	115
Figura 4.21 Motivos do impacto ao nível da autonomia .....	115

## Índice de tabelas

Tabela 2.1.- Mecanismos do Impacto das Artes.....	44
Tabela 2.2. - Seleção dos impactos reivindicados nas artes.....	46
Tabela 2.3 – Revisão da literatura sobre o impacto das artes .....	47
Tabela 2.4 - Investigação primária – impactos das atividades artísticas.....	48
Tabela 2.5 – Os melhores princípios .....	50
Tabela 3.6. - Caracterização geral dos protagonistas do grupo A.....	67
Tabela 3.7. - Caracterização dos protagonistas do Grupo B.....	68
Tabela 3.8. – Guião com as questões comuns aos mentores, instituições e artistas.....	74
Tabela 3.9. – Guião com as questões específicas para a Direção Regional da cultura do Algarve.....	75
Tabela 3.10 - Guião com as questões específicas para a Associação Atelier Educativo.....	75
Tabela 3.11. – Guião com as questões específicas para as instituições.....	76
Tabela 3.12.- Guião com as questões específicas para os artistas.....	76
Tabela 3.13.- Guião com as questões do questionário.....	76
Tabela 4.14 - Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social.....	83
Tabela 4.15. - Contribuição da arte para a inclusão social.....	84
Tabela 4.16. - Contribuição para o conhecimento.....	88
Tabela 4.17 – Fomento da cidadania.....	88
Tabela 4.18- O conceito de inclusão social no PLM.....	89
Tabela 4.19. - Boas práticas do projeto.....	90
Tabela 4.20. – A avaliação do projeto Lugares Mágicos.....	91
Tabela 4.21.- Relação perguntas- respostas da Direção Regional da Cultura do Algarve .....	92
Tabela 4.22. - Relação perguntas- respostas da Associação Atelier Educativo.....	96
Tabela 4.23. - Relação perguntas- respostas das Instituições .....	98
Tabela 4.24. - Relação perguntas- respostas dos Artistas Tutores.....	100

## Lista de siglas

CEE	Comunidade Económica Europeia
CIDESC	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
ES	Exclusão Social
GC	Gestão Cultural
IS	Inclusão Social
PC	Política Cultural
PLM	Projeto Lugares Mágicos
QREN	Quadro Estratégico Comum da União Europeia
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## INTRODUÇÃO

---

O fenómeno da globalização, a par da transição da sociedade industrial para a sociedade informacional e da comunicação, gerou relevantes transformações sociais, tais como “crises de identidade, desajustamento das formas de socialização, fragilização das redes tradicionais de solidariedade das formas de proteção dos indivíduos” (Covas, 2001) e causou instabilidade profissional, sendo que foi esta última causa que esteve na origem do aparecimento de uma nova forma de exclusão social, o desemprego estrutural, que na década de 80 do séc. XX ficou conhecida como a “nova questão social” séc. XX.

Estes novos paradigmas, ainda que, de forma morosa, inspiraram o desenvolvimento de orientações e a aplicação de medidas, mas com pouco impacto, no âmbito da inclusão social. De facto, embora o conceito de pobreza já tivesse sido reconhecido em documentos universais, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), em 1948, e em documentos da União Europeia (EU) desde 1975, só na década de noventa é que se começam a observar iniciativas de luta pela inclusão social, a nível internacional e a nível nacional.

As agendas políticas, europeias e nacionais, conseqüentemente, começam a delinear como metas a inclusão e o “crescimento inclusivo”. Previa-se uma mudança de atuação inscrita nos novos documentos orientadores. Um dos marcos relevantes aconteceu em março do ano 2000 com a Estratégia de Lisboa 2010, lançada pela Comissão Europeia, com os objetivos de tornar a Europa “ na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social” até 2010. Passados dez anos, em junho de 2010 foram estabelecidos os novos princípios orientadores pela Estratégia Europa 2020 que visavam “ um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da União Europeia”. Este acontecimento coincidiu com o lançamento do Ano Europeu da Luta Contra a Exclusão Social e a Pobreza no mesmo ano. Mais recentemente, em Portugal, a 8 de novembro de 2012 foi aprovada uma

Resolução pelo Conselho de Ministros com as orientações políticas para a programação do Quadro Estratégico Comum da União Europeia (QREN) para 2014-2020 onde é focada a inclusão social. De entre as prioridades para o desenvolvimento rural, marinho e pescas focam a inclusão social como matéria de atuação explícita no objetivo que visa o “reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social, assegurando o desenvolvimento do programa de emergência social, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social” (Sítio do Observatório do QREN, 2013).

As medidas sobre a exclusão social que visam a inclusão social devem ser tomadas com base na transversalidade e multidimensionalidade que caracterizam o processo de exclusão social, refletido na sua abrangência às diversas esferas da sociedade. A questão social do séc. XX, dotada de uma desigualdade multidimensional, expansiva e complexa, manifesta-se de várias formas. Uma das suas dimensões é a exclusão da esfera social pela forma de privação de participação social e de cidadania. Segundo Capucha (2000) “é, portanto, necessário desenvolver políticas específicas de combate à exclusão social” que deverão obedecer, de entre outros critérios, à multidimensionalidade e transversalidade. Para o autor “a promoção da inserção social e profissional dos grupos desfavorecidos implica uma abordagem que toque coerentemente todos os aspetos relevantes da sua vida”, entre os quais a “cultura” (p. 30). Neste conceito, a cultura é indicada como uma área de atuação que poderá trazer resultados na questão da inclusão social. Pode-se até completar referindo que é um dos devires da cultura fomentar a participação social. Filosofia de ação que deverá ser tida em conta pelas Políticas culturais. Capucha (2000) sugere que “pode-se equacionar as políticas culturais em função da inclusão social, um caminho em sociedades de profundas desigualdades” (p.30.). Ainda a este respeito Casullo (2007) considera que “uma política que opere num sentido restrito contribuí para aumentar as lacunas, (...). “ser cidadão não é o mesmo que ser consumidor e uma política é fundamental na construção da cidadania, sempre e quando se amplie o paradigma desde o qual se atua, sem que isto implique” (...) (p.43).

A IS inscreve-se no plano dos direitos e da participação social efetivos. Para Almeida (1993) “as sucessivas ruturas que se inscrevem na vida do indivíduo surgem como uma negação dos

direitos e deveres que lhe permitem a sua participação social plena inerente à concretização da sua cidadania (p.831). Segundo o Relatório Conjunto para a Inclusão Social (2004, cit. por *Culture Action Europe*, 2010) “inclusão social é um processo que assegura a quem está em risco de pobreza e exclusão social de ganhar as oportunidades e os recursos necessários para participar inteiramente/ plenamente na vida económica, social e cultural e de disfrutar de um nível de vida e bem estar que é considerado normal na sociedade onde vive. Isto assegura que têm mais participação nas decisões que afetam as suas vidas e têm acesso aos seus direitos fundamentais, definidos pela Carta Europeia dos Direitos Fundamentais” (p.2).

A cultura ao se destacar, enquanto conjunto de práticas que dão forma a valores, conhecimentos, significados pode funcionar como um fator de coesão social e de desenvolvimento e da participação social. À cultura atribui-se-lhe o papel potenciador de “desenvolvimento de capacidades intelectuais e de qualidade de vida, importante como um fator de cidadania e um instrumento chave para o entendimento crítico e o conhecimento do mundo real” (in, Portal da Cultura de Portugal,2010) e “como fator de desenvolvimento económico, direito do cidadão, instrumento de inclusão social e ação integrada com potencial transformador, foi, em grande parte, preconizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Crê-se que é um dos devires da cultura possibilitar a participação de todos nas sociedades. Esta filosofia de ação interliga-se com os direitos culturais inscritos nas constituições nacionais e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, entre outros documentos. Este papel consagra-se no direito ao acesso à cultura e no direito à participação cultural.

Atentemos, também, na literatura disponível, que, apesar de recente, reivindica os impactos positivos que as artes, através de iniciativas de projetos de artes, trazem às pessoas, aos grupos e nas comunidades em exclusão social ou em risco de exclusão e no geral. Na opinião de Barraket (2005) “é frequentemente repetida a reivindicação por toda a literatura que as atividades das artes podem entregar (ou, pelo menos, contribuir) uma série de resultados de inclusão social para o indivíduo, para o grupo e para as comunidades” (p.4). Segundo Gueztkow (2002) “as artes têm sido anunciadas como uma panaceia para todos os tipos de problemas ou tem sido reclamado os

benefícios das artes em diversos campos (...)” (p.2) Os impactos positivos, traduzem-se no desenvolvimento de competências a nível individual e social. Na opinião de Goodland, Hamilton & Taylor (2002) destacam “a nível da comunidade destacam “ melhores redes sociais, fortalecimento da cultura cívica, consolidação da coesão da comunidade, mais confiança nos cidadãos e nas instituições do governo e um governo mais atento” (p.7). A nível individual realçam que “assegura melhorias de competências, auto -confiança, autoestima, bem-estar” (p.7).

O crescente interesse da ligação entre as artes e a inclusão social levantou uma questão relevante no âmbito dos bons princípios nos projetos de inclusão social pelas artes que foca a efetividade da avaliação. A avaliação efetiva pode ter como função servir de alavanca para novos projetos e fundamentar a integração da inclusão social nas Políticas Culturais. Na opinião de Barraket (2005) existem problemas específicos na compreensão da ligação entre as artes na inclusão social, de entre os quais destaca a avaliação (Shaw 2003; Jermyn 2001; Coalter 2001; Reeves 2002; Long et al. 2002, entre outros) gerada por determinadas barreiras como a “ resistência à avaliação do setor de comunidade das artes, com base na preocupação de que esta levará a uma valorização muito instrumental das artes”, a “ausência de métodos eficazes de avaliação dos resultados de inclusão social, como distinta de produto, das artes e as “ diferentes necessidades de avaliação dos programas das comunidade de artes, de acordo com os seus financiadores” (p.14). A avaliação tem vários propósitos e de acordo com Russel (1998, cit. por Jermyn, 2001) pode servir para "mostrar aos outros o que estamos a fazer e para fornecer evidências para julgar, dar mérito ou valorizar" (p.14). No entanto, outros referem que é uma ferramenta para a aprendizagem pessoal e organizacional e desenvolvimento, uma visão exemplificada por Torres (1991, cit. por Jermyn, 2001) indica-nos que "o objetivo de todo o trabalho avaliativo é promover a compreensão, a posse desse conhecimento, de tal forma que ele proporciona uma ação justa e apropriada" (p.6). Segundo Barraket (2005) a literatura sublinha a importância da avaliação efetiva se queremos alcançar o impacto das artes na inclusão social.

A gestão cultural e a função do gestor cultural detêm um papel de dinamização e de intermediários das questões sociais. Segundo Martinell (1999) na área da gestão cultural entende-se por gestor cultural um agente mediador entre a esfera da cultura e uma política cultural,

podendo deter uma participação no desenho das políticas culturais, pois se considera que a sua ação pode consolidar uma atividade social. Muller (1990) denominam-nos os agentes "mediadores", porque eles constroem a referência de uma política, ou seja, criam as imagens conceituais que determinam a perceção do problema, a necessidade ou interesse e as propostas e soluções adequadas a um contexto específico.

O nosso trabalho – A Inclusão social pelas artes – Contributo para uma política cultural inclusiva na Região do Algarve – tenta refletir sobre a ligação entre as artes e a inclusão social e o papel ativo que a Política Cultural pode deter neste âmbito. Este título fala-nos do papel do processo de exclusão social, do fenómeno da inclusão social, o papel da cultura e da artes na inclusão social, da política cultural e a gestão cultural, dos impactes que podem gerar nos indivíduos, a nível individual, ao potenciar o desenvolvimento de competências pessoais, e a nível social, dotando-os de ferramentas de forma a ativar o seu processo de inclusão social, da necessidade de avaliação efetiva dos projetos de artes.

Este estudo tem como objetivo conseguir através do estudo de caso de um projeto de inclusão social pelas artes realizado no algarve, levado a cabo pela Direção Regional da Cultura do Algarve e pela Associação Atelier Educativo, onde se explora as questões da ligação entre as artes e a inclusão e o impacto percecionado pelos participantes, fornecer um contributo singular que fomente, de forma sustentada, a integração da inclusão social como um lugar-comum na agenda da Política Cultural da Região do algarve. Decidiu-se proceder à análise das perceções de todos os intervenientes da 1ª edição do Projeto Lugares Mágicos, de forma a tentar concretizar, de forma mais completa, a transmissão do impacte, a sua importância e a pertinência que este projeto detém desde uma perspetiva individual, ao social e na sua globalidade.

Este estudo apresenta-se dividido em três partes: a primeira parte é dedicada ao enquadramento teórico da problemática, apresentam-se os principais conceitos-chave e revisita-se a literatura dos conceitos aqui tratados, na segunda parte discorre-se sobre a metodologia utilizada de acordo com os objetivos deste estudo, sua apresentação e justificação de adequação, e na terceira parte procede-se à apresentação e discussão dos resultados, com base nos dados recolhidos.

A primeira parte, relativa à fundamentação teórica, discorre sobre 2 capítulos: o Capítulo I- A exclusão social – um conceito revisitado ou o estado das artes de forma abreviada, apresentamos as raízes antigas de um fenómeno que é considerada a novas questão social e que permitiu a evolução das ciências sociais, destacámos a sua complexidade, a ligação entre participação social e cidadania, no Capítulo II – A inclusão social no horizonte da cultura e das artes, expusemos o que se entende por inclusão social, focámos a participação social como forma de inclusão social, destacámos a ligação entre a cultura e inclusão social com base nos direitos culturais, salientámos a função social das artes, os benefícios e impactos a nível dos cidadãos e a importância da medição e avaliação efetivas dos projetos de inclusão social pelas artes, apontámos a articulação da Política Cultural e entre a Gestão Cultural e o Gestor cultural, mencionando algumas características e orientações que mais se destacam na Gestão Cultural e no papel do Gestor Cultural como mediadores no tecido social.

Na segunda parte, introduzimos a metodologia utilizada neste estudo. Explicámos os procedimentos e justificamos a utilização dos mesmos: o estudo de caso, as entrevistas, a análise de conteúdo, os inquéritos e a análise estatística.

Na terceira e última parte, procedemos à exposição e análise em 2 fases: uma primeira que se divide em dois momentos, no primeiro analisámos o guião de questões comuns aos intervenientes e no segundo momento incidimos sobre uma análise das perguntas específicas. Na segunda fase procedemos à análise dos questionários de forma qualitativa e quantitativa, de forma a podermos estabelecer relações e conclusões. Esta análise pretende responder aos objetivos propostos na nossa investigação.

Por último, nas conclusões apresentamos os resultados apurados na nossa investigação, tendo em conta o que nos propusemos, guiando-nos pelos objetivos que especificámos, sugerindo um contributo singular para a Política Cultural da Região do algarve e apresentamos futuras linhas de investigação no âmbito da inclusão social pelas artes que considerámos que poderiam contribuir para clarificar, sustentar e desenvolver esta temática.

## **PARTE I**

### **Fundamentação teórica**

---

## **CAPÍTULO I - A exclusão social - um conceito revisitado ou o estado das artes de forma abreviada**

---

### **1.1. Exclusão social, a face oposta de uma “moeda social”**

Para se alcançar o entendimento do conceito de inclusão social (IS) podemos começar por abordar o seu reverso, a exclusão social (ES), dado que IS e ES parecem ser as faces opostas e intimamente ligadas de uma “moeda social”. Na opinião de Almeida (2003), IS e ES são fenómenos opostos mas que se associam entre si. Quanto ao autor “ na verdade, exclusão e integração não são essências substantivas e ontológicas mas sim as duas faces, opostas, de uma realidade contraditória” (p. 829). Da mesma forma, Cushing (2003) considera que ES e a IS se caracterizam por uma ligação indissociável, ao referir que “ pode-se discutir inclusão social como algo mais que o oposto da exclusão social, dado que estão quase indissociavelmente interligadas” (p. 5). Também, outros autores, enfatizam o carácter associativo por oposição que legitima a problematização em paralelo de ambos os conceitos (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999). Ainda a este respeito, Vleminckx e Berghman (2001) consideram que “IS só pode ser compreendida quando relacionada com a ES” (p. 24).

Partir das causas do fenómeno da ES, alcançar este problema, perceber a quem nos devemos dirigir, poderá permitir-nos entender onde e como se tem que atuar, para que a ES dê lugar à IS, a solução. Um ponto de partida de um processo mutável. Um desejo, uma realidade utópica ou talvez não, no horizonte da IS. De acordo com a tese sugerida por Guilfford (2000), a IS é a solução do problema denominado de ES, ao referir que “de forma simples, exclusão é o problema, inclusão a solução” (p. 3).

## 2. Um conceito de raízes antigas privilegiado pelas ciências sociais

Revela-nos a história das ciências sociais que o conceito de ES, que significa, “Ato ou efeito de excluir ou de ser excluído, não inclusão” (<http://www.infopedia.pt/>) é um fenómeno de raízes antigas, tendo sido abordado de forma privilegiada pelas ciências sociais. As ciências sociais evoluíram ao compasso do estudo da ES. A este respeito, Rodrigues *et al.* (1999) referem que “porém, fazendo uma breve incursão histórica, os sociólogos do século XIX atentaram privilegiadamente nos mecanismos da exclusão social “ (p. 65). Já Almeida (1993) considerava que foi o facto da ES, a par da temática da pobreza, ter sido um dos temas primordiais das ciências sociais do séc. XIX, o que fomentou a evolução das ciências sociais. Para o autor “as ciências sociais nasceram a analisar a pobreza e a exclusão” :

“ basta lembrar Durkheim e o conceito de anomia, os trabalhos da escola de Chicago e a noção de desorganização social, as tipologias propostas por Merton, ou as dimensões simbólicas de estigmatização enunciadas por Goffman, para se ver que a preocupação analítica com a desigualdade social, os seus mecanismos e os seus efeitos não só é transversal às várias correntes teóricas, como nunca abandona o percurso da sociologia desde o século passado” (p.830).

A exclusão social é considerada um fenómeno de raízes antigas, sendo que na opinião de Reis (2005) “ não deve ser considerado como contemporâneo, pois sua existência remonta a diferentes tempos na história da humanidade” (p.1), desde a Idade Média até à atualidade. É de conhecimento que o estado que o conceito exprime já se encontrava nas sociedades tradicionais de outros tempos, como aponta Freund (1996), “quer sob a forma de exílio, do ostracismo ateniense do desterro em Roma, da condição de pária na civilização hindu, ou do gueto desde a Idade Média” (p.7).

Sabendo-se existir, desde sempre, nas várias sociedades, foi-se metamorfoseando até à atualidade onde, assumindo novos contornos e enfoques, a sua expressão ecoa de forma mais premente desde a década de 80 do séc. XX.

### **3. Exclusão social, a “nova questão social” do séc. XX**

Tendendo a persistir nos tecidos sociais, a ES assume-se como um fenómeno incontornável nos anos 80, e foi considerada por vários autores a “nova questão social” do séc. XX. Foi alvo de significativo destaque nos discursos políticos, de divulgação nos meios de comunicação e de aprofundamento nos meios académicos, desde as áreas sociais, políticas e económicas (Reis, 2005). De acordo com Almeida (1993), “a temática da exclusão voltou hoje ao primeiro plano das preocupações explícitas e das agendas políticas” (p.831). Ainda a este respeito, Covas (2001) considera que “a exclusão social tornou-se, para os países ocidentais, num tema da ordem do dia a partir das últimas décadas do século XX” (p.214).

A ênfase na ES como a “nova questão social” nos anos 80 parece dever-se ao mecanismo que gerou e caracteriza a nova forma de ES. A ES não foi um fenómeno de geração espontânea mas de antecedentes históricas. Crê-se que as mudanças introduzidas pelo sistema capitalista nas estruturas produtivas levaram a que certos setores de trabalhadores se tornassem dispensáveis, gerando uma nova forma de ES, o desemprego estrutural. Capucha (2000) refere que “a “questão social” da modernidade foi a da erradicação da pobreza dos proletários e dos explorados” (p. 13). Na opinião de Capucha (2000), o capitalismo substituiu a questão do pauperismo pelos que não acompanhavam o progresso e a questão da exploração dos trabalhadores pelo problema rejeição de trabalhadores de certas áreas, deixando sequer de serem utilizados com fins exploratórios.

Para Capucha (2000), a nova questão social é a “daqueles que ficam de fora do processo e das estruturas produtivas, primeiro, e depois sociais, na condição de desempregados, de idosos (categorias de crescimento acentuado e sistematicamente associados à crise do modelo social) ou de marginais” (p.6). Paugam (1996, cit. por Capucha, 2000) refere que “não se trata de um fenómeno individual mas de um produto social experimentado pelos indivíduos (p.6)”. Trata-se de um fenómeno experimentado socialmente que tem a sua origem no canto do progresso económico que resulta da perda do emprego e risco de perda (precaridade de emprego), da fraca implicação na vida coletiva e perda progressiva da identidade profissional, ausência de qualificações e incerteza quanto ao futuro (Capucha, 2000).

Nesta época, a ES começou a dialogar com outros conceitos, como o de pobreza, chegando mesmo a substituí-lo, com a intenção de realçar a dimensão social que reveste o fenómeno (Rodrigues *et al.*, 1999). Declarando intenções, neste trabalho pretende-se analisar e caracterizar o fenómeno da exclusão social, colocando de parte a pretensão de definir, um conceito que não se esgota numa única definição, como o é a pobreza, tendo em conta que o segundo pode apresentar-se como uma forma do primeiro. Rodrigues *et al.* (1999) enfatizam esta ideia ao considerar que “concebe-se a pobreza como um dos fenómenos integrantes da exclusão social, sendo aquela mais uma forma do que o resultado desta última, uma vez que a exclusão abrangendo formas de privação não- material, ultrapassa a falta de recursos económicos” (p.69). Pereirinha (1992, cit. por Rodrigues *et al.*,1999) aponta que a ES salienta o aspeto da relação, enquanto situação de inadequada integração social (p.66).

A forte ênfase no conceito de exclusão social, espelha-se na sua aplicação vasta e indiferenciada e ainda que a enlevem em falta de rigor científico a sua utilização generalizada parece revestir-se de magnetismo generalizado.

#### **4. Expressão de utilização extensiva revela necessidade de clarificação conceptual**

A expressão ES parecer ser detentora de uma utilização extensiva com necessidade de ser clarificada concetualmente. Ao cativar recentemente, a atenção das várias esferas da sociedade, sofreu de aplicação indiscriminada a um vasto e diversificado universo de situações, sendo-lhe atribuída falta de rigor científico, o que leva ao surgimento da necessidade de definição concetual do conceito. Na perspetiva de Rodrigues *et al.* (1999) “ a utilização do conceito de exclusão é relativamente recente, sendo a sua abordagem dificultada pela difusão que vai tendo nos vários discursos, nomeadamente nos meios políticos e intelectuais” (p.64). Paugam (1996, cit. por Oliveira, 2004) refere que:

“A noção de exclusão, à medida que ela se generaliza, torna-se, de facto, cada vez mais fluída e equívoca como categoria de pensamento científico. Ela é de tal modo banalizada que todo o mundo recorre a ela para caracterizar diversas situações ou

populações das quais às vezes é bastante difícil perceber o que têm em comum. “ (p.160).

Na opinião de Oliveira, (2004) a disseminação do conceito de ES paga o preço da indefinição, na medida em que o “termo é empregue por quase todo o mundo para designar quase todo o mundo, reveste-se de imprecisão e carece de rigor concetual” (p.160). Xiberras (1996) considera que a utilização recente do termo ES e a dimensão e proximidade do seu uso pelo senso comum, pelos discursos políticos, meios de comunicação pode contribuir para a sua falta de objetividade e rigor científico. Silver (1994, cit. por Reis, 2005) propõe que a contestação de que o conceito é alvo se deve ao facto de ser “novo” e definição imprecisa. Para o autor “a expressão é tão “invocada”, ambígua, multidimensional e elástica que pode ser definida de diferentes formas “(p.536).

À ES é-lhe, assim, atribuída ambiguidade e polissemia concetual gerada pela utilização associada ou de carácter substitutivo a outros fenómenos e, de acordo com Oliveira (2004) “ quando um termo é utilizado para definir qualquer fenómeno acaba por não categorizar fenómeno algum” (p.160). O autor refere que diversos autores (Oliveira, 1997, Nascimento 1997;1994; Paugam, 1996 cit. por Oliveira, 2004) sugerem que a utilização do termo é vaga e imprecisa, para outros esta afirmativa é uma ressalva que não impede que o termo seja aplicado mas pode conferir-lhe o carácter de inócuo. Na opinião de Freund (1996) “no final do percurso, a noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos que foram consagrados, nos nossos dias, pela mediocridade dos modos intelectuais e universitários: está saturada de sentidos, de não-sentidos e de contrassentidos” (p.7).

Outro fator que contribui para a complexidade concetual da ES consiste na dificuldade de articulação teórica das várias abordagens ao termo. Carece, manifestamente, de uma linha conceptual clara devido à falta unanimidade entre os especialistas. Na opinião de Oliveira (2004) “investigando uma parcela da bibliografia mais recente sobre o tema da exclusão, é possível verificar desacordo entre alguns autores” (p.160). Para o autor, esta divergência parece dever-se mais à “falta de tratamento da questão do que a abordagens conflitantes” (p.160) que se verifica

na utilização indiferenciada sobre o termo e de sustentações irreconciliáveis, o que não facilita a clarificação do conceito.

Surge a necessidade de conceptualizar a ES, de acordo com as especificidades do contexto a que se circunscreve, de forma a se poderem materializar estratégias de ação. Para Reis (2005) “sendo assim, o importante é ter clareza quanto ao seu significado no contexto de um mundo em acelerado processo de transformações produtivas e sociais” (p.2), concretizando-o numa chave de leitura de uma dada sociedade e “principalmente em razão da compreensão do seu significado nos diferentes locais de ocorrência” (p.2). A este respeito Rodrigues *et al.* (1999) ressaltam que “por esta razão, torna-se pertinente construir uma abordagem que resulte numa definição mais completa e operacionalizável” (p.64).

Atualmente, pode-se afirmar que a ES é um conceito complexo, detentor de aplicação exaustiva e indiscriminada, o que pode colocar em causa a sua legitimidade e fazer deste um conceito inócuo, o que deriva, em grande parte, do carácter subjacente à multidimensionalidade e cumulativo que o caracterizam.

#### **4.1. Fenómeno complexo, de natureza multidimensional e cumulativa**

A complexidade do fenómeno da ES encontra-se na sua natureza multidimensional e de carácter cumulativo. É multidimensional, por poder ser traduzido por fatores manifestos e latentes, o que significa que num plano de análise se terá de considerar o cruzamento de inúmeras variáveis, e cumulativo, sendo que vários autores o referem como a “fase extrema de um percurso descendente, com sucessivas ruturas na relação do indivíduo com as diferentes esferas da sociedade” Castel (1993, cit. por Costa, 2004). Para Vleminckx e Berghman (1995) a ES “é uma mistura de um processo multidimensional e mútuos processo de privação que se reforçam, associado a uma progressivo afastamento do meio sociais, resultando no isolamento dos indivíduos ou dos grupos das principais oportunidades que a sociedade tem para oferecer” (p.46).

O fenómeno da ES evidencia um carácter cumulativo, dinâmico, revestindo-se, por vezes, de novas formas, que favorece a sua permanência e caracteriza a fragmentação social. Costa (2004)

refere que "acresce o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas ruturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social" e "pode afetar a diferentes níveis os indivíduos, grupos ou áreas geográficas, quando se vivencia uma matriz combinada de fatores " (p.10). Segundo a *Social Exclusion Unit* ( 2004, cit. por Barraket, 2005, Jermyn 2001) ES é um considerada um "termo abreviado para designar o que pode acontecer quando pessoas ou áreas sofrem uma combinação de problemas associados entre si como o desemprego, baixas competências, baixos rendimentos, condições precárias de habitação, ambientes de elevado número de crimes, má saúde e desagregação familiar "(p.2).O carácter cumulativo de ruturas nas várias esferas da sociedade induz à existência de vários níveis de integração, assegurada por diferentes grupos (Capucha, 2000).

Atualmente, o fenómeno de desemprego, ou seja, a rutura com o mercado de trabalho inscreve-se como um dos fatores manifestos mais sinalizado como gerador deste percurso. A desagregação dos laços profissionais estende-se a outras esferas, como as redes familiares e de amizades (Capucha, 2000). É um processo que se vai reforçando e na opinião de Castel (1993, cit. por Costa, 2004) "uma rutura inicial manifesta pode gerar uma segunda rutura, agudizando, desta forma, a sua expansão de ES às várias esferas da vida do individuo" (p.64). Para Capucha (2000) surge a ES, a fase extrema do processo, quando a rutura se estende a todas a esferas da vida do individuo e emerge o "ficar de fora", a perda do "laço social", a desqualificação "social" (p.18). Xiberras (1996) adota uma perspectiva no essencial coincidente com esta, postulando a ideia de que existem várias esferas de integração, que é assegurada por vários grupos (solidariedade primária e solidariedade orgânica). A ES pode, desta forma, resultar como o produto resultante das quebras sucessivas com as diferentes esferas da sociedade. Capucha (2000) aponta que " a rutura dos laços, com os corpos de acolhimento ou com a sociedade de acolhimento desses corpos, gera, então, a exclusão material ou/ e simbólica" (p.19). Esta noção

abre a porta para a percepção da importância da norma, do reconhecimento recíproco entre os corpos excluídos e a sociedade exclusionária.

A complexidade do fenómeno leva a certos autores tivessem tentado definir categorias de excluídos. Na opinião de Costa (2004) “com efeito, a exclusão social, apresenta-se na prática como um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo, que pode, com razão, falar-se de diversos tipos de exclusão”. Um dos tipos de exclusão é a exclusão social. “ Neste caso a própria causa de exclusão situa-se no domínio dos laços sociais. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada, à falta de autossuficiência e autonomia pessoal. Todavia, este tipo de exclusão pode também dever-se à falta de recursos, caso em que teremos uma situação de exclusão tipo social sobreposta à exclusão de tipo económico, ou mesmo decorrente desta” (p.224, 225).

Costa (2004) elege três níveis causas do ponto de vista metodológico, “ há as causas imediatas, que são as que identificamos pela observação (uma pessoa é pobre, por exemplo, porque não tem nada para comer, ou não tem casa). Há as causas intermédias: os salários baixos estão relacionados com qualificações baixas. Neste caso, a qualificação será uma causa intermédia. E há causas estruturais ou de fundo, que dizem respeito à própria configuração da sociedade, à forma como a sociedade se organiza e funciona” (p.39).

Segundo Room (1990, cit. pelo Observatório Europeu sobre as Políticas de Combate à Exclusão Social) considera-se que os indivíduos estão numa situação de “exclusão social” quando:

- Sofrem de desvantagem generalizada em termos de educação, formação profissional, emprego, habitação, recursos financeiros, entre outros;
- As suas possibilidades de acesso às instituições sociais que asseguram essas oportunidades de vida são substancialmente menores do que as que têm o resto da população;
- Tais desvantagens e reduzido acesso persistem ao longo do tempo” (p.225).

Este autor induz que ES é despoletada pelo acesso reduzido ou inexistente a um conjunto de serviços gerando a assimetria de poderes. Desta forma, colocamo-nos no plano dos direitos básicos que devem ser garantidos ao cidadão. De acordo com Covas (2001) “no segundo relatório português do Observatório Europeu sobre as Políticas de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, Pereirinha (1992) refere que “o conceito de exclusão social corresponde à não realização de direitos sociais básicos formalmente garantidos aos cidadãos pela lei-fundamental” (p.225). Para Almeida (1993) “o problema é, desta forma, recolocado no plano de assimetria de poderes, capaz de levar ao impedimento de acesso “à pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania “( p. 830). ES traduz-se no não acesso aos direitos fundamentais que caracterizam a cidadania. Capucha (2000) considera que “exclusão social já não é somente uma situação de absurdo isolamento social mas como uma limitação ao acesso à condição de cidadania” (p.28).

A ES pode traduzir-se pelo “ficar de fora” da dimensão social, pelo não acesso a direitos básicos, remetendo para o corte de laços sociais e com a cidadania.

#### **4.2. A quebra de laços sociais com a cidadania**

As várias ruturas vivenciadas pelo indivíduo podem intercetá-lo na concretização da sua realização plena de cidadania e participação social, legítimas por direito. Quando existe a privação de participação social, pode significar que o indivíduo pode estar excluído das relações sociais e dos direitos que lhe devem estar afetos e que o permitem concretizar a sua condição de cidadania (Almeida, 1993). ES remete para o não acesso aos direitos e à possibilidade de participação social. A este respeito Capucha (2000) defende que “um indivíduo sofre de exclusão social quando não beneficia de um conjunto de direitos e deveres que confere às pessoas o estatuto de cidadãos. Normativamente inscritos nas estruturas sociais e explicitamente consagrados nos documentos que expressam os grandes consensos que fundam os compromissos entre os membros de uma sociedade “ (p.210). Para o autor as pessoas em situação de exclusão deixam de ser membros de pleno direito. Para o autor “assim, estar em situação de exclusão, não

é ser um “não-membro” da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) “não-cidadão” a quem foram retirados, objetivamente, direitos de cidadania” (p.20).

A realidade da exclusão social pode estar gravada nas próprias dinâmicas e instituições sociais, políticas e económicas, além de também poder estar gravada na mentalidade das pessoas que a sentem diariamente. “A exclusão social é produzida porque “ a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos nem de cumprir alguns deveres que lhe estão associados” (Capucha, 2000). Estas pessoas desfavorecidas e que perdem o estatuto de cidadania plena, isto é, são impedidas de participar nos padrões de vida socialmente aceites (Capucha, 2000). Na opinião de Rodrigues *et al.* (1999) “a noção de exclusão social surge como o agravamento das desigualdades (indissociável dos mecanismos de produção destas) (...), resultando por isso numa dialética de oposição entre aqueles que efetivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena, e aqueles que por falta dos mesmos se encontram incapacitados para o fazer” (p.64). Segundo Cushing (2003) “ pobreza e ES referem-se a pessoas que são impossibilitadas de participarem inteiramente na vida económica, social e civil e/ ou quando o acesso ao rendimento e outras fontes (pessoal, familiar, social e cultural) é tão inadequado que os excluem de usufruírem um nível e qualidade de vida considerado aceitável na sociedade onde vivem. Nestas situações as pessoas muitas vezes não têm a capacidade de aceder totalmente aos seus direitos fundamentais” (p.10).

ES está relacionada com indivíduos, grupos ou comunidades não participarem totalmente na sociedade, não disfrutarem dos seus direitos fundamentais, não terem acesso aos serviços públicos, não terem acesso ou serem excluídos de participar na vida económica, social e cultural. Reconhece-se a ES como um fenómeno multidimensional que também inclui a dimensão cultural. É pertinente verificar como é o acesso e a participação cultural afetam as pessoas em ES e como é que a cultura pode lutar pela Inclusão social (IS), gerando um impacto positivo.

### 1. Inclusão social, um processo de duplo sentido

A IS parece remeter para um conjunto de meios que visam a igualdade de oportunidades e de qualidade de vida para todos os cidadãos, com participação plena na vida social, económica, política. Segundo o Relatório Conjunto da Inclusão Social (2004) este conjunto de meios traduz-se na possibilidade de garantir o acesso “aos recursos necessários que lhes permita melhorar a sua qualidade de vida, nas várias dimensões da sociedade (económica, social, política, cultural, entre outras). Inclusão social é um processo que assegura a quem está em risco de pobreza e exclusão social de ganhar as oportunidades e os recursos necessários para participar plenamente na vida económica, social e cultural e de disfrutar de um nível de vida e bem-estar que é considerado normal na sociedade onde vive. Isto assegura que têm mais participação nas decisões que afetam as suas vidas e têm acesso aos seus direitos fundamentais” (p.8).

Por seu turno, Long *et al.* (2002) descreve a IS como as medidas tomadas para diminuir o impacto da exclusão social em termos de benefícios como saúde, emprego, educação, enquanto também se procura tratar dos principais e vastos processos que geram a exclusão. Neste sentido a inclusão social não é uma condição de ser, mas um processo ativo pelo qual o impacto pessoal e estrutural das desvantagens socioeconómicas são tratadas. Duchamp (2008) também considera que a IS reporta ao conjunto de meios e ações que lutam contra a exclusão dos benefícios de vida em sociedade, gerados por vários fatores como a diferença social, área geográfica, educação, idade, deficiência e preconceitos raciais. Processo de inserção numa sociedade de pessoas que foram privadas dos seus “elementos”.

De entre as medidas mencionadas sobressai o carácter social que nos enleva ao quadro das relações sociais numa sociedade com a possibilidade de dotar os cidadãos da toma de decisões e de participação social efetiva nas situações que os afetam. Este conjunto de medidas tem como

objetivo proporcionar aos indivíduos mais vulneráveis a participação social livre, na base da igualdade de oportunidades e interligação com a sociedade envolvente. A IS parece, assim, apresentar-se como um processo que se reveste de participação social efetiva de todos, nos assuntos que afetam o seu nível base de bem-estar bem como de acesso igual às oportunidades. Na opinião de Sen (2000, cit. por Omtzgit, 2009) "inclusão é caracterizada pela experiência amplamente compartilhada de uma sociedade social e participação ativa, por uma igualdade gama de oportunidades" (p.5).

A IS parece caracterizar-se por deter conteúdo e estrutura de igual natureza. ” O seu conteúdo são as relações apoiadas, o envolvimento em atividades de grupo e o compromisso cívico. Pressupõe um processo dinâmico de duplo sentido “, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processo que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições oferecem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio” (CIES/ CESO I&D, 1998 cit. por Capucha, 2000). Esses processos podem ser acionados em múltiplos momentos da vida humana – interação social e familiar, acesso a instituições, escolarização, qualificação, acesso ao emprego e à participação cívica, etc. (Rodrigues *et al.*, 1999). Sasaki (1999) apresenta-nos um conceito de IS mais ativo por parte das pessoas ao remeter para a importância da participação das pessoas na formulação da adequação dos sistemas sociais comuns, " inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações" (p.37). Desta forma, refere que atribuição de poder às pessoas excluídas se reflete na voz e participação nas políticas que afetam as suas vidas. Isto convida a que estes indivíduos e grupos participem no planeamento da toma de decisão e nos processos de desenvolvimento de política em sua comunidade. Para Freiler (2002) a IS caracteriza-se por ser um processo que visa a aproximação e o envolvimento das pessoas no processo, do local para o global.

## **1.1.Refletir (indo) sobre a integração social no âmbito de inclusão social e da cidadania**

No horizonte da compreensão de IS parece impor-se como marco incontornável a noção de integração social que, por sua vez, também configura a noção de cidadania. Pese embora, a atenção delegada na tentativa de definir quem são os excluídos e a atenção dada a esta realidade, é importante ressaltar que não se deve deixar cair em esquecimento a definição de quem são os incluídos, os integrados, tantas vezes oculta (Almeida, 1993). Para este autor “talvez convenha começar por perguntar o que é a não exclusão, o que é a inclusão, a integração social” (p.831). A lógica da política de combate à pobreza assenta na ideia de integração social que caracteriza “o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania (CIES/CESO I&D, 1998 cit. por Rodrigues *et al.*, 1999). Para o autor, acontece integração:

“quando se verifica um conjunto de situações regularizadas na esfera das relações sociais, familiares e profissionais ,ou seja, pela interação em quatro sistemas “(...)o sistema político-jurídico, que deve operar a integração cívica e política, o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração socioeconómica num dado espaço, o sistema de proteção social, que proporciona a integração social e o sistema familiar, comunitário e simbólico, que deve realizar a integração familiar e na comunidade mais abrangente”(p.78, 79).

Integração social remete-nos para abertura e a possibilidade efetiva de participação social, inerente à condição de cidadania. Deverá traduzir pluralidade aberta, mutável e vasta de estilos de vida, onde a cidadania se experiencia. Importa salientar que, em todo o caso, nas nossas sociedades a integração não é pensável como uma homogeneidade restritivamente decretada, como uma autodefinição grupal, “nem mesmo, já num sentido mais amplo, como o conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva (Almeida, 1993).

Existe integração quando os indivíduos têm a possibilidade de expressar as suas escolhas e efetivar a materialização das suas competências sociais, ou seja, de participarem socialmente (Almeida, 1993). Trata-se, não apenas da posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas da possibilidade do seu uso efetivo. Importa salientar que o não uso efetivo e renúncia de certas competências, opções e comportamentos tidos por desejáveis não colocam em causa a cidadania nem remetem para a exclusão (Almeida, 1993). Um bom exemplo ilustrativo deste problema é o da participação política e, mais restritamente, o da participação eleitoral. (Almeida, 1993). Rodrigues *et al.* (1999) consideram que o caráter de participação social se conjuga com a assunção basilar de que é necessário haver delegação de poder, de forma a permitir a participação ativa dos excluídos ou grupos empobrecidos no funcionamento de grupos sociais organizados, sendo necessário estabelecer medidas que proporcionem o acesso aos direitos, de forma a poderem efetivar a sua participação social na linha de igualdade de acesso a oportunidades iguais.

## **2. Cultura, ativadora de cidadania**

Cultura é anunciada como um conceito amplo, que não se esgota numa única abordagem. Interessa-nos refletir sobre a sua dimensão social enquanto elemento agregador e potenciador de inúmeras dinâmicas sociais que visam a cidadania e o desenvolvimento e se interrelacionam com outros âmbitos da vida social. Atualmente, já existe uma vasta bibliografia acerca do tema da cultura e mais precisamente da presença crescente deste campo. Nada mais atual que falar e reivindicar a transversalidade da cultura: consubstanciada em práticas, políticas e em estudos da sociedade contemporânea (Olmos, 2008).

Começamos por adotar a proposta pela Comissão da Cultura e Desenvolvimento da UNESCO que, em 1996, definiu cultura como: “ a forma como as pessoas vivem juntas, interagem e cooperaram (...) como a forma como eles justificam tais interações através de um sistema de crenças, valores e normas” .A cultura pode considerar-se “como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e emocionais, características da sociedade ou de

um grupo social. Inclui não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa humana, sistemas de valores, tradições e crenças segundo a Declaração da Cidade de México sobre Políticas Culturais, 1982, cit. por Olmos, 2008).

É-lhe atribuído o papel fundamental e de centralidade na criação de valores democráticos e de convivência e de cidadania, seja pelo acesso como pela participação. Na opinião de Silva (2008) “no contexto da globalização, as cidades são cada vez mais complexas e a cultura assume um papel fundamental na criação de valores democráticos e de convivência” (p.2). Atualmente parece que se tem vindo a reconhecer o lugar central que a cultura tem vindo a assumir no “desenvolvimento de capacidades intelectuais e de qualidade de vida, importante como um fator de cidadania e um instrumento chave para o entendimento crítico e o conhecimento do mundo real” (Portal da Cultura de Portugal,2010).

Importa destacar que a perceção acerca do papel amplo da cultura – como fator de desenvolvimento económico, direito do cidadão, instrumento de inclusão social e ação integrada com potencial transformador – foi, em grande parte, preconizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio de seus consecutivos fóruns, fazendo reverberar preceitos dessa natureza nas esferas políticas internacionais como segmento protagonista do desenvolvimento humano (Cuéllar, 1977). A cultura pode ser entendida como um instrumento ao serviço do alcance de graus de desenvolvimento, mas também, como um fim desejável, dando sentido à própria existência humana. Ao efetuarmos a equação, cultura e desenvolvimento social, se bem resolvida podemos perceber de forma mais adequada a noção de alargamento das escolhas humanas. Na opinião de Cupertino (2009) “neste sentido, compreende-se cultura como um conjunto de práticas que criam o conhecimento, os valores e subjetividade, assumindo-se como um fator de desenvolvimento e de coesão social” (p.1). Para Kopytoff (1991, cit. por Bayardo,2000) a arte e a cultura podem ser ferramentas de inclusão social face à exclusão económica, um fator de coesão e de integração social.

A cultura revela, assim, o seu papel potenciador de desenvolvimento social, individual, que se destaca na história do campo dos direitos culturais da Comunidade Europeia.

## 2.1. A União Europeia, cultura e direitos culturais

Importa conhecer a atuação da União Europeia (UE) ao nível de medidas no campo da cultura e da inclusão social, ainda que se resuma numa breve história <sup>1</sup>.

Considera-se importante lembrar que a criação da Comunidade Económica Europeia (atualmente denominada de UE), em 1957, foi motivada por razões políticas e económicas.

Um dos principais objetivos concentrava-se na reconstrução e reconciliação dos estados-nações europeus após a II Guerra Mundial, e na distribuição geográfica de recursos económicos. Em 1986, dá-se um acontecimento importante a nível económico com o lançamento do Ato Europeu Único gerador do “mercado único”, onde não incluíam quaisquer referências ao campo social e assim continuou durante dez anos.

Em 2000, a UE começa a debruçar-se para a sua dimensão social, sendo que os objetivos políticos comuns da luta contra a exclusão social e pobreza foram pela primeira vez definidos durante o Conselho Europeu de Nice em dezembro de 2000. Nesse ano, durante o Conselho Europeu de Lisboa, foi também, adotada a “Estratégia de Lisboa” onde eram estabelecidos como objetivos estratégicos converter a UE até 2010 na “ economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, com crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social” (in Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa 2000). Segundo *Action Culture Europe* (2010) “ foi considerada uma estratégia social fraca ainda que ambiciosa” (p.5). No mesmo ano foi lançado o Método Aberto de Coordenação sobre a proteção social e inclusão social para os estados-membros, com objetivos comuns e indicadores que estes integrariam nos respetivos Planos de Ação Nacional para a proteção e inclusão social a reportar no “Relatório Conjunto da Inclusão Social” (RCIS).

O ano 2004 é marcado por uma medida mais incidente no campo da IS e da proteção social.

---

<sup>1</sup> Consultar o documento *Culture Action Europe*, 2010

Segundo o Action Culture Europe (2004) o Conselho Europeu e o RCIS estabeleceram como objetivo político promover o acesso aos recursos, direitos, bens e serviços: para o benefício “de pessoas em risco de exclusão, serviços e medidas de acompanhamento que permita eficazmente o acesso à educação, justiça e outro serviço público e privado, serviços, tais como a cultura, o desporto e o lazer ” (p.5). O relatório marcou um novo avanço ao reconhece a ES como um processo multidimensional e o acesso à cultura como uma das suas dimensões. Segundo o *Action Culture Europe* (2010) “o relatório é prescritivo sobre o facto de que as políticas culturais devem abranger a inclusão social “ (p.5). Este relatório considera que Planos Nacionais de Ação refletem a práticas insuficientes dos Estados-Membros cuja explicação que se baseia: ” no baixo nível de compreensão dos Ministérios da Cultura, da relevância de questões sociais no campo cultural, a sua falta de envolvimento direto na elaboração dos Planos Nacionais de Ação Social, e a abordagem pobre da multidimensionalidade da exclusão social” (p.6). Em 2004, outro importante estudo encomendado para Northumbria University onde “ foi identificado como a falta de acesso à cultura pode agravar a pobreza, como bem como as barreiras que impeçam o acesso de pessoas em estado de pobreza à cultura” (p.6).

A partir de 2005 a cultura foi colocada de parte dos relatórios conjuntos. A partir da revisão de 2006, alinhada com a Estratégia de Lisboa, desaparece a indicação de ações que facilitem o acesso das pessoas excluídas às atividades culturais desaparece. Esta decisão marca um novo retrocesso do campo da cultura e da inclusão social.

Em 2007 é criado um novo instrumento importante na área da cultura, a Agenda Europeia para Cultura 21, o primeiro documento estratégico cultural da UE, publicado pela Comissão Europeia em de 2007, e adotado pelo Conselho de Ministros da Cultura no mesmo ano mas que não contempla a IS. Os três objetivos da agenda não fazem quaisquer referências sociais, nem referem o acesso à cultura, aclamando o “ diálogo intercultural e diversidade cultural, cultura como um catalisador de crescimento económico, e o papel de cultura na política externa da UE (p.8)

Em 2010 foi estabelecido o Ano Europeu da Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social. Foi uma oportunidade de renovar o comprometimento com esta causa, estimular a sensibilidade e o debate. A Estratégia de Lisboa 2020 deu um passo mais à frente que o seu predecessor ao definir como objetivo redução da pobreza, e criou novas ferramentas para tratar a questão, principalmente através da Plataforma europeia contra a pobreza. “A Comissão identificou três vetores fundamentais de crescimento que deverão orientar as ações concretas tanto a nível da UE como a nível nacional, segundo:

- Crescimento inteligente (promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital);
- Crescimento sustentável (tornar a nosso aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade);
- Crescimento inclusivo (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza) ” (in Est

## **2.2. A cultura e a inclusão social na lei**

A interligação entre a cultura e a inclusão social parece ser reconhecida por vários instrumentos legais a partir da perspectiva dos direitos humanos, atribuindo aos direitos culturais um papel significativo na globalidade dos direitos básicos dos indivíduos e das comunidades. Os instrumentos legais inscrevem-se na globalidade, a nível internacional e nacional. Os direitos culturais apresentam também natureza transversal pelo facto de atingirem diferentes domínios da atividade humana, interligando-se com outros direitos, como os direitos económicos, cívicos e políticos.

De entre os direitos culturais mais relevantes que refletem a ligação entre a cultura e inclusão social destacam-se o direito ao acesso à cultura e o direito à participação igual na vida cultural.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Consultar o documento Culture Action Europe, 2010

Os direitos culturais são direta ou indiretamente mencionados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH, 1948 e no Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CIDESC), aplicados pelos Estados Membros da União Europeia, e requerendo o comprometimento em termos de direitos culturais. No entanto, foi uma iniciativa da sociedade civil, que teve com resultado a Declaração de Fribourg sobre os Direitos Culturais que possibilitou a compreensão e impeliu à operacionalização dos direitos culturais. Reconhece-se a cultura apresenta-se como um elemento essencial no processo de IS, uma vez que o direito ao acesso e à participação cultural contribuem para a formalização do *status* de direito do cidadão.

As orientações legais internacionais dos direitos humanos estabelecem o direito de participar na vida cultural no artigo 27 (1) da DUDH onde refere: “ Todas as pessoas de participar livremente na vida cultural de uma comunidade, de disfrutar das artes e de partilhar dos avanços científicos e dos seus benefícios”. Este artigo é ainda referido no artigo 15 (1) na CIDESC no qual os partidos do estado reconhecem: “o direito de todos a participara na vida cultural”.“ A Participação cobre a nível individual o direito de todos (...) a agir livremente, a escolher a sua identidade (...) de comprometer/envolver nas suas práticas culturais(...) de procurar e desenvolver conhecimento e expressões culturais e de partilhá-lo com outros, assim como a agir de forma criativa e de participar uma atividade criativa”. O *“Acesso cobre em particular o direito de todos (...) de conhecerem e de entenderem a sua própria cultura através da educação e informação (...) e de beneficiar da sua herança cultural e da criação de outras pessoas e comunidades”*; *“Contribuir para a vida cultural refere-se ao direito de todas as pessoas poderem envolver-se na criação espiritual, material, intelectual e na expressão emocional da comunidade (...) de participar no desenvolvimento de uma comunidade que a pessoas pertence (...).A participação na vida cultura deve se garantida a todos, com base nos princípios fundamentais de não- discriminação e de igualdade. A igualdade no acesso e na participação na cultura devem ser vistos, como os outros direitos humanos, fundamentais para honrar a dignidade humana e indispensáveis para o desenvolvimento pessoal.*

O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais do Conselho Económico e Social também indica determinados grupos vulneráveis que requerem proteção especial com vista à realização do direito de participar na vida cultural: mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiências, minorias, migrantes, pessoas indígenas e pessoas que vivem em pobreza. Esta medida clarifica que existe capacidade restrita das pessoas que vivem em pobreza de exercerem o seu direito de tomarem parte na vida cultural, assim como o facto de que o exercício desses direitos pode também ser um dos elementos que pode dar-lhes poder para saírem da pobreza.

Ao nível da União Europeia (UE), foi criada em 2000 a Carta da União Europeia dos Direitos Fundamentais. Este instrumento estabelece a obrigação aos Estados Membros relativa à participação cultural e ao acesso à cultura. Com a integração da carta no Tratado de Lisboa em 2009, a proteção desses direitos é aplicada tanto pelos governos nacionais bem como pela própria EU. De realçar que, embora a Carta não faça referência aos direitos culturais, ao longo do princípio de liberdade e de igualdade que são mencionados alguns direitos “ (liberdade de pensamento, consciência e religião no artigo 10, liberdade de expressão, liberdade de expressão e informação no artigo 11, liberdade nas artes e nas ciências no artigo 13, e o direito à educação no artigo 14), que estão dentro dos direitos culturais entendidos nos termos da Nações Unidas. E ao longo do princípio de igualdade, a Carta também reconhece vários princípios fundamentais ( a não discriminação no artigo 21, a diversidade cultural, religiosa e linguística no artigo 22, a igualdade entre homens e mulheres no artigo 25, e a integração de pessoas com deficiências no artigo 26), que têm consequências para as políticas de exclusão.

Verificamos que os direitos culturais são de natureza transversal, interligando-se com outros direitos que formalizam a possibilidade de cidadania como condição de acesso e participação social. Os documentos orientadores sobre esta matéria refletem a instabilidade de ação neste campo e traduzem a pouca atenção de que esta causa tem sido alvo, não fomentando o potencial da cultura na inclusão social, carecendo de articulação na prática. No entanto, a literatura revela que já existe um foco de atenção crescente sobre a ligação entre as artes e a inclusão social a nível internacional.

### 3. O papel das artes na inclusão social

O papel das artes na IS tem vindo a ser foco de interesse recente no campo da política e na investigação a nível internacional, nomeadamente, ao nível do impacto nos indivíduos e na comunidade, e ao nível da questão da avaliação. Este interesse espelha-se na literatura disponível que foca a ligação entre as artes e a IS. Barraket (2005) apresenta em quatro categorias a literatura existente sobre a temática das artes e a inclusão social. A primeira estabelece-se ao nível de casos de estudo teóricos e descritivos que fundamentam os benefícios potenciais das artes em comunidades e indivíduos em desvantagem que são “ Guetzkow 2002; Joubert 2003; Kingma 2001; Landry et al. 1996” (p.3). A segunda é a literatura empírica, que compreende desde análises quantitativas de longa escala a estudos comparativos e a casos etnográficos isolados que testam ou iluminam os impactes reais de atividades artísticas em comunidades ou indivíduos em desvantagem como é “Matarasso,1997; Williams 1997; Balfour 2000; Lowe 2000; Goodlad et al. 2002; Stern & Seifert2002; Long et al. 2002, Palmar & Nascimento 2002 “ (p.3). A terceira categoria engloba a literatura política e profissional que assinala formas efetivas de avaliar e medir os resultados das iniciativas de artes na inclusão social “ Matarasso 1999; Dean,Goodlad & Hamilton 2001; Thiele & Marsden 2002) ” (p.3).E a quarta categoria diz respeito à literatura secundária que sintetiza a aquisição de conhecimentos das anteriores categorias “Coalter2001; Jermyn 2001; Newman, Curtis & Stephens 2003; Reeves 2002; Shaw 2003” (p.3). Na opinião de Goodland, Hamilton e Taylor (2002) apesar do papel potencial das artes na inclusão social ainda necessitar de mais compreensão, já é muito reivindicado para esta causa. Para os autores algumas evidências dos benefícios das artes encontram-se disponíveis, particularmente, no estudo de Kay e Watt (2000) sobre o papel das artes na regeneração, encontraram evidências de que as artes podem:” melhorar o desenvolvimento pessoal dos indivíduos”, “atrair pessoas que de outra forma poderiam ser atraídas para participar em atividades da comunidade”, “melhorar a imagem do território”; atrair investimento económico”, “contribuir para o processo de desenvolvimento da comunidade “ e pode “ conduzir à formação e emprego “ (p.6,7). Ainda a este respeito, Jermyn (2001) refere que “ tem vindo a crescer o

interesse do setor político sobre a investigação que foca o impacto social das artes, sendo que mais recentemente, o foco de atenção incidiu sobre a contribuição das artes para a renovação de bairros e para a inclusão social” (p.12). O autor também sugere a divisão da literatura mas em três grandes categorias: revisões de literatura publicadas e não publicadas (por exemplo, Shaw, 1999; HDA, 2000; Blake Stephenson Ltd, 2000; Coalter, 2001); investigação que explora os impactos da participação em programas de artes (Williams, 1996; Matarasso, 1997; Moriarty, 1998; Hill & Moriarty, 2001) e investigação que explora os efeitos das artes em contextos e situações específicas. Coalter (2001, cit. por Jermyn, 2001) considera que a literatura sobre impacto social só surgiu há cerca de cinco anos e ainda existem muitas questões a ser exploradas: “ a relação entre o conceito de inclusão ou exclusão social e os impactos artes, os efeitos transferíveis de participação artes, o desenvolvimento de métodos mais rigorosos para medir a aquisição de competências, autoconfiança, autoestima e outros impactos, os efeitos a longo prazo da participação artes, os fatores que influenciam a eficácia de determinada atividade” (p.12).

### **3.1. Impactos das artes nos indivíduos e na comunidade**

São vários os autores que consideram que as artes têm impacte ao nível dos indivíduos e da comunidade, podendo contribuir para a facilitação da IS. Na opinião de Barraket (2005) “é frequentemente repetida a reivindicação por toda a literatura que as atividades das artes podem entregar (ou, pelo menos, contribuir) uma série de resultados de inclusão social a nível individual, do grupo e das comunidades” (p.4). Segundo Guetzkow (2002) “as artes têm sido anunciadas como uma panaceia para todos os tipos de problemas ou tem sido reclamado os benefícios das artes em diversos campos” (p.2) : as artes integradas nos currículos escolares supostamente melhoraram o desempenho académico e disciplina do aluno (Fiske, 1999; Remer 1990), “ as artes revitalizam bairros e promovem prosperidade económica (Costello, 1998; SCDCAC 2001; Stanziola 1999; Walesh 2001), a “participação nas artes melhora o bem-estar físico e psicológico (Baklien 2000; Ball e Keating 2002; Bygren, Konlaan e Johansson, 1996; Turner e Senior 2000), “as artes proporcionam um impulso à criação de capital social e

realização de importantes objetivos da comunidade (Goss, 2000; Matarasso 1997; Williams1995) “(p.2).

Atentemos nos impactos referidos ao nível individual e a nível da comunidade, que se interligam e reforçam ao nível da coesão social. Ao nível dos impactos individuais Matarasso, 1997; Williams 1997; Long *et al.*2002; Goodlad *et al.*,(2002, cit. por Barraket, 2005 ) consideram que contribui para o aumento da autoestima e confiança. Segundo Matarasso 1997; Williams, 1997; Long *et al* 200.; Goodlad *et al*, 2002, Kingma 2001; Thiele & Marsden (2002, cit. por Barraket, 2005) permite a melhoria de competências sociais e criativas. Para Williams, 1997; Long *et al*, 2002 (cit. por Barraket, 2005) “gera redes pessoais mais fortes e na opinião de” Matarasso 1997; Kingma 2001;Krensky 2001 (cit. por Barraket, 2005) “tem efeito na maior capacidade de reflexão e / ou pensamento estratégico”(p.9). Ao nível dos impactos na comunidade Barraket (2005) destaca o fortalecimento de coesão social e redução de isolamento social. Segundo a investigação e a teoria do capital social (ver, por exemplo, Putnam, 2000; Lin 2001) sugerem que “a força e a diversidade das redes pessoais e da comunidade é um ponto significativo nas comunidades resilientes” (p.10). A nível individual, descobriu-se que as pessoas com diversas redes pessoais têm uma, relativamente melhor, saúde física e mental, têm nível de educação e de emprego mais elevados e maiores fontes de apoio social do que aqueles com redes muito limitadas. A nível comunitário, as comunidades com níveis mais elevados de agregado capital social são mais propensos a apresentar características de uma comunidade auto resiliente e terem um melhor acesso aos diversos recursos, sendo, portanto, capaz de responder aos efeitos históricos estruturais da exclusão social “ (p.10). Para Williams (1997, cit. por Barraket, 2005) os próprios processos de produção artística do grupo baseiam-se na "identificação de objetivos comuns, a cooperação entre o grupo e comunicação eficaz de ideias complexas " características que sustentam à geração de capital social” (p.10).

Outros dos impactos referidos por Barraket (2005) é a ativação da cidadania. Para o autor “há algumas evidências de avaliação e anedóticas de que as intervenções de artes têm um impacto positivo impacto no envolvimento cívico, que vão desde um maior envolvimento com processos

políticos formais e com instituições ao envolvimento local em organizações sem fins lucrativos e eventos cívicos (ver Matarasso 1997; Williams 1997; Long et al 2002)”(p.11). Estes resultados são consistentes em pesquisas generalizadas sobre o envolvimento em organizações comunitárias e programas de desenvolvimento comunitário “ (p.11). Um indício de que a participação em artes comunidade tem efeitos específicos no envolvimento cívico é identificado por Matarasso, que num estudo amplo comparativo de iniciativas no Reino Unido constatou que '62% dos (adultos que participaram no estudo] referiram que a oportunidade de expressar suas ideias através das artes foi importante para eles que denomina de "dar voz" às pessoas como parte de um processo de "democracia cultural" (p.12).

Outro dos efeitos é a promoção do envolvimento entre as pessoas. Barraket (2005) refere que “existe um forte consenso de que os projetos de artes promovem o envolvimento porque são amplamente apreciados pelos participantes” (p.13). No entanto, a literatura sugere, de forma consistente, elevados níveis de interesse, de prazer num leque de atividades artísticas em diversos contextos. O envolvimento em projetos de artes estimula muitas vezes “os interesses criativos dos participantes e, assim, promove o elevado nível de envolvimento” (p.13).

Importa referir que os diferentes impactes estão relacionados com forma de participação em projetos de artes. Na perspetiva apresentada por Goodland *et al.* (2002) o impacte das artes relaciona-se com a forma de participação nas artes e destacam que “as artes podem deter um melhor potencial papel na inclusão social do que o papel de algumas atividade da comunidade por duas razões” (p.7). Em primeiro lugar “participar nas artes pode ser feito ativamente, como artista, ou passivamente, como audiência. Qualquer um pode fazê-lo” e em segundo lugar “ a participação nas artes é intrinsecamente mais apelativa do que algumas formas tradicionais de desenvolvimento pessoal e da comunidade “ (p.7). Para os autores, as artes tem um papel potencial na inclusão social porque podem gerar benefícios a nível da comunidade e individual. A nível da comunidade destacam “ melhores redes sociais, fortalecimento da cultura cívica, consolidação da coesão da comunidade, mais confiança nos cidadãos e nas instituições do governo e um governo mais atento” (p.7). A nível individual realçam que “assegura melhorias de competências, auto -confiança, autoestima, bem-estar” (p.7). Apontam, também, “um meio de

melhoria nas diversas esferas, como o emprego, o acesso ao bem-estar, serviços públicos e privados e melhores relacionamentos familiares, e um meio de expressão para ajudar grupos ou indivíduos para se comunicar de forma mais eficaz “ (p.7). Também Guetzkow (2002) refere que existem diferentes mecanismos que geram impacto e refere a importância de se perceber os mecanismos através dos quais as artes têm impacto. Indica três mecanismos: envolvimento direto em organizações de artes; participação como audiência e a presença de organizações de artes na comunidade (p.2) que se apresenta na seguinte tabela:

Tabela 2.1.- Mecanismos do Impacto das Artes (Guetzkow, 2002) \*

	Indivíduo			Comunidade		
	Material/ saúde	Cognitivo/ Psicológico	Interpessoal	Económico	Cultural	Social
Envolvimento direto	<p>Constrói laços interpessoais e promove o voluntariado, melhorando a saúde</p> <p>Aumenta as oportunidades de autoexpressão e diversão</p> <p>Reduz a delinquência na juventude de risco</p>	<p>Aumenta o sentido de individual e autoestima</p> <p>Melhora o sentido individual de pertença e de ligação a um grupo</p> <p>Melhora o capital humano: competências e habilidades criativas</p>	<p>Constrói redes sociais individuais</p> <p>Melhora a capacidade para trabalhar com outros e de comunicar ideias</p>	Salários pagos aos trabalhadores	Melhora o sentido de eficácia e de identidade coletiva	<p>Constrói capital social ao envolver as pessoas, ligando organizações umas às outras e ao dar experiência na organização e trabalho com outras organizações locais e sem lucros.</p>

Participação como audiência	Aumenta a possibilidade de diversão Ameniza o <i>stress</i>	Aumenta o capital cultural Contribui para o efeito de Mozart Melhora o desempenho na escola	Aumenta a tolerância para com os outros	Pessoas (turistas, visitantes) aplicam dinheiro nas artes e nos negócios locais. O dinheiro aplicado irá ter efeitos multiplicadores,	Constrói identidade e orgulho comunitário Gera normas positivas na comunidade, assim como a tolerância, diversidade e liberdade de expressão	Aproximação entre as pessoas de que outra forma poderiam não se aproximar
Presença de artistas e Organizações de Artes e Instituições	Aumenta as oportunidades individuais e a propensão de serem envolvidos nas artes			Aumenta a propensão de membros da comunidade participarem nas artes  Aumenta a atração de turistas, negócios, pessoas e investimentos  Fomenta a criação de um ambiente criativo que atrai crescimento económico das indústrias criativas	Melhora a imagem e o <i>status</i> da comunidade	Promove diversidade cultural no bairro  Reduz o crime e a delinquência no bairro

- Esta tabela desenvolve uma tipologia proposta por Kevin McCarthy (2002)

Na opinião de Guetzkow (2002) as artes têm impacto no aumento de capital social e de coesão comunitária. “Virtualmente todos os estudos que fazem esta reivindicação analisam os efeitos de programas de artes da comunidade sobre os participantes e organizações envolvidas (Costello 1998; Dolan 1995; Dreeszen 1992; Fritschner and Hoffman 1984; CDA 2000; Krieger 2001; Landry et al. 1996; Matarasso 1997; Matzke 2000; Murphy 1995; Ogilvie 2000; Preston 1983; Stern et al. 1994; Stern and Seifert 2002; Trent 2000; Williams 1995; Wollheim 2000) ” (p 5).

Guetzkow (2002) refere que a “participação ativa nas artes conduz, além disso, a melhoria do autoconceito e sentimento de controlo sobre a própria vida” (p.10). Para Guetzow (2002) outro benefício das artes reflete-se na “melhoria de competências, capital cultural e criatividade” (p.10). Indivíduos diretamente envolvidos na criação ou organização de atividade artísticas pode aprender habilidades que eles não tinham anteriormente e podem demonstrar maior criatividade (Fiske, 1999; Randall, Magie e Miller, 1997; Rolph 2001; Seham 1997; afiada 2001; Weitz, 1996) ” (p.11).

Tabela 2.2. - Seleção dos impactos reivindicados nas artes (Jermyn, 2004)

impactos reivindicados na artes
---------------------------------

- Desenvolve a autoconfiança e autoestima
- Aumenta habilidades de criatividade e pensamento
- Melhora as habilidades em atividades de planeamento e organização
- Melhora a comunicação de ideias e de informações
- Cria e melhora o desempenho escolar
- Aumenta a apreciação das artes
- Cria capital social
- Fortalece comunidades
- Desenvolve a identidade da comunidade
- Diminui o isolamento social
- Melhora a compreensão de diferentes culturas
- Aumenta a coesão social
- Promove o interesse no ambiente local
- Ativa a mudança social
- Gera consciência pública de um problema
- Melhora a saúde física e mental e o bem-estar
- Contribui para a regeneração urbana
- Reduz o comportamento ofensivo
- Alivia o impacto da pobreza
- Aumenta a empregabilidade dos indivíduos.

\*Fonte: Landry et al (1996); Williams (1996 & 1997); Matarasso (1997); DCMS (1999); Blake Stevenson Ltd (2000); NFER (2001) – p 14

Jermyn (2001) apresenta-nos uma tabela onde relaciona três estudos e respetivas metodologias de projetos de artes com os impactos gerados.

Tabela 2.3. – Revisão da literatura sobre o impacto das artes

Estudo e Metodologia	Impactos
<p>DCMS, 1999</p> <p>Após a publicação do “Bringing Britain together “PAT 10 foi criado para explorar as melhores práticas de utilização das artes, desporto e lazer para envolver as pessoas de bairros pobres</p> <p>Método: PAT 10, um grupo de funcionários do governo e profissionais experientes, reuniu-se quatro vezes; subgrupos focaram questões específicas (por exemplo, as melhores práticas, financiamento, etc) foram recebidas visitas de organizações, o PAT visitou seis agências de artes; as pesquisas exploraram a existência de literatura, sobre as artes e os desportos. O relatório final não contém muitas provas, no entanto, inclui alguns estudos de caso e apresenta pontos de vista a respeito dos impactos gerados.</p>	<p>Um número reduzido de estudos de caso forneceu evidências da contribuição positiva do desporto, artes e lazer nas áreas da saúde, emprego, redução da criminalidade e na educação. Entre os impactos notáveis estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios económicos (aumento oportunidades de emprego e munição dos indivíduos com competências transferíveis)</li> <li>• Autoconfiança, autoestima e sentimento de realização</li> <li>• Habilidades sociais, organizacionais e de marketing</li> <li>• Ajudou as comunidades a expressarem a sua identidade</li> <li>• Alterou as perceções da área</li> <li>• Criou ligações externas à comunidades</li> </ul> <p>A principal conclusão foi a ausência de provas "mais consistentes" do impacto regenerativo das artes e do desporto.</p>
<p>Health Development Agency, 2000</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Um número esmagador de projetos identificaram o aumento da sociabilidade (através da amizade), autoestima, o desenvolvimento</li> </ul>

<p>Focou-se em projetos artísticos que visam a participação da comunidade, capacidade de regeneração, bem como aqueles com objetivos relativos à saúde.</p> <p>Método: revisão da literatura, visitas a 15 projetos, a elaboração de critérios para análise (a); levantamento de projetos (90/246 Responderam).</p>	<p>pessoal, a confiança ea melhoria da saúde mental como benefícios da participação em projetos de artes. As evidências foram principalmente anedóticas – nenhum dos projetos tinham criado instrumentos rigorosos de medição.</p> <p>•No projetos declararam que o trabalho teve valor na educação informal através do desenvolvimento da linguagem, habilidades criativas e sociais.</p> <p>•No geral, houve uma falta de evidências sobre os benefícios diretos na saúde mas existiam fortes evidências do papel que as artes desempenham na melhoria da saúde mental.</p>
<p>GLLAM, 2001</p> <p>Concentrou-se em resultados sociais de iniciativas de museus que envolveram pessoas em risco de exclusão ou procurou abordar questões mais amplas de desigualdade e desvantagem.</p> <p>Método: Entrevistas com todos os 22 diretores do projeto GLLAM, entrevistas com 25 projetos líderes telefone / cara a cara , visitas a 10 museus.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento e desenvolvimento pessoal</li> <li>• Capacitação da comunidade</li> <li>• Representação de comunidades inclusivas</li> <li>• Promoção de comunidades mais saudáveis</li> <li>• Melhoria de resultados escolares</li> <li>• Combate ao desemprego</li> <li>• Combate à criminalidade</li> </ul>

Tabela 2.4 - Investigação primária – impactos das atividades artísticas (Jermyn, 2001)

Estudo e Metodologia	Benefícios
<p>Bowles, 1991 citado em Shaw 1999</p> <p>Avaliação de um curso piloto de formação em Dublin, envolvendo 17 mulheres, em que as atividades de artes eram usadas como ferramentas para a ação da comunidade e mudança social, bem como para o desenvolvimento pessoal. A avaliação envolveu a medição do impacto do curso sobre o indivíduo, grupo e comunidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reafirmação da autoestima, de as habilidades e criatividade</li> <li>• Competências artísticas, comunicacionais e de organização</li> <li>• Autoconfiança</li> <li>• Consciência de como a ação coletiva e criativa pode proporcionar a mudança</li> <li>• Sensibilidade para as questões da comunidade</li> <li>• Participação em atividades comunitárias</li> <li>• Capacidade de trabalhar em grupo</li> <li>• Disseminação de habilidades em artes nacomunidade</li> <li>• Ação comunitária</li> <li>• Aumento do trabalho entre as comunidades</li> <li>• Mais Controle local</li> <li>• Identidade e coesão local</li> </ul>
<p>Williams, 1996 &amp; 1997</p> <p>Estudo de dois anos na australia focado em medir o impacto de 95 projetos de artes na comunidade.</p> <p>Método: nove estudos de caso, pesquisa de 198 organizadores e 200 observadores. Indicadores desenvolvidos para avaliar os benefícios sociais, artísticos, educacionais e económicos dos projetos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve Capital social</li> <li>• Constrói e desenvolve comunidades</li> <li>• Ativa a mudança social</li> <li>• Desenvolve Capital humano</li> <li>• Melhora o desempenho económico</li> </ul>
<p>Matarasso, 1997</p> <p>Estudo de Comédia teve como objetivo identificar evidências do impacto social que derivam da participação artes e identificar formas de avaliar o impacto social.</p> <p>Método: pesquisa de estudo de caso em nove locais do Reino Unido, Helsínquia e Nova Iorque.</p> <p>Método: visitas aos projetos, entrevistas formais e grupos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento pessoa</li> <li>• Capacitação da comunidade e autodeterminação</li> <li>• Imagem e identidade local</li> </ul>

de discussão com os participantes (a), artistas e outras pessoas, grupos de observadores (b). Conseguiram 513 respostas dos participantes ao questionário, perguntas elaboradas para formar quadro comum de investigação para cada caso de estudo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imaginação e visão</li> <li>• Saúde e bem estar</li> </ul>
Carpenter, 1999 Uma avaliação do Desafio Regional da London Arts Board, de 1998/9 <i>London Arts Board's</i> , um programa de financiamento direcionado para as artes e as comunidades socialmente excluídas. Método: análise das autoavaliações, recolha de evidências, e técnicas de marketing de seis projetos, quatro critérios utilizados para desenvolver uma estrutura comum para avaliar a qualidade dos processos participativos de marketing	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento do público</li> <li>• Compromisso sustentado pelo público</li> <li>• Trabalho de projetos durante períodos prolongados</li> </ul>
NFER, 2000 Estudo de três anos da Escola secundária de educação artística na Inglaterra e no País de Gales. Método: questionários aos estudantes; entrevista ao sobre o programa com os empregadores e empregados, entrevistas em profundidade com alunos, professores de artes, administradores escolares, observação de aulas de artes em cinco escolas de estudo de caso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Satisfação elevada, excitação, realização e libertação terapêutica de tensões</li> <li>• Habilidades e conhecimentos associados a formas de arte</li> <li>• Conhecimento das questões sociais e da cultura</li> <li>• O desenvolvimento pessoal e social</li> <li>• Competências de criatividade e pensamento</li> <li>• Competências de comunicação e de expressão</li> <li>• Alguns efeitos foram transferidos a outros contextos</li> <li>• Alguns efeitos na cultura escolar e na comunidade local</li> <li>• Arte em si foi um resultado</li> </ul>

Na opinião de Jermyn (2001) “ o aumento da autoconfiança é frequentemente sugerido como um resultado da participação nas artes. Tem sido sugerido que os participantes desenvolvem competências criativas e não-criativas, como competências de comunicação ou organizacionais. Como Dewson et al (2001, cit. por Jermyn, 2001) observa ", enquanto a aquisição de certos resultados podem parecer insignificante para uns, para outros alcançar estes resultados pode significar muito para outros" (p.18). Jermyn, refere alguns casos de estudos desenvolvidos por outros autores que aferiram o impacto da participação em projetos de artes nos indivíduos, a nível do desenvolvimento pessoal. Matarasso (1997, cit. por Jermyn, 2001) afirmou que os benefícios de desenvolvimento pessoal que decorrem da participação em programas de artes, incluem autoconfiança, a formação e as competências sociais ou passando a se envolver em outras atividades da comunidade”(p.18). Harland *et al.* (2000, cit. por Jermyn, 2002) estabeleceram que os estudantes de arte, música, teatro e dança adquiriam certos benefícios, como: satisfação elevada, excitação, realização e libertação terapêutica de tensões, melhoria de competências e conhecimento associado a formas de artes particulares, melhor conhecimento das

questões sociais e da cultura, avanços no desenvolvimento pessoal e social, desenvolvimento da criatividade e habilidades de pensamento, enriquecimento de habilidades de comunicação e de expressão” (p.20). Jermyn (2001) aponta também o impacto positivo na saúde e bem-estar. Matarasso (1997, cit. por Jermyn, 2001) concluiu que "é claro que as pessoas obtinham grande prazer de estarem envolvidos em atividades de artes e que contribui muito para a sua qualidade de vida". Propõe que a melhoria da saúde e bem-estar foi um dos resultados da participação artes, através das respostas dadas pelos participantes como “sentir-se melhor ou mais saudável" ou "sentimento mais feliz ” (p.23).

### 3.2. Bons princípios na inclusão social pela arte

Neste ponto dedicamos a nossa atenção aos bons princípios nos projetos de inclusão social e artes. A literatura que tentou identificar os melhores princípios que sustentam as artes e inclusão social é muitas vezes acompanhada de advertências que não existe uma única fórmula vencedora. Há uma falta de análise rigorosa do que funciona, mas vários comentadores identificaram vários princípios que, na sua opinião, pode influenciar um resultado de sucesso.

Jermyn (2001) apresenta-nos uma tabela, que reúne três investigações: PAT 10, Williams e Matarasso sobre os princípios de trabalho.

Tabela 2.5 – Os melhores princípios

PAT 10 (DCMS, 1998)	Williams (1997)	Matarasso (1997)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir objetivos comuns de acordo com as necessidades reais</li> </ul>	Estabelecer objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Objetivos específicos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover parcerias equitativas que apoiem o compromisso local</li> <li>Control local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo que trabalhe com base na verdade e na cooperação</li> <li>Níveis de participação significativos</li> <li>Artistas são colaboradores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parcerias equitativas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>orgulho no alcance artistico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Excelência</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a sustentabilidade</li> <li>Estabelecer ligações com as atividades de massas: artes e desporto , trabalhando com flexibilidade de mudança</li> <li>Valorizar a diversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nível de investimento dos investidores com resultados a longo termo</li> <li>Nível de boa vontade desenvolvido nas organizações locais, regionais e redes aliadas</li> <li>Capacidade para desenvolver comunidades líderes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Partilha de principios éticos</li> <li>Expetativas proporcionais</li> <li>Bom planeamento</li> <li>Avaliação conjunta</li> </ul>

De acordo com a tabela sobressaem como princípios comuns os estabelecimento de objetivos específicos, o estabelecimento de parcerias e a participação ativa de todos.

Na opinião de Barraket (2005) “ estabelecer princípios de boas práticas da utilização das artes na facilitação da inclusão social é difícil” (p.13). A literatura sugere que a efetividade dos projetos depende: “do contexto específico, dos participantes e dos objetivos particulares de cada atividade” (p.13). No entanto, o autor refere que surgem alguns: “valorização da qualidade artística (Matarasso (1997), Williams (1997), Goodlad et al. (2002) e quase toda a BSL e iniciativas de organizações parceiras enfatizar a importância de envolver artistas estabelecidos em envolver e motivar os participantes. Outro consiste em “facilitar o sucesso do risco - Matarasso (1997), Williams (1997) e Kay (2000) sublinham a necessidade de apoiar os participantes estabelecer e cumprir, desafios artísticos e sociais. Também indicam que se deve “promover a colaboração e participação do grupo.” Há uma forte ênfase no envolvimento dos participantes na definição dos objetivos e âmbito de iniciativas específicas. Refere, também, a avaliação de resultados, bem como os produtos - Long et al. (2002) e Coalter (2001) observar particularmente a importância da avaliação resultados em termos de melhoria das oportunidades dos participantes para a inclusão social. (p13).

### **3.2.1. A questão da avaliação sobre o impacto das artes na inclusão social**

A questão da reduzida avaliação formal sobre o impacto das artes na IS é considerada, pela literatura disponível que trata a temática, como um dos principais problemas neste âmbito. São apontadas várias barreiras que se impõem à sua efetividade e, também, são referidas algumas sugestões para ultrapassar este problema, de forma a confluir na realização de avaliação geradora de dados sobre os impactos reais das artes no processo de IS de indivíduos, grupos e na comunidade. Na opinião de Barraket (2005) existem problemas específicos na compreensão da ligação entre as artes na inclusão social, de entre os quais destaca a avaliação (Shaw 2003; Jermyn 2001; Coalter 2001; Reeves 2002; Long et al. 2002, entre outros) gerada por determinadas barreiras como a “ resistência à avaliação do setor de comunidade das artes, com

base na preocupação de que esta levará a uma valorização muito instrumental das artes”, a “ausência de métodos eficazes de avaliação dos resultados de inclusão social, como distinta de produto, das artes e as “ diferentes necessidades de avaliação dos programas das comunidade de artes, de acordo com os seus financiadores” (p.14). Jermyn (2001) completa esta ideia referindo que “ a existência, quase irrelevante, de avaliação sobre os impactos das artes, reflete a pouca atenção que esta área recebeu, no passado, pelos decisores políticos” (p.10). Shaw (1999, cit. por Jermyn, 2005) observou que o papel das artes tem sido acompanhado mais de perto, na Austrália e na República da Irlanda, cujos respetivos sistemas de financiamento de artes tomou uma decisão política para investir nas artes em comunidades carentes e comprometeram-se a medir o impacto desse investimento” (p.10). Para Jermyn (2001) há um crescente corpo de pesquisa, estudos de casos documentados e evidências anedóticas que ilustram os impactos das artes, alguns dos quais especialmente preocupados com os impactos da participação artes em indivíduos ou comunidades que possam ser considerados socialmente excluídos. No entanto, muitos autores como Galloway (1995), notaram a necessidade de uma avaliação ainda mais robusto: "Há uma enorme quantidade de evidência empírica que mostra a diferença das artes fazer para indivíduos e comunidades. E, no entanto, tem havido pouca avaliação sério, precisamente porque esses impactos sociais são muitas vezes a longo prazo e difícil de quantificar” (p.6). Da mesma forma, Matarasso (1996, cit. por Jermyn, 2001) sugeriu que, exceto no contexto muito limitado de relações de financiamento, o mundo das artes tem mostrado pouco interesse no desenvolvimento de sistemas de avaliação por meio do qual a provar o seu valor interna ou externamente, aparentemente preferindo afirmar que é ver para crer. (p.9). Matarasso (1996), Moriarty (1997), Shaw (1999) e Jermyn *et al* (2000) observaram que praticantes de artes raramente consideram avaliação e monitoramento como fundamental ou essencial para o seu trabalho e perceber a avaliação como uma tarefa que é adicional ou secundária. Além disso, a boa avaliação requer tempo, recursos e motivação, mas como Moriarty (1998, cit. por Jermyn, 2001) observou, em muitos casos, não há recursos adicionais disponíveis para a avaliação.

A avaliação tem vários propósitos. Na opinião de Russel (1991, cit. por Jermyn (2001) "mostrar aos outros o que estamos fazendo e para fornecer evidências para julgar, dar mérito ou

valorizar" (Russell, 1998). No entanto, Torres (1991, cit. por Jermyn, 2001): "o objetivo de todo o trabalho avaliativo é" promover a compreensão" para "adequar a ação" (p6). A avaliação é um ponto muito relevante no campo da IS e das artes e ainda que não havendo um modelo universal , são várias as indicações para melhorar a avaliação. Segundo Barraket (2005) a literatura sublinha a importância da avaliação efetiva se queremos alcançar o impacto das artes na inclusão social. Para a autora, apesar de considerar que não existe um método universal de avaliação, sugere algumas questões que devem ser consideradas no desenho de uma avaliação efetiva, que são "incorporação da avaliação no programa / projeto de atividade", os métodos de avaliação devem ser significativos para o *staff* e adequados aos recursos", os "métodos de avaliação devem avaliar os resultados bem como os produtos" (p.15).

#### **4. Política cultural, articulações e visões**

A Política cultural (PC), é considerada um conceito em evolução que se veste de articulações com causas e de visões em prol do contexto social envolvente. Geralmente é operacionalizada por uma pluralidade de agentes culturais, que, por meio de desenvolvimento de iniciativas culturais, se propõem a satisfazer as necessidades e aspirações culturais do tecido social circundante. Na opinião de Coelho (1997) a PC conflui "num programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários", que visem "satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas" (p.203). Para o autor, PC é necessariamente, desta forma, o conjunto medidas que objetivem a "distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do património histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável" (p.203). Casullo (2007, cit. Por Olmos, 2008) caracteriza a PC como "o conjunto de intervenções, ações e estratégias que diversas instituições governamentais, não-governamentais, privadas, comunitárias, etc. postas em prática, a fim de atender necessidades e aspirações culturais, simbólicos e expressivos da sociedade a diferentes níveis e modalidades" (p.57). Martinell (1999) destaca a adequação de cada PC ao contexto, defendendo a não "transferência de políticas" e colocando a tónica na

adequação da PC ao “contexto envolvente específico, “ à sua história” e “características”, ainda que se possa beber de inspiração noutras experiências (p.6). Olmos (2008) e Silva (2008) também enfatizam a importância primordial de se conhecer a diversidade cultural dos destinatários, a heterogeneidade do campo cultural, território e povo, as instituições no momento de desenhar as políticas culturais, aquando do delineamento da PC.

A PC, levada a cabo por uma pluralidade de agentes culturais, pode funcionar com um elemento transformador no contexto a que aplica. Canclini (2001) aponta que “ estudos recentes tendem a incluir neste conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as Instituições Cívicas e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico satisfazer as necessidades da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.”. (p.56.) Existe assim uma emergência de agentes culturais que passam a ser inseridos na esfera cultural.

A filosofia de ação da PC imbuída na concretização do que se propõe, de transformar e desenvolver a sociedade “por deter um sentido que vai para além da tarefa administrativa “, “ já que ela implica em um “ (...) conjunto de ideias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (Barbalho, 2008, cit. por Olmos, 2008) e cujo campo de atuação contempla um leque diversificado de valências de atuação, de onde podemos assinalar o desenvolvimento da cultura e o assegurar da cidadania cultural (Olmos,2008). Esta sua valência parece conjugar-se valências com outras como o acesso e participação cultural. É referido o critério de atuação da PC com base na transversalidade, extensível a diversos campos. Também, se pode considerar que já existe reconhecimento de que a intervenção no setor da cultura é uma das dimensões-chaves no tratamento da questão da ES e IS (Capucha, 2000). Como referi anteriormente, segundo Capucha (2000) a multidimensionalidade singular do fenómeno ES e IS transporta-nos a que a “ esfera da discussão deve ser visto como um objetivo maior que se estende pelas suas variâncias” (p.29). Para o autor “é portanto necessário desenvolver políticas específicas de combate à exclusão social” que deverão obedecer, entre outros critérios ao da multidimensionalidade. “A promoção da inserção social e profissional dos grupos desfavorecidos implica uma abordagem que toque coerentemente todos os aspetos relevantes da sua vida, que

vão da educação e qualificação para o acesso a um emprego, à oferta ou criação desse emprego, à formação no decurso da vida profissional, à proteção social ao acesso a equipamentos sociais e de saúde, à habitação, à cultura, à autoestima, ao lazer, à pertença a uma comunidade. A falha em qualquer destas dimensões pode comprometer todo o processo, já que, aparentemente, sendo a vida sectorializada nos nossos dias, não se esbatem as implicações de cada uma das facetas sobre as outras e permanece a interdependência entre elas” (p. 30). Pode-se equacionar as políticas culturais em função da inclusão social, um caminho em sociedades de profundas desigualdades. Ainda a este respeito, Casullo (2007) considera que ” uma política que opere num sentido restrito contribuí para aumentar as lacunas, (...). “Ser cidadão não é o mesmo que ser consumidor e uma política é fundamental na construção da cidadania, sempre e quando se amplie o paradigma desde o qual se atua, sem que isto implique (...) ilusões de grandeza nem de reclamar para o setor cultural a gestão de todas as questões da sociedade (p.43). Ainda a este respeito, Gerardo (2003, cit. por Olmos, 2008) afirma que “as políticas culturais constituem uma variável do desenvolvimento em qualquer sociedade (p.65).

## **5. Gestão Cultural, articulação no tecido social**

O setor da Gestão Cultural (GC) parece ter conquistado lugar nas recentes discussões. Caracteriza-se por ser um setor em constante adaptação e consolidação, devendo ser dotado de abertura e permeabilidade face ao contexto envolvente. Reconhece-se que não existem modelos gerais de GC. Partindo desta ideia, a GC deve procurar conhecer e compreender as particularidades específicas do contexto em que vai atuar, de forma a criar os seus próprios referenciais de ação e de avaliação (Olmos, 2008). Também Bayardo (2000) considera que não existe um modelo geral de GC, devendo o plano de GC se fundamentar nas circunstâncias contextuais. Para o autor, “ especificamente, no setor cultural, gestão significa uma sensibilidade para compreender, analisar e respeitar os processos sociais em que a cultura estabelece importantes sinergias (p.55). Para Martinell (2003) gerir a cultura “ significa sensibilidade para compreender, analisar e respeitar os processos sociais” e desenvolver “ referenciais próprios de

ação, adaptando-se às suas particularidades” e estabelecer a “ forma de evidenciar, de forma muito diferente, os critérios de eficácia, eficiência e avaliação (p. 7). Olmos complementa esta ideia ao apresentar-nos uma perspectiva mais operativa que reforça o carácter de abertura de GC ao citar Martinell (2000) que “ a gestão reclama a capacidade de definir os objetivos do projeto e desenhar o projeto como eixo e de metodologia de ação. A gestão aproxima-se de alguma criatividade na busca de alternativas e de inovação, com grande sensibilidade de atenção ao exterior e aos processos do seu contexto (p.54).

A GC compreende atividades de conceção, gestão, avaliação de planos que pretende ir ao encontro das necessidades culturais da sociedade envolvente e plantea o desafio de promover o desenvolvimento simbólico na diversidade do tecido cultural. Segundo Brussa (2004, cit. Por Silva, 2008) “ a gestão cultural visa abarcar o imaginário coletivo, busca a totalidade dos cidadãos e vai além das produções artísticas. Coloca-se o desafio de se conseguir lidar com a diversidade de características culturais dos cidadãos” (p.3).

Defende-se que a GC se deve guiar por princípios de abertura em relação a diversos aspetos da sociedade mas não deve caindo na sua instrumentalização pura, pode ser reclamada para atuar sobre problemas sociais. Essa perspectiva implica um corte com a instrumentalização da cultura, ou seja, de utilizá-la apenas como recurso para a obtenção de alguma coisa, como solução para problemas sociais.

A GC detém também um papel de intermediação num contexto específico para oferta de bens e serviços culturais. Segundo Cunha (2003) “Gestão Cultural é um processo organizacional de promoção e de intermediação, que utiliza gestão eficiente dos recursos em um contexto específico para oferta de bens e serviços culturais” (p.3)

A GC é uma abordagem instrumental para o desenvolvimento humano se baseia em um conceito aberto e cultura operacional e se levar em conta a identificação de características das sociedades em que é (Olmos, 2008).

Uma características é a sensibilidade para a compreensão e análise de dinâmicas sociais diversas. “Tendo em vista a variedade de situações em que a gestão é requerida, assim como a pluralidade de demandas culturais que possa vir a responder, a gestão envolve

criatividade na busca de alternativas e inovação. Além disso, exige uma sensibilidade para a compreensão e a análise de dinâmicas sociais diversas, a capacidade de entender processos criativos e de estabelecer relações de cooperação com o mundo artístico e suas diversidades. Silva, L.S. (2007). Segundo Cunha (2007) “A gestão cultural deve, acima de tudo, estimular a criatividade e garantir a liberdade criativa e de expressão aos cidadãos, assegurando as condições para que diversas práticas e consumos culturais estejam ao alcance de todos” (p.3). A GC deve focar-se na garantia de direitos culturais (...) o direito de acesso à criação e à fruição cultural, bem como a liberdade de pensamento e de expressão (...)” (p.4). Por isso, a gestão cultural deve, acima de tudo, estimular a criatividade e garantir a liberdade criativa e de expressão aos cidadãos, assegurando as condições para que diversas práticas e consumos culturais estejam ao alcance de todos (Bayardo, 2000).

## **6.O gestor cultural na função de mediador**

Ao gestor cultural é-lhe atribuída a função de mediador entre os diversos atores dos processos culturais. É considerado um agente de mudança, gerador de políticas com base num diagnóstico. Deve ser sensível às necessidades, potencialidades e expectativas do contexto a que a sua ação se circunscreve. Na opinião de Bayardo (2000) o gestor cultural é um “ agente de mudança” que deve “ gerar políticas a partir de diagnósticos do cenário cultural em questão, identificando demandas, potencialidades, desejos e fragilidades locais, assumindo, desta forma, um papel de mediador que opera numa perspectiva generalista entre os diversos atores, corpos disciplinares e especialidades postos em jogo nas distintas fases dos processos culturais” (p.8). Desta forma, considerando a diversidade dinâmica da cultura, o gestor deve buscar constantemente formas de ampliar as possibilidades de escolha aos indivíduos (Cunha, 2007). De realçar a capacidade deste agente cultural de ser capaz de materializar e dinamizar no âmbito local, regional e nacional as práticas que configuram a cultura de uma comunidade. Ou seja, deve desenvolver e deter a sensibilidade da realidade contextual envolvente de forma a materializar e a dinamizar as práticas que configuram a cultura de uma comunidade. Articulação de um caráter mais prático, voltado

para ações mais objetivas. - Sensibilidade artística, ações estratégicas e objetivas (Silva, 2008). Segundo Martinell (1999) na área da GC entende-se por gestor cultural um agente mediador entre a esfera da cultura e uma política cultural, podendo deter uma participação no desenho das PC, pois se considera que a sua ação pode consolidar uma atividade social. O agente cultural deve traduzir aproximação ao contexto onde se insere para desenvolver um plano de ação adequado às características contextuais. “Alguns autores, como Muller (1990)<sup>3</sup>,”os agentes denominam-nos "mediadores", porque eles constroem uma referência política, ou seja, criam imagens conceituais que determinam a percepção do problema, necessidade ou interesse e as propostas e fornecem soluções adequadas para cada situação. O que o gestor cultural recolhe é a vontade cultural que por sua vez, pode cristalizar de diversas formas. Segundo FEAG (2009) “Agentes culturais analisam e interpretam a realidade da própria sociedade, dão resposta para os seus problemas e necessidades, e organizam serviços de bem-estar”. O Gestor Cultural nas palavras de Eduard Delgado, utiliza os “métodos e ferramentas que tendem a harmonizar e equilibrar as necessidades de projetos culturais criativos com as necessidades do território”, tendo em conta as relações locais e globais” (p.4).

Não podemos deixar de concordar com Martinell (2003) ao indicar que Gestor cultural é uma profissão que tem por base conhecimentos multidisciplinares, desenvolvidos com base em referenciais sociais, políticos, históricos e culturais. Nesse sentido, a gestão cultural deverá estabelecer uma relação entre todos estes campos que se interrelacionam no campo cultural.- relação “uma relação entre as questões artísticas e culturais associadas aos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos, bem como aos conhecimentos mais técnicos da comunicação, economia, administração e direitos aplicados à esfera cultural”(p.4).

## **Parte III**

---

### **Estudo empírico**

## CAPÍTULO III

### Opções metodológicas

---

#### 1. Problemática e motivações para o estudo

Na opinião de Quivy e Campenhoudt (1992), “a problemática é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adotar para tratar o problema posto pela pergunta de partida” (p.91). Segundo Quivy (1998), “construir a problemática equivale a formular (...) os conceitos fundamentais e as ideias gerais que inspirarão a análise” (p.13). O autor refere que a problemática “constitui o princípio de orientação teórica” e “dá à investigação a sua coerência” (p. 14).

A problemática do presente estudo consiste em analisar, em que medida, um projeto de inclusão social pelas artes gera impactos positivos na vida de crianças e jovens, em exclusão ou em vias de exclusão social, a nível individual e social, ao potencializar e/ou desenvolver determinadas competências que facilitem o seu processo de inclusão social, com base nas perceções dos mesmos, e de que forma os mentores, as instituições e os artistas que realizaram o projeto, percecionam o contributo da arte e deste projeto em particular para a inclusão social, sendo que será com base nas opiniões de todos os envolvidos que irá resultar um contributo singular que fomente a participação mais ativa da Política Cultural no âmbito da inclusão social. Na opinião de Barraket (2005) existe um reconhecimento consistente na literatura de que as atividades artísticas têm o poder de devolver e/ou contribuir para a inclusão social de indivíduos, grupos ou comunidades. A este respeito, Gueztkow (2002) considera que “as artes têm sido anunciadas como uma panaceia para todos os tipos de problemas ou que têm sido reclamados os benefícios das artes em diversos campos. Ao nível individual é referido que a “participação nas artes melhora bem-estar físico e psicológico (Baklien 2000; Ball e Keating 2002; Bygren,

Konlaan e Johansson, 1996; Turner e Senior 2000)” e a nível das comunidades considera-se que “ as artes proporcionam um catalisador para a criação de capital social e para realização de importantes objetivos da comunidade (Goss, 2000; Matarasso 1997; Williams1995) “ (p.2). Para Barraket (2005) como impactos individuais refere os benefícios no desenvolvimento pessoal (Matarasso 1997; Williams 1997; Long et al.2002; Goodlad et ai. 2002, cit. por Barraket, 2005) contribui para o aumento da autoestima e confiança. Segundo Matarasso 1997; Williams, 1997; Long et al 2002;Goodlad et ai. 2002, Kingma 2001; Thiele & Marsden( 2002, cit. por Barraket, 2005 ) permite o aumento de habilidades sociais e criativas. Para Williams, 1997; Long et al (2002, cit. por Barraket, 2005) gera redes pessoais mais fortes e na opinião de Matarasso 1997; Kingma 2001;Krensky (2001, cit. por Barraket, 2005) tem efeito na maior capacidade de reflexão e/ ou pensamento estratégico” (p.9). Ao nível dos impactos na da comunidade é referido o fortalecimento de coesão social e redução de isolamento social. A cultura, onde se inclui a arte, pode ser assumida como uma das dimensões da questão da inclusão social, e é reclamando para a Política Cultural um papel mais ativo sobre esta questão, que decorre da sua transversalidade. Casullo (2007) considera que uma política deve ser transversal, uma vez que “ uma política que opere num sentido restrito contribuí para aumentar as lacunas, (...). “ser cidadão não é o mesmo que ser consumidor e uma política é fundamental na construção da cidadania, sempre e quando se amplie o paradigma desde o qual se atua, sem que isto implique (...) ilusões de grandeza nem de reclamar para o setor cultural a gestão de todas as questões da sociedade “(p.43). Neste sentido, a Política Cultural é considerada como motor de desenvolvimento sendo que para Gerardo (2003, cit. por Olmos, 2008) afirma que “as políticas culturais constituem uma variável do desenvolvimento em qualquer sociedade” (p.65).

As motivações do estudo desta problemática foram acreditar no potencial que a cultura, as artes, podem ter no fomento da luta pela inclusão social, apostando numa Política Cultural mais ativa neste âmbito. Acreditamos na justeza e pertinência social dos projetos artísticos pela inclusão social, que ao proporcionarem o acesso e participação social de pessoas em exclusão ou vias de exclusão social, podem potenciar o desenvolvimento de competências, dotando-os de ferramentas que podem facilitar o seu processo de inclusão social. cremos, assim, que a Política

cultural se deve associar na luta pela inclusão, pelo seu potencial inerente à cultura. Como gestores culturais e mediadores sociais, consideramos que este estudo contribui para o nosso questionamento sobre como utilizar a arte, a cultura, sem lhe atribuir um caráter de instrumentalidade exclusiva, para atuar efetivamente junto de pessoas em risco de exclusão social ou em exclusão social, através do desenho de iniciativas que as permita efetivar a sua cidadania e aproximá-las (novamente) da sociedade, uma sociedade mais inclusiva.

## **2. Questões e objetivos da investigação**

A problemática enunciada leva-nos à formulação de questões. As questões de investigação ou perguntas de partida são o fio condutor da investigação (Quivy, 1998). Através da análise das perceções dos protagonistas da nossa investigação, apresentamos as questões da investigação, que conduziram este trabalho:

2. Qual a perceção do Projeto Lugares Mágicos no âmbito da inclusão social para os mentores, as instituições e os artistas?
3. Qual o impacto do Projeto Lugares Mágicos nos participantes?

As questões servem para orientar a investigação e também para enquadrar os objetivos. As questões da investigação dão origem à formulação dos objetivos de investigação (Moreira, 2009).

O estudo “A inclusão social pelas artes – Contributo para uma Política Cultural inclusiva na região do Algarve” propõe-se a analisar um projeto de inclusão pelas artes e a sua pertinência para fomentar e sustentar o papel ativo que a Política cultural pode deter neste âmbito, com base nas perceções de todos os envolvidos: mentores, instituições, artistas (Grupo A) e participantes (Grupo B).

O propósito geral do estudo que se apresenta é clarificar a noção da ligação entre a inclusão social e as artes, percecionado pelos envolvidos no desenho e aplicação do Projeto a vários níveis, que denominámos de grupo A: a Política Cultural e a Inclusão social – o trabalho articulado entre as diferentes instâncias de poder local/regional e a sociedade civil; O impacto da inclusão social - Contribuição para a inclusão social e para uma sociedade mais inclusiva,

contribuição para o conhecimento e o fomento da cidadania; o PLM – os objetivos específicos do projeto, a avaliação do projeto - a avaliação realizada, as boas práticas e o impacto percebido pelos participantes, que designámos de grupo B, sobre a importância do projeto, as aprendizagens reconhecidas, interesse e motivação em participar em futuros ateliês, experiência anterior com arte, a criação e fortalecimento de amizades, na autoconfiança, na capacidade de expressão de ideias, autonomia e trabalho em grupo. A este respeito, Galloway (1995, cit. por Jermyn, 2004) refere que “há uma enorme quantidade de evidências empíricas que mostram a diferença que as artes podem fazer para indivíduos e comunidades” (p.6). Long et al. (2002) e Coalter (2001, cit. por Jermyn, 2004) reforçam a relevância da avaliação realçando que se deve “observar particularmente a importância da avaliação resultados em termos de melhoria das oportunidades dos participantes no âmbito da inclusão social. A avaliação pode ser considerada como uma ferramenta de aprendizagem, no sentido que o objetivo é alcançar a compreensão para a melhoria e adequação da ação (Torres, 1991, cit. por Jermyn, 2004).

Perante o exposto, o objetivo geral deste estudo era perceber a pertinência da avaliação de uma projeto de inclusão pelas artes, tendo por base a percepção dos envolvidos, de modo a recolher dados que fomentem uma Política cultural mais ativa face à inclusão social:

Com base nas percepções dos protagonistas do grupo A, pretendemos com objetivos específicos levar os sujeitos do nosso estudo a refletir sobre:

- a) O trabalho articulado entre as instâncias de poder local, regional e nacional;
- b) O reconhecimento sobre o papel da cultura e das artes no âmbito da Inclusão Social;
- c) A ligação entre as artes e o conhecimento;
- d) A ligação entre as artes e a cidadania;
- e) O contributo das artes para uma sociedade mais inclusiva
- f) Clarificar se a avaliação era uma questão importante;
- g) Referir a pertinência do projeto;
- h) Indicar bons princípios;

A complementar, pretendemos ainda identificar os contributos de participação num projeto de inclusão pelas artes com questões mais específicas para a Direção Regional da Cultura do Algarve:

- i) Política Cultural tem como objetivo atuar face à exclusão social
- j) Como foi elaborado o PLM

Para a Associação Ateliê Educativo:

- k) O motivo de terem aceite o desafio
- l) Como construíram o projeto

Para as instituições:

- m) Os motivos de participação
- n) Impactos nos participantes
- o) Continuidade

Para os artistas:

- p) Os motivos de participação
- q) A pertinência dos PLM.

Pretendemos também apreender a auto- percepção dos participantes sobre os impactos ao nível de:

- r) Coesão do grupo (novas amizades)
- s) Participação em novos ateliês
- t) Experiências adquiridas
- u) Experiência anterior com arte
- v) Trabalho em grupo
- x) Autoconfiança
- y) Capacidade de pensar e expressar
- z) Autonomia

### **3. Fundamentação das opções metodológicas**

Como o objetivo desta investigação se foca na análise em particular da realidade do projeto de inclusão pelas artes “ Lugares Mágicos ”, considerámos como mais adequado o Estudo de caso para esse propósito. “O método de estudo de casos vem sendo cada vez mais utilizado no âmbito das ciências humanas e sociais como procedimento de análise da realidade (Serrano, 2004; Yin, 2005). Para Cousin (2005, cit. por Amorim, 2009), o estudo de caso é adequado quando se pretende analisar uma realidade concreta num espaço e num tempo. Fortin (2003) considera que a característica principal do estudo de caso é “a subtileza com a qual é possível acumular dados sobre um caso particular” (p.165). Na opinião de Villegas (2004, cit. por Amorim, 2009), o estudo de caso visa compreender uma ação humana, “onde as pessoas são consideradas sujeitos e não objetos, construtores da realidade social e onde a subjetividade é um valor fundamental” (p.82). Na opinião de Merriam (1988, cit. por Amorim, 2009), há três aspetos que caracterizam o estudo de caso: i) particularidade (centra-se numa situação ou fenómeno); ii) descrição (do fenómeno em estudo); iii) heurística (“o estudo de caso ajuda à compreensão do fenómeno em estudo e pode originar a descoberta de novos significados e ampliar a experiência do leitor”) (p.82).

De forma a compreender o PLM e o impacto do teve na vida dos participantes, centrámo-nos nas perceções dos envolvidos no PLM. Considerámos analisar uma determinada realidade, num determinado espaço e tempo, tendo em consideração a subtileza decorrente da subjetividade do fenómeno, por este se basear em dados percecionados pelos próprio protagonistas, tentado descrever o PLM da forma mais clara e completa, com a possibilidade de trazer novos significados e ampliar o conhecimento sobre a temática da inclusão social pelas artes.

Tendo em consideração os objetivos deste estudo que, como referimos, optámos por realizar uma investigação qualitativa e quantitativa. No estudo de caso dá-se preferência ao tratamento qualitativo...à inventariação (...) de representações” (p.105). No entanto, como aplicámos questionários fizemos também a análise quantitativa para explorar os dados obtidos nos mesmos.

#### **4. Protagonistas do estudo**

Nesta parte iremos descrever como seleccionámos os protagonistas deste estudo. Sendo que primeiro apresentamos o projeto. O Projeto Lugares Mágicos, começou em 2010 partiu de um convite da Direção Regional da Cultura do Algarve à Associação Atelier Educativo de desenhar um projeto que se integrasse no Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social. O projeto visava a educação e a inclusão social pela arte através do património. Incidiu sobre crianças e jovens institucionalizados, através da participação em ateliês, desenvolvidos por artistas junto de património edificado, que compõem os “Lugares Mágicos”. Uma vez que se alcançar a riqueza experiencial de quem o levou a cabo, decidimos recolher as opiniões de todos os envolvidos.

Neste estudo, o objetivo consistia em abranger todos os elementos do PLM, nomeadamente, a 1ª Edição do projeto. Considerámos fundamental abranger os dois mentores, as quatro instituições, os quatro artistas e os participantes dos ateliês. O motivo prendia-se com a obtenção de evidências que nos conduzissem a uma caracterização mais completa possível sobre o projeto, desde a sua génese ao impacto percecionado pelos participantes. Só não foi possível obter dados sobre uma das instituições e um artista que integrou o projeto, devido à não conciliação de agendas. Relativamente aos participantes, também, não foi possível recolher as evidências de todos porque à data alguns já não se encontravam na instituição pela qual participaram no projeto. Deste modo, aplicaram-se os questionários dos participantes que à data se encontravam nas instituições ou que ainda estabeleciam uma relação com as mesmas.

Face ao exposto, os critérios de seleção basearam-se abranger todos os envolvidos da 1ª edição do PLM. Os envolvidos foram divididos em dois grupos, A e B. O grupo A é formado pelos mentores do PLM (Associação Atelier Educativo e a Direção regional da Cultura do Algarve, as instituições (Casa de proteção à Rapariga, Lar Bom Samaritano, Lar de Jovens Gaivota, Núcleo de Educação à Criança Inadaptada), e os artistas – tutores (Vasco Célio, Miguel Cheta e Ricardo Lopes). Em relação ao grupo B, é integrado pelas crianças e jovens que participaram nos ateliês. Os critérios de escolha basearam-se no facto de terem participado nos ateliês do início ao fim. Nas tabelas 6 e 7 resumimos as características dos nossos protagonistas, grupo A e grupo B, respetivamente:



<p>Misericórdia 986</p>	<p>de serviços</p> <p>Promover a participação ativa dos jovens na organização e funcionamento geral do lar;          Proporcionar aos jovens a satisfação de todas as suas necessidades básicas em condições de vida tão aproximadas quanto possível às da família;          Proporcionar meios que contribuam para sua valorização individual, social e profissional;          Acompanhar e estimular o seu desenvolvimento físico e intelectual, bem como a aquisição de normas e valores;          Garantir, com o recurso aos serviços de saúde, os cuidados necessários a um bom nível de saúde;          Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal, à sua formação escolar e profissional, em cooperação com a escola e as estruturas locais de formação profissional;          - Promover a sua integração na comunidade cívica e religiosa;          - Criar, sempre que possível, condições para a ocupação dos tempos livres, de acordo com os interesses e potencialidades dos jovens.</p>
<p>Lar bom Samaritano</p>	<p>Somos uma instituição particular de solidariedade social que existe desde 1994 com a finalidade de acolher crianças entre os 5 e os 8 anos, em situação de risco, por abandono ou negligência familiar.</p> <p>É dada particular prioridade para a admissão a crianças ligadas por laços familiares, havendo sempre o cuidado de evitar a separação de irmãos.</p> <p>Procuramos melhorar os meios que promovam um desenvolvimento estável a cada criança, na construção do seu projeto de vida.</p>
<p>NECI – Nucleo de Educação à criança inadpatada</p>	<p>Promover a educação, reabilitação, formação, integração e o desenvolvimento das crianças inadaptadas e de pessoas portadoras de deficiência e apoiar e ajudar os seus pais ou responsáveis na resolução dos problemas a elas relativos;</p> <p>Favorecer a integração da criança inadaptada e das pessoas portadoras de deficiência, na família, na escola, no trabalho e no meio social;</p> <p>Intensificar a colaboração entre os pais, professores e terapeutas de crianças inadaptadas e das pessoas portadoras de deficiência, com vista a obter uma melhor conjugação de esforços na sua educação;</p> <p>Elaborar e desenvolver projetos de pré-formação e formação profissional e pessoal, dirigidos a pessoas portadoras de deficiência e à comunidade em geral, que possibilitem a criação de postos de</p>

		trabalho, nesta Instituição ou noutras; Criar, manter e gerir Lares e Centros de Férias para crianças inadaptadas e pessoas portadoras de deficiência.
<b>Artista</b>	Miguel Cheta	Artista plástica natural de Loulé onde também reside e trabalha. Formação na área da serigrafia e vidro pela FCV de Barcelona e FCNV de La Granja. Fundador e responsável do estúdio Inbetween – contemporary studio glass. Participou no Mobilehooome I e II – curso experimental de arte contemporânea.
	Ricardo Lopes	Formação: Curso de iniciação à Olaria no Centro de arte e cultura de Estoi (2001/2003). Licenciatura em Biologia marinha e pescas pela Universidade do Algarve (2002). Curso profissional de cerâmica criativa no Cencal, Caldas da Rainha (2003/2004). Estágios: Atelier Mar em São Vicente, em Cabo Verde (2001). Liceum Sztuk Plastycznych em Czestochowie, na Polónia (2004). Jorge Mealha e Janet Mealha, em Lagos (2004). Francine Lecoq, Côte d’Ázur, França (2007). Workshops: Vidrados de efeitos especiais, com Manuel Keller no Cencal, Caldas da Rainha (2005). Workshop internacional de Arte cerâmica de Tokoname (IWCAT), Japão (2008). Construção de Talhas “Do bairro se faz memória” com mestre oleiro António Velhinho no Cencal, Caldas da Rainha (2009). Residência artística em Jingdezhen, na China, bolseiro da Fundação Oriente (2010). Formador. Curso de Formação inicial de formadores pela Ceal, em Faro (2004). Formador no Museu Municipal de Faro desde 2004 em oficinas escolares (1º e 2º ciclo, para adultos e grupos com necessidades especiais (ACAPO, ASMAL). Formador no Museu Municipal de Loulé em oficinas escolares (1º ciclo) e nas oficinas de verão desde 2009.
	Vasco Célio	É fotógrafo. Frequentou vários cursos e formações na área, destacando-se o CENJOR, onde teve como professores José Soudo e Teresa Siza. Mais tarde faz uma pós-graduação em artes e programação cultural no INUAF e mais recentemente participa no projeto MobileHome. Sócio fundador do estúdio F32, trabalha atualmente como fotógrafo colaborando com várias empresas e instituições e desenvolvendo em paralelo um trabalho como autor que se materializa em projetos expositivos ou editoriais, em diversas áreas das artes visuais sendo a fotografia sempre como mote principal.

Tabela 3.7. - Caracterização dos protagonistas do Grupo B

Género		Area de residência					Idades				
M	F	Faro	Loulé	Albufeira	Portimão	Lagos	5-9	10-14	15-19	25-29	30-34
11	15	1	1	6	15	3	2	13	8	2	1
Total de 26 crianças e jovens											

## 5. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

### 5.1. A entrevista

Na opinião de Quivy e Campenhoudt (1992) a entrevista é uma forma de obtenção de dados que se caracteriza por “por um contato direto entre o investigador e os seus interlocutores” e “por uma fraca diretividade por parte daquele, ” onde acontece “uma verdadeira troca “ e o interlocutor do investigador “exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (p.193). Para os autores a possibilidade de se colarem perguntas abertas facilita a expressão e condução aos objetivos da entrevista, possibilitando o acesso a “ grau máximo de autenticidade e de profundidade.” (p. 193).

A entrevista semidiretiva, ou semidirigida, é considerada a mais frequente na investigação social (é certamente a mais utilizada em investigação social (Quivy & Campenhoudt, 1992). Caracteriza-se por “não ser inteiramente aberta” e por não ser orientada por “ um grande número de perguntas precisas” (p.194). Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) “o investigador dispõe de uma serie de perguntas-guias, relativamente abertas a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” mas “deixará andar” o entrevistado (p.194). Para os autores, “ o investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos, cada vez que o entrevistado deles se afastar, e colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio, no momento mais apropriado e de forma tao natural quanto possível” (p.194).

No presente estudo aplicámos a entrevista como instrumento de recolha de dados. Como indicámos, um dos nossos objetivos focava a análise e compreensão das perceções que os protagonistas grupo A tinham sobre o PLM e a ligação entre as artes e inclusão social. A opção de realizar entrevistas deve-se ao facto de estas, pelas razões que descrevemos acima, se adaptarem aos nossos propósitos, permitindo obter o máximo de autenticidade e profundidade de informação, permitindo os entrevistador se expressarem tendo em atenção os objetivos da nossa investigação e obter informação em primeira mão, percecionando o sentido que dão à sua experiência. Para Fortin (2003), a entrevista face a face é a forma de recolha de dados por inquérito que visa examinar opiniões de uma população ou parte dela. Segundo Quivy (1998) “ as entrevistas e os métodos complementares ajudam o investigador a contactar com a realidade

vivida pelos atores sociais” (p.11).Para o autor, as entrevistas semiestruturadas adequam-se quando o propósito da investigação consiste em obter “ o sentido que os atores dão às suas práticas (...) a leitura que fazem das suas próprias experiências “ (p.22).

### **5.1.1. Análise de conteúdo**

Na investigação social, o método da entrevista associa-se ao método da análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 1992). Para os autores “ durante as entrevistas trata-se, de facto, de fazer aparecer o máximo possível de informação e reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos” (p.196).

A análise de conteúdo incide entre outros, sobre relatórios de entrevistas semidiretivas (Quivy & Campenhoudt, 1992). Segundo os autores “ a escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do «discurso» e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento” (p.224). Para os autores “os métodos complementares são métodos de recolha de dados qualitativos e, portanto, situam-se normalmente a montante da análise de conteúdo, que incidirá sobre as informações reunidas” (p. 229).Uma das principais vantagens deste método apontada (Quivy & Campenhoudt, 1992) por baseia-se no facto de “uma vez que têm por objeto uma comunicação reproduzida num suporte material (geralmente um documento escrito), permitem um controlo posterior sobre o trabalho de investigação” (p. 228).

### **5.2.O questionário**

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) “ o inquérito por questionário “consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expetativas, ao seu nível de conhecimento ou

de um problema, ou ainda sobre outro qualquer ponto que interesse os investigadores” (p.190). Para os autores, a sua aplicação tem como objetivo “ (...) visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem” (p.190) e é considerado quando, de entre outros objetivos sobressai “ o conhecimento de uma população enquanto tal: (...) as suas opiniões” (p.191), uma vez a “ análise de um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão” (p.191).

Existe o questionário de “administração indireta” quando o próprio inquiridor o completa a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido” (p.190) e chama-se “ de administração direta” quando é o próprio inquirido que o preenche” e a aplicação segue a seguinte orientação “ o questionário é-lhe então entregue em mão por um inquiridor encarregado por dar todas as explicações úteis, ou endereçado indiretamente pelo correio ou por qualquer outro meio”(p.190). No entanto, “é preciso sublinhar, que esta representatividade nunca é absoluta, que está sempre limitada por uma margem de erro e que só tem sentido em relação a um certo tipo de perguntas-as que têm sentido para a totalidade da população em questão” (p.191).

Segundo Pinto e Almeida (1995) o questionário “é uma técnica se apoia numa serie de perguntas dirigidas a um conjunto de indivíduos (inquiridos), onde “se recorre a um conjunto de perguntas, inseridas no questionário sob uma forma e segundo uma ordem prévia estritamente programadas”. Quando o inquirido pode responder livremente, embora no âmbito de perguntas previstas, dir-se-á que estas assumem a forma de questões abertas: quando, pelo contrário, o inquirido tem de optar entre uma lista tipificada de respostas, as questões correspondentes dir-se-ão fechada” (p.112). É considerada “ uma técnica de observação não participante, mas autonomizada em relação à entrevista”, sendo que “só nos inquéritos de administração indireta, nos quais é o inquiridor quem formula as perguntas e regista as respostas do inquirido, se estará numa situação assimilável à da entrevista” (p. 112). Pinto e Almeida (1981) sugerem uma metodologia das fases de preparação de um inquérito por questionário: a) Planeamento do inquérito; b) Preparação do instrumento de recolha de dados; c) Trabalho no terreno; d)Análise dos resultados; e) Apresentação dos resultados” (p.113)

Face ao exposto, no nosso estudo aplicámos o questionário, uma vez que pretendíamos conhecer melhor as opiniões de um determinado grupo, verificar as hipóteses de acordo com a teoria. Apoiámo-nos na metodologia das fases de preparação, sendo que no primeiro estabelecemos as perguntas semidirigidas para direcionar os nosso inquiridos e abertas de modo a explorar outros dados. Recorremos à aplicação indireta e direta de acordo com as características dos participantes, sendo que utilizámos a primeira quando aplicámos a jovens e adultos com deficiências e a direta nos restantes.

### **5.2.1. Análise estatística**

Após a aplicação do questionário, recorremos à análise estatística dos dados como método complementar. Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) “ os dados recolhidos por um inquérito por questionário, em que um grande número de respostas são pré-codificadas “ que “só podem, portanto, ser úteis no âmbito de um tratamento quantitativo “ (p.192). No entanto “ a estatística descritiva e a expressão gráfica dos dados são muito mais do que simples métodos de exposição dos resultados” que “não pode substituir a reflexão teórica prévia, a única a fornecer critérios explícitos e estáveis para a recolha, para a organização e, sobretudo, para a interpretação dos dados, assegurando assim a coerência e o sentido de conjunto do trabalho” (p. 221). Existe “tratamento de inquérito “ quando os dados a analisar foram especialmente recolhidos para responder às necessidades da investigação, o que remete para “análises (...) geralmente mais sofisticadas” pelos dados serem “ mais completos e perfeitamente padronizadas à partida” ” (p.223). Uma das vantagens reside “na capacidade dos meios informáticos, que permitem manipular muito rapidamente um grande número de variáveis” (p.223). Quando na investigação se utiliza os recursos da apresentação gráfica das informações, reflete-se em “clareza dos resultados e dos relatórios de investigação” (p.223).

No nosso estudo recorremos a este método complementar uma vez que recolhemos informações em primeira mão, não dispensando a teoria para dar coerência aos nossos resultados, sustentamo-nos também a apresentação gráfica, de modo a clarificar os resultados obtidos.

## **6.Procedimentos de recolha de dados**

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) a recolha de dados é uma operação que “consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra” (p.185). Nesta fase, após a definição das questões e objetivos deste estudo, procedeu-se à elaboração de quatro guiões de entrevista semiestruturada e um guião de questionário. Relativamente aos guiões de entrevista, cada um deles era composto por um conjunto de questões comuns ao grupo A e um conjunto de questões comuns e um conjunto de questões específicas a cada grupo (exceto os dos mentores que criámos um para cada mentor) e um tronco comum de questões comum aos cinco tal como se apresenta abaixo nas tabelas 3.8, 3.9, 3.10 , 3.11., e 3.12, respetivamente. Na primeira coluna surgem os blocos organizadores da entrevista, que se referem ao às principais linhas de análise, a segunda coluna traduz os objetivos de cada linha de análise e na última coluna os tópicos das questão exploratório a atingir o que se pretendia. Clarificámos, em objetivos específicos, as nossas intenções para cada um dos momentos a analisar, o que, posteriormente, nos permitia uma análise comparativa dos dados recolhidos sobre os vários aspetos. Previa-se, em cada caso, a exploração (mais ou menos aprofundada) de questões dentro desse tópico, de acordo com a nossa necessidade e a profundidade de respostas que cada adulto espontaneamente fornecesse. Quanto ao inquérito, elaborámos seguindo a mesma lógica, onde apresentámos perguntas semiestruturadas e abertas, permitindo uma análise mais completa e de acordo como no segundo objetivo deste estudo, que apresentamos na tabela 3.13.

Tabela 3.8. – Guião com as questões comuns aos mentores, instituições e artistas

Categorias/Blocos	Subcategorias
2.1 Política Cultural e a Inclusão Social	2.1.1 Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social
2.2. Impacto da arte na inclusão social	2.2.1. Contribuição da arte para a IS? 2.2.2. Contribuição para uma sociedade mais inclusiva 2.2.3. Participação em atividades artísticas pode fomentar o conhecimento. 2.2.4. Fomentar a cidadania.
2.3. Projeto Lugares Mágicos	2.3.1. Considera que o conceito de inclusão está presente neste projeto. 2.3.2. Podem-se retirar boas práticas deste projeto. 2.3.3. Que avaliação foi feita.

Tabela 3.9. – Guião com as questões específicas para a Direção Regional da Cultura do Algarve

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Política Cultural e a inclusão social	Conhecer os objetivos da Política cultural da Região do ACR/; Perceber se a inclusão é um dos propósitos da PCR; Que medidas tomaram/tomam/dispoem neste âmbito;	3.1.1. Pode explicar-me se a inclusão social foi tida em consideração no estabelecimento da Política Cultural da Região? De que forma?
	Conhecer a importância dada à PCR na luta pela inclusão; Perceber se consideram que a PCR pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva	3.1.2. Considera que a Política Cultural contribui para uma sociedade mais inclusiva?
PLM Preparação	Conhecer os objetivos/ finalidades/motivos da escolha pelo desenvolvimento de um projeto de inclusão social pelas artes	3.1.3. Quais foram as razões que levaram a DRCAlg a promover um projeto de inclusão pelas artes?
	Conhecer a perceção sobre a realidade algarvia para medir a pertinência deste projeto	3.1.4. Tiveram em consideração o panorama social da região do Algarve?
	Conhecer as razões que levaram à escolha daquela associação? Que condições reúne que sejam significativas para poderem desenvolver um projeto neste âmbito?	3.1.5. Porque decidiram convidar o Atelier Educativo a colocar em prática um projeto de âmbito de inclusão pela arte?
	Conhecer os objetivos específicos deste projeto na luta pela inclusão	3.1.6. Quais os objetivos pretendidos quando foi pensado o projeto “Lugares Mágicos”?

Tabela 3.10. – Guião com as questões específicas para a Associação Atelier Educativo

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Construção do projeto	Conhecer os objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?	3.2.1. Quais os motivos que levou o Atelier a aceitar este desafio?
	Conhecer os critérios de escolha dos objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?	3.2.2. Quais os objetivos delineados aquando do

		desenho do projeto “Lugares Mágicos”?
	Conhecer os critérios de seleção as instituições/ os procedimentos	3.2.3.Como foi feita a escolha das instituições?
	Conhecer se houve ou não receptividade por parte das instituições	3.2.4.Qual a receptividade das instituições face a este projeto?

Tabela 3.11. – Guião com as questões específicas para as instituições

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Contributo do projeto	Conhecer os objetivos/ motivações finalidades para integrarem o projeto	3.3.1. Quais os motivos que levaram a Vossa instituição fazer parte deste projeto?
	Conhecer a perceção sobre os impactos gerados nos participantes	3.3.2. Considera que este projeto teve impacto nos participantes da Vossa instituição? (individual, grupal, social)
As artes e a inclusão social	Conhecer a ligação das instituições com outras atividades/iniciativas neste âmbito	3.3.3.A Vossa instituição participa e/ou participou em outras iniciativas de inclusão pela arte?
	Conhecer a importância dada a projetos de inclusão social pelas artes	3.3.4.Na sua opinião acha necessário a continuidade destes projetos? De que forma?
	Conhecer os apoios que tiveram ou têm na área das artes	3.3.5.Apoios na área das artes

Tabela 3.12. – Guião com as questões específicas para os artistas

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Construção do projeto	Conhecer as motivações para aceitar fazer parte do projeto	3.4.1. Qual (ais) o (os) motivo(s) que o levou(aram) a fazer parte deste projeto?
	Conhecer os objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?/	3.4.2. Considera pertinente a realização deste tipo de projetos?

Tabela 3.13. – Guião com as questões do questionário aplicado aos participantes

Bloco	Objetivos	Questão
1.Análise sociodemográfica	Conhecer a zona de residência do participante	1.1. Zona de residência
	Conhecer o género sexual do	1.2. Género sexual

	participante	
	Conhecer a idade do participante num determinado intervalo	1.3.Idade
2. Impactos no participante	Conhecer se o participante gostou ou não de participar no ateliê	2.1.Gostaste de participar no ateliê?
	Conhecer as razões do participante ter gostado ou não de participar no ateliê	2.1.1.Porquê?
	Conhecer o que o participante gostou mais no ateliê	2.2.O que mais gostaste do ateliê?
	Conhecer se o participante gostaria ou não de participar em outros ateliês	2.1. Gostarias de participar em outros ateliês?
	Conhecer as razões do participante de que gostaria ou não de participar em outros ateliês	2.1.1.Porquê?
	Conhecer se participante adquiriu ou não novas aprendizagens	2.4.O que aprendeste no ateliê
	Conhecer a experiência anterior do participante com a arte	2.5. Já tinhas trabalho com arte?
	Conhecer em que situações o participante desenvolveu experiência com a arte	2.5.1. Em que situações?
	Conhecer se o participante aumentou o seu círculo de amigo	2.6. Sentes que fizeste amigos aqui?
	Conhecer os motivos do participante ter aumentado o seu círculo de amigos	2.6.1. Porquê?
	Conhecer se o participante sentiu o reforço das amizades	2.6. Sentes que estás mais amigo dos teus colegas/ amigos?
	Conhecer as razões do participante ter sentido o reforço das amizades	2.7.Porquê?
	Perceber o impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da autoconfiança	2.8.Sentes que estás mais confiante?
	Perceber os motivos do impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da autoconfiança	2.8.1.Porquê?

	Aferir a perceção do participante do projeto na forma de pensar e de expressar melhor a opinião	2.9.Melhoraste a tua forma de pensar e consegues expressar melhor a tua opinião
	Percebers as razões do participante sobre o impacto do projeto na forma de pensar e de expressar melhor a opinião	2.9.1. Porquê?
	Conhecer o impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível de melhoria de trabalho em grupo	2.10.Trabalhas melhor em grupo?
	Conhecer as razões do impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível de melhoria de trabalho em grupo	2.10.1.Porquê?
	Conhecer o impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da sua autonomia	2.11.Sentes-te mais autónomo?
	Conhecer as razões do impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da sua autonomia	2.12.Porquê?

## 7. Procedimentos de análise de dados

Após a recolha de dados procedemos a uma análise qualitativa das entrevistas e uma análise qualitativa e quantitativa dos questionários com recurso. Relativamente às entrevistas procedemos ao tratamento descritivo e de tipo descritivo. Os procedimentos de análise desenvolveram-se pelos passos seguintes: 1. transcrição das entrevistas; 2. leitura de todo o material transcrito; 3. Categorização, por categorias e subcategorias; 4. Reconhecimento/explicitação de indicadores ilustrativos do sentido dos testemunhos recolhidos.

Os protagonistas deste estudo (A Diretora Regional da Cultura do Algarve, a Associação Atelier Educativo, os responsáveis pelas instituições) foram convidados formalmente, via correio eletrónico, para participar neste estudo e todos aceitaram colaborar, autorizando a gravação das

entrevistas. No contacto seguinte foi acordado o local e hora para a realização com cada um dos entrevistados. As entrevistas realizaram-se entre março e outubro de 2012, em local e hora previamente acordados. Foi utilizado um gravador áudio digital, durante a entrevista, para que depois se procedêssemos à análise de conteúdo. Os tutores ateliês foram, primeiramente, contactados via telefone de forma a solicitar a colaboração neste estudo e a responder à entrevista via correio eletrónico. Como não recebemos resposta durante o prazo solicitado foi feito um segundo contacto via telefone, sendo que aceitaram.

Relativamente aos questionários após a recolha de dados procedeu-se a análise descritiva e quantitativa dos dados. Para aplicação dos questionários foi feito o pedido formal junto dos responsáveis das instituições. Alertámos para o facto de serem de cariz confidencial. Combinaram-se diferentes formas de aplicação. Quando os participantes já não se encontravam na instituição, o responsável disponibilizou-se a contactar diretamente com os mesmos e foram digitalizados e enviados ou quando se encontravam fora da instituição foram aplicados pela responsável e acordamos dia e hora para os ir recolher. Quando os participantes se encontravam na instituição apliquei diretamente e face às características de alguns inquiridos, apresentei uma nova interpretação da pergunta e preenchi os questionários.

**PARTE III**

**Resultados**

---

## Capítulo V

### Apresentação e discussão dos resultados

---

#### 1. Introdução

A apresentação e discussão dos resultados será feita em dois principais momentos. No primeiro momento sustentaremos-nos nos depoimentos recolhidos nas entrevistas dos protagonistas do grupo A, que integra os mentores do PLM (Direção Regional da Cultura do Algarve e a Associação Atelier Educativo – Educação pela Arte), as instituições (Casa de proteção à Rapariga, o Lar de Jovens Gaivota da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, Lar Bom Samaritano de Portimão), os artistas que foram os tutores dos ateliês (Vasco Célio, Miguel Cheta e Ricardo Lopes) com o objetivo de apreender a perceção entre a arte e a inclusão social e funcionamento do PLM. Aqui, com base nos depoimentos e opiniões dos protagonistas serão apresentados e discutidos os resultados apurados das questões comuns aos entrevistados e posteriormente das repostas apuradas nas questões específicas a cada grupo, sendo que as questões serão diferentes para os mentores. Num segundo momento, apoiaremos-nos nas opiniões do grupo B, formado pelos participantes dos ateliês, recolhidas através dos questionários aplicados, com o objetivo de apreendermos o impacto gerado pela participação no projeto Lugares Mágicos. Em ambas as partes, os resultados serão apresentados em categorias e subcategorias, uma vez que estas últimas espelham os objetivos que guiaram as entrevistas e questionários que aplicamos aos protagonistas, visando responderem às questões desta investigação.

Ilustramos abaixo, na tabela 3.8., a grelha de categorias e de subcategorias, que apresentamos, de forma contextualizada e detalhada, no capítulo da metodologia. A referida grelha será a base para a apresentação e discussão dos resultados dos intervenientes relativamente às questões comuns ao grupo A.

Tabela 3.8.- Guião com as questões comuns aos mentores, instituições e artistas

<b>Categorias</b>	<b>Objetivos</b>	
<b>2.1. Política Cultural e a Inclusão social</b>	Perceber a valorização atribuída trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social	2.1.1 Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social
<b>2.2.O impacto da inclusão social</b>	Perceber a noção do contributo da arte para uma sociedade mais inclusiva  Perceber o contributo da arte para o conhecimento  Arte fomenta a cidadania	2.2.1. Contribuição da arte para uma sociedade mais inclusiva  2.2.2Contribuição da arte para o conhecimento.  2.2.3. Arte fomenta a cidadania
<b>2.3.PLM</b>	Perceber o conceito de inclusão social no PLM  Perceber Avaliação realizada  Perceber as boas práticas  Perceber a importância da Continuidade do projeto	2.3.1.O conceito de inclusão social no PLM  2.3.1.Avaliação realizada  2.3.3.Boas práticas  2.3.4.Continuidade do projeto

## 2.Análise das entrevistas

Neste ponto iremos proceder à análise das entrevistas em duas fases, na primeira fase focamos o grupo de questões comuns a todos os grupos de intervenientes (mentores, responsáveis das instituições e artistas) que exploramos questão a questão. Na segunda fase tratamos as questões específicas de cada grupo de intervenientes, nomeadamente o grupo de mentores, o grupo dos responsáveis das instituições e o grupo de artistas.

### **2 .Análise das questões comuns ao grupo A**

#### **2.1. Política Cultural e a Inclusão social**

O primeiro bloco é dedicado à Política Cultural onde se procurou explorar a percepção dos inquiridos sobre “Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social”, que reproduzimos na seguinte tabela:

Tabela 4.14 - Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social

		Pergunta 2.1.1. Valorização do trabalho articulado entre as instâncias do poder local/regional e a sociedade civil no âmbito da inclusão social
Mentores	DRCA	Tríade que funcionou neste projeto Essencial noutras áreas Parcerias são essenciais na área da inclusão, do trazer para a arte
	Associação Atelier Educativo	Privilegiamos e trabalhamos em rede Alcançar os miúdos, as instituições.
Instituições	Casa de Proteção à Rapariga	Trabalho em rede, alargado às redes sociais e a parceiros enriquece o trabalho de intervenção
	Lar da Criança Gaivota	Ferramenta fundamental, principalmente entre instituições privadas e a sociedade civil
	Albufeira Lar Bom Samaritano	Concretizou-se neste projeto
	Vasco Célio	Importante como indissociável.
	Miguel Cheta	Essa articulação foi fundamental para a existência deste projeto.
Artistas	Ricardo Lopes	É fundamental, O “poder” de apoiar estes projetos para que se tornem possíveis está tanto do lado de quem toma a iniciativa como de quem o pode tornar real. É esse o papel do poder local/ regional e chegar às pessoas não pode ser uma demanda abstrata, umas belas palavras ditas de 4 em 4 anos...

Relativamente a esta questão, as respostas recolhidas confluem, de forma unânime, na valorização do trabalho em rede, no âmbito da inclusão social. Referem que esta “tríade” funcionou neste projeto, foi fundamental e que deve ser extensível a outras áreas. Na opinião de Martinell (2000),” é fundamental criar formas para articular os vários atores envolvidos no setor – governo local, organizações da sociedade civil, artistas, agentes culturais, empreendedores culturais e empresários” (p.6).

## 2.2. Impacto da arte na inclusão social

O segundo bloco teve objetivos aferir pareceres sobre os impactes da arte. Para esse objetivo apresentámos quatro questões.

### 2.2.1. Contribuição da arte para a Inclusão social

A primeira questão colocada refere-se à contribuição da arte para a IS, cujas respostas se refletem na tabela abaixo:

Tabela 4.15. - Contribuição da arte para a Inclusão social

		Pergunta
		2.2.1. Contribuição da arte para a Inclusão social?
Mentores	Direção Regional da Cultura do Algarve	Meio eficaz que interliga passado e presente
	Associação Atelier Educativo	Veículo alternativo e complementar ao ensino
Instituições	Casa da Rapariga	Indispensável A arte na génese da instituição Voluntários
	Lar de crianças Gaivota	Alternativa mais-valia ao sistema formal Forma mais fácil de trabalhar com crianças com necessidades especiais Descoberta de vocações
	Lara Bom samaritano	Outros olhares da sociedade para a IS

		Alargamento de horizontes (profissões, objetivos) Para a arte da felicidade
Artistas	Vasco Célio	Forma de poder olhar e pensar o mundo numa perspetiva criativa e de interação com o mundo de forma artística ajuda a combater estigmas da exclusão
	Miguel Cheta	Acredito que a arte pode ter um papel importante na inclusão social
	Ricardo Lopes	Sim, porque toda a experiência artística é inclusiva na medida em que nos devolve um sentido de ligação universal e portanto, social.

Os dados recolhidos evidenciam a apreciação positiva de todos os inquiridos sobre o contributo que as artes têm na IS. As respostas traduzem a valorização da arte como uma forma alternativa ao ensino regular, permite uma ligação com o universal e entre o passado e o futuro, forma de lidar com crianças com necessidades especiais, e são promotoras de expansão de horizontes, nomeadamente para a descoberta de vocações. Vários autores referem que a forma de participação em projetos de artes representa diferentes níveis de impactes. Na perspetiva apresentada por Goodland *et al.* (2002) o impacte das artes relaciona-se com a forma de participação nas artes e destacam que “as artes podem deter um melhor potencial papel na inclusão social do que o papel de algumas atividade da comunidade por duas razões” (p.7). Em primeiro lugar “participar nas artes pode ser feito ativamente, como artista, ou passivamente, como audiência. Qualquer um pode fazê-lo” e em segundo lugar “ a participação nas artes é intrinsecamente mais apelativa do que algumas formas tradicionais de desenvolvimento pessoal e da comunidade “ (p.7).

### 2.2.2. Contribuição para uma sociedade inclusiva

O bloco relativo à Inclusão Social desenrola-se numa segunda questão, onde se pretende aferir o contributo da arte para uma sociedade mais inclusiva. As respostas apresentam-se na tabela abaixo:

Tabela 4.16. Contribuição para uma sociedade mais inclusiva

		Pergunta 2.2.2. Contribuição para uma sociedade mais inclusiva
Mentores	Direção Regional da Cultura do Algarve	Sim Um caminho a percorrer desde a ponta do iceberg- caminho a lento mas com intenção Tempos de crise o país deveria investir mais nesta área Verba disponível
	Associação Atelier Educativo	Relaciona passado e presente Torna-nos melhores cidadãos
Instituições	Casa da Rapariga	Sensibilização da sociedade Meio transformador de mentalidades Projeto dá dados para se poder programar
	Lar de crianças Gaivota	Na sociedade geral Menos jovens problemáticos
	Lar Bom Samaritano	Contacto mais direto dos serviços com esta realidade Tomar consciência
Artistas	Vasco Célio	As provas dadas nos ateliês que tenho feito são o reflexo desse resultado efetivo, testemunhado por mim
	Miguel Cheta	Sim. Mas um projeto isolado e a arte tratada com superficialidade não fazem milagres.
	Ricardo Lopes	Sensação de partilha no desenvolvimento individual de competências e na descoberta de novas perguntas, gera sensação de pertença a esta sociedade

Através das respostas obtidas verificamos que há uma opinião consensual de que a arte contribui para uma sociedade mais inclusiva. Para os inquiridos está-se na ponta do iceberg, é importante que se trate a arte com profundidade, a arte tem o poder de transformar mentalidades e de sensibilização da sociedade, contribui para a existência de menos jovens problemáticos, aconteceu no projeto ao provocarem o questionamento das crianças e ao promoverem o sentimento de pertença à sociedade. Goodland *et al.* (2002) consideram que as artes têm um papel potencial na inclusão social porque podem gerar benefícios a nível da comunidade e individual. A nível da comunidade destacam “ melhores redes sociais, fortalecimento da cultura

cívica, consolidação da coesão da comunidade, mais confiança nos cidadãos e nas instituições do governo e um governo mais atento” (p.7).

### 2.2.2. Contribuição da arte para o conhecimento

A terceira questão deste bloco procurou que os inquiridos refletissem sobre o fomento do conhecimento através da arte, cujas respostas reproduzimos na seguinte tabela:

Tabela 4.16. - Contributo da arte para o conhecimento

		Pergunta 2.2.2.Contributo das artes pode fomentar o conhecimento.
Mentores	Direção Regional da Cultura do Algarve	Poder de nos tornar melhor cidadão Pensar pela nossa cabeça Dimensão cultural promove a evolução do pensamento
	Associação Atelier Educativo	As relações promovem o crescimento Relações com uma obra de arte, com os artistas
Instituições	Casa de Proteção à Rapariga	Experiencias na arte, nos relacionamentos levam ao conhecimento
	Lar de jovens Gaivota	Saber não ocupa lugar; Aquisição de competências e aprendizagens
	Lar Bom Samaritano	Desenvolve aptidões, predisposições profissionais
Artistas	Vasco Célio	Contacto com uma outra realidade, a da criação artística, percebem que têm outros rumos Melhoram desempenho escolar Sente a evolução nos ateliês
	Miguel Cheta	Promove a vontade e a necessidade de conhecer
	Ricardo Lopes	Sociedade do conhecimento terá de ser, seguramente, uma sociedade culturalmente evoluída. Conhecimento é cultura, geral e artística Atuar a dois níveis: no domínio da informação e ao nível do desenvolvimento dum espírito construtivamente crítico, sem o qual o conhecimento em si mesmo não serve para nada.

Quanto ao conhecimento, as repostas obtidas indicam o acordo de que a arte contribui para a sua evolução. Segundo os entrevistados o conhecimento acontece no estabelecimento das relações com os artistas, com a arte, gera a aquisição de competências e aprendizagens e a capacidade de questionamento.

### 2.2.3. Fomento da cidadania

A última questão do bloco destina-se a perceber o contributo das artes no fomento da cidadania. As repostas foram reunidas na tabela que apresentamos de seguida:

Tabela 4.17. - Fomento da cidadania

		Pergunta 2.2.4. Fomentar a cidadania.
Mentores	Direção Regional da Cultura do Algarve	Provoca o questionamento Outras formas de ver a vida, melhora a forma de pensar Poder transformativo, não há conhecimentos absolutos
	Associação Atelier Educativo	Arte é o espelho da vida Os artistas trabalham temas importantes do dia-a-dia
Instituições	Casa de Proteção à Rapariga	Acesso à arte é um direito Arte motiva para se aceder aos direitos e consciência dos deveres
	Lar de jovens Gaivota	Acesso igual a atividades artísticas Forma de aprendizagem alternativa
	Lar Bom Samaritano	Desenvolve nos participantes normas e regras de cidadania
Artistas	Vasco Célio	
	Miguel Cheta	Acesso á arte e ao seu ensino! Através da arte são desmantelados muitos estereótipos determinantes para um bom exercício de cidadania! Um cidadão esclarecido, questiona
	Ricardo Lopes	Desenvolve confiança para que os participantes assumam o seu

		lugar num mundo que lhes levanta frequentemente muitas dificuldades
--	--	---

Na questão dedicada à percepção do impacto na cidadania verifica-se que, no geral, a resposta é positiva. Apresentam pontos de vista que confluem e, por vezes, se complementam. Mencionam que a arte provoca o questionamento, tem poder transformativo e de desenvolvimento de confiança. A arte visa o acesso igual, é um direito que fomenta a consciência para outros direitos. Permite adquirir normas e regras. Um dos impactos referido por Barraket (2005) é a ativação da cidadania. “Há algumas evidências de avaliação e anedótica de que as intervenções de artes ter um impacto positivo impacto na integração cívico.

### 2.3. O projeto Lugares Mágicos

O terceiro bloco de questões pretende fornecer uma análise incidente sobre questões que considerámos relevantes para melhor entender a forma como se desenvolveu o projeto. Nesse sentido, considerámos quatro questões, que desenvolvemos abaixo.

#### 2.3.1.O conceito de inclusão social no PLM

A primeira questão pretende aferir sobre a ligação entre o conceito de inclusão social no projeto. As respostas foram reproduzidas na tabela que apresentamos de seguida:

Tabela 4.18- . O conceito de inclusão social no PLM

		Pergunta 2.3.1. Considera que o conceito de inclusão social está presente neste projeto.
Instituições	Casa de Proteção à Rapariga	A DRCA trouxe a arte para os jovens
	Lar de jovens Gaivota	Inclusão faz-se com o encontro entre jovens institucionalizados e não

		institucionalizados Dinamização do projeto
Instituições	Lar Bom Samaritano	Direcionado para um público específico
Artistas	Vasco Célio	O bem estar intelectual que traz a atividade artística contribui nos dias de hoje para uma forte pacificação social das pessoas que o praticam.
	Miguel Cheta	Penso que sim, mas não posso considerar uma criança por estar em uma instituição um excluído da sociedade
	Ricardo Lopes	Por tudo o que disse antes sim, este projeto foi inclusivo, aliás a escolha dos grupos-alvo teve certamente a ver com essa perspectiva de inclusão.

As respostas apresentadas refletem que a maioria considerou ter existido contributo porque se dirigiu a um público específico e pela forma como dinamizado o projeto, exceto um entrevistado por não considerar crianças institucionalizadas em situação de exclusão social e que se deve fomentar o encontro entre crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados. As restantes respostas considera que está presente porque provocou a aproximação da arte às crianças e jovens institucionalizados.

### 2.3.2.Boas práticas do projeto

A segunda questão do bloco remete para a exploração de boas práticas que se podem retirar deste projeto, cujas respostas reproduzimos na tabela abaixo:

Tabela 4. 19 - Boas práticas do projeto

		Pergunta 2.3.2.Podem-se retirar boas práticas deste projeto.
Mentores	Direção Regional da Cultura do Algarve	Fomento entre ligação património, arte e identidade Dar a conhecer e experimentar a arte por artistas Criação de pensadores Projeto singular, aberto Cada projeto imprime uma diferença porque trabalha com pessoas diferentes

	Associação Atelier Educativo	Sem diretivo, fomenta experiência livres, desconhecido Diretivo- focar Trabalhar o grupo Continuidade Celebração
Instituições	Casa de Proteção à Rapariga	Trazer a arte às jovens Importância no projeto de vida
	Lara de Jovens Gaivota	Trabalhar pequenos grupos Desenvolvimento de atividades no interior da Instituição Ligação das instituições e com outras entidades Comunidade vir à instituição
	Lar Bom Samaritano	Valorização do grupo- concretização de peças Proximidade Aquisição de novas e diferentes aprendizagens
Artistas	Vasco Célio	Todas as práticas criativas são boas práticas Disciplinas para um pensar criativo estão cada vez mais presentes e com forte procura
	Miguel Cheta	Não respondeu
	Ricardo Lopes	Ao nível da estrutura e do funcionamento dos ateliês e da articulação com as entidades de acolhimento.

As boas práticas foram percecionadas de formas distintas: o encontro dos participantes com a arte, a criação de pensadores, a valorização do grupo, a articulação do projeto com as instituições e a comunidade ir à instituição, a continuidade do projeto, a liberdade e orientação. No geral, há uma ideia bastante positiva de boas práticas do PLM.

### 2.3.3. A Avaliação do Projeto Lugares Mágicos

A última questão pretende explorar a realização de avaliação sobre o PLM. As respostas encontram-se na tabela que apresentamos de seguida:

Tabela 4.20.- A avaliação do Projeto Lugares Mágicos

		Pergunta 2.3.2. Que avaliação foi feita?
Mentores	Direção Regional da Cultura do Algarve	Não houve avaliação formal com questionários  Avaliação no decorrer dos ateliês entre os artistas, as instituições, as crianças  Dados da avaliação formal para melhorar  Testemunhos no livro contribuíram para melhorar
	Associação Atelier Educativo	Natureza do projeto faz avaliação subjetiva  Bons resultados, grupos interessados
Instituições	Casa de Proteção à Rapariga	De forma informal  Livro
	Lara de Jovens Gaivota	Não nos transmitiram nada
	Lar Bom Samaritano	Não foi realizada
Artistas	Vasco Célio	A avaliação é feita ao longo dos ateliês sem recurso a relatórios escritos para manter a liberdade das crianças
	Miguel Cheta	MC- Não respondeu
	Ricardo Lopes	Da minha parte não o fiz formalmente fizemo-lo informalmente, conversámos sobre o impacto e sobre as mudanças que vimos acontecer em conjunto.

Em relação à questão da avaliação as respostas indicam que houve avaliação informal, sendo que alguns não consideram avaliação propriamente dita, ao longo dos ateliês, não recorrendo a nenhum método físico mas mencionam o livro. Jermyn (2001) apresenta-nos uma tabela, onde reúne três investigações: PAT 10, Williams e Matarasso sobre os princípios de trabalho, onde Matarasso (1997) integra a “avaliação conjunta”. Segundo Barraket (2005) a literatura sublinha a importância da avaliação efetiva se queremos alcançar o impacto das artes na inclusão social. Para a autora, apesar de considerar que não existe um método universal de avaliação, sugere

algumas questões que devem ser consideradas no desenho de uma avaliação efetiva, que são “incorporação da avaliação no programa / projeto de atividade”, os métodos de avaliação devem ser significativos para o *staff* e adequados aos recursos”, os “métodos de avaliação devem avaliar os resultados bem como os produtos” (p.15).

### 1.1. Análise das questões específicas

De forma a completar esta análise e a apreender melhor o projeto, elaborámos questões direcionadas aos mentores (separadamente), às instituições e aos artistas, que apresentamos abaixo, de acordo com a ordem mencionada.

Tabela 3.9. - Guião com as questões específicas para a Direção Regional da Cultura do Algarve

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Política Cultural e a inclusão social	Conhecer os objetivos da Política cultural da Região do ACR;/ Perceber se a inclusão é um dos propósitos da PCR; Que medidas tomaram/tomam/dispõem neste âmbito;	3.1.1Pode explicar-me se a inclusão social foi tida em consideração no estabelecimento da Política Cultural da Região? De que forma?
	Conhecer a importância dada à PCR na luta pela inclusão; Perceber se consideram que a PCR pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva	3.1.2.Considera que a Política Cultural contribui para uma sociedade mais inclusiva?
PLM Preparação	Conhecer os objetivos/ finalidades/motivos da escolha pelo desenvolvimento de um projeto de inclusão social pelas artes	3.1.3.Quais foram as razões que levaram a DRCAlg a promover um projeto de inclusão pelas artes?
	Conhecer a perceção sobre a realidade algarvia para medir a pertinência deste projeto	3.1.4Tiveram em consideração o panorama social da região do Algarve?
	Conhecer as razões que levaram à escolha daquela associação? Que condições reúne que sejam significativas para poderem desenvolver um projeto neste âmbito?	3.1.5.Porque decidiram convidar o Atelier Educativo a colocar em prática um projeto de âmbito de inclusão pela arte?
	Conhecer os objetivos específicos deste projeto na luta pela inclusão	3.1.6Quais os objetivos pretendidos quando foi pensado o projeto “Lugares Mágicos”?

Tabela 4.21. Relação perguntas- respostas da Direção Regional da Cultura do Algarve

Mentor	Pergunta	Resposta
DRCA	Pode explicar-me se a inclusão foi tida em consideração no estabelecimento da Política Cultural da Região? De que forma?	Missão Diversas iniciativas
DRCA	.Considera que a Política Cultural contribui para uma sociedade mais inclusiva?	Torna-nos mais tolerantes ao outro - Poder transformador Ações realizadas alertam para a diferença, necessidades para uma inclusão natural da sociedade
	Quais foram as razões que levaram a DRCALg a promover um projeto de inclusão pelas artes?	A natureza do projeto pode fazer a diferença Contribuir para a mudança de vida de alguém Público-alvo restrito – Crianças institucionalizadas Experiência que se poderia repetir Dar-lhes sentimento de identidade, território Inclusão pela ligação ao património, ao contemporâneo Cultura como elemento interno, de ligação e transformação social
	Tiveram em consideração o panorama social da região do Algarve?	Parceiros são IPSS do Algarve Património algarvio- identidade e território Dar sonho a esta realidade- crianças institucionalizadas
	Porque decidiram desafiar o Atelier Educativo a elaborar e colocar em prática um projeto de âmbito de inclusão pela arte?	Projeto semelhante Trabalham a relação e projetos a longo prazo Experiência da responsável no campo das artes e inclusão aliado à psicologia
	Quais os objetivos pretendidos quando foi pensado o projeto “Lugares Mágicos”?	Provocar a transformação social pelo património aliado à identidade e território Grupos específicos Trabalhar a relação e dar-lhe sentido de construção da sua identidade
	Pensam então fazer mais projetos desta natureza?	Prioridade é investir em projetos desta natureza que transformem a vida das pessoas Depende da questão do orçamento

Relativamente à primeira questão o objetivo consistia em “conhecer os objetivos da Política Cultural da Região do algarve” de forma a “ perceber se a inclusão é um dos propósitos da PCR; Que medidas tomaram/tomam/dispõem neste âmbito”, verificámos que se considera que é “Estabelecida na Missão, na prática, nas atividades”, nalgumas iniciativas como a “ iniciativa Lugares Mágicos “, na forma de aceder aos monumentos (em vários sentidos), na forma de “leitura “dos monumentos“, e apresenta o exemplo da “maquete Braille da Fortaleza de sagres-

parceria com a ACAPO”, na “articulação com entidades (ex.IPSS) - entradas gratuitas”. A segunda questão cujo objetivo era ”Conhecer a importância dada à PCR na luta pela inclusão; Perceber se consideram que a PCR pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva” a resposta é amplamente positiva e começa por referir que ” torna-nos mais tolerantes ao outro”, “tem poder transformador, as “ações realizadas alertam para a diferença”, “necessidades para uma inclusão natural da sociedade”. A terceira questão cujo objetivo é “Conhecer os objetivos/finalidades/motivos da escolha pelo Atelier” as respostas realçam que “a natureza do projeto pode fazer a diferença”, pode “contribuir para a mudança de vida de alguém,” o “público alvo restrito – Crianças institucionalizadas”, “experiência que se poderia repetir,” , “dar-lhes sentimento de identidade, território, Inclusão pela ligação ao património, ao contemporâneo”, “Cultura como elemento interno, de ligação e transformação social”. A quarta questão tinha por objetivo “Conhecer a perceção sobre a realidade algarvia para medir a pertinência deste projeto “, as respostas apresentadas consideram que os “parceiros são IPSS do Algarve” , o “património algarvio- identidade e território”, “dar sonho a esta realidade- às crianças institucionalizadas”. A quinta questão tinha como objetivo “Conhecer as razões que levaram à escolha daquela associação? Que condições reúne que sejam significativas para poderem desenvolver um projeto neste âmbito?”cuja resposta referiu o “desenvolvimento de trabalho em Projeto semelhante, “trabalham a relação e projetos a longo prazo”, “Experiência da responsável no campo das artes e inclusão aliado à psicologia”. A sexta questão tinha por objetivo “Conhecer os objetivos específicos deste projeto na luta pela inclusão” em que destacou o querer “Provocar a transformação social pelo património aliado à identidade e território “, direcionado a“ Grupos específicos” e “trabalhar a relação é dar-lhe sentido de construção da sua identidade”. A sétima questão tinha como objetivo “Conhecer se este foi um projeto pontual/ se se preveem novos projetos/a inclusão social será uma aposta do PC, ” remeteu para a “questão orçamental”, sendo que “a prioridade é fazer projetos que mudem a vida das pessoas”.

### **3.2.Associação Atelier Educativo**

Tabela 3.10. - Guião com as questões específicas para o Atelier

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Construção do projeto	Conhecer os objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?	3.2.1.Quais os motivos que levou o Atelier a aceitar este desafio?
	Conhecer os critérios de escolha dos objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?	3.2.2.Quais os objetivos delineados aquando do desenho do projeto “Lugares Mágicos”?
	Conhecer os critérios de seleção as instituições/ os procedimentos	3.2.3.Como foi feita a escolha das instituições?
	Conhecer se houve ou não recetividade por parte das instituições	3.2.4.Qual a recetividade das instituições face a este projeto?

Tabela 4.22.- Relação perguntas- respostas da Associação Atelier Educativo

Mentor	Pergunta	Resposta
AE	Os motivos para o AE aceitar este convite?	A nossa prática de arte com jovens e artistas O objetivo da nossa associação
	Os objetivos delineados quando do desenho do projeto LM?	Educação patrimonial Despertar os jovens para o património desde uma perspetiva contemporânea
	Como foi feita a escolha das instituições?	Pesquisa e contacto das instituições para parceiros e do património
	Como foi a recetividade?	Muito Positiva O cunho da DRCAlgarve foi importante
	O que se fez? Deram a conhecer os resultados?	As crianças é que transportam a sua experiência Objetos construídos Livro Experiencia duradoura
	Qual foi o objetivo do livro?	Memória viva da 1ª fase do projeto Trabalhar a questão da educação pela arte

Quanto à primeira questão os objetivos pretendiam “ Conhecer os objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença? “ cujas respostas revelaram que “a nossa prática de

arte com jovens e artistas”. Na segunda questão os objetivos focavam “Conhecer os critérios de escolha dos objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença” sendo indicado a “educação patrimonial”, “despertar os jovens para o património desde uma perspetiva contemporânea”. A terceira questão tinha como objetivos “Conhecer os critérios de seleção as instituições/ os procedimentos “ foi indicado que se procedeu a “Pesquisa e contacto das instituições para parceiros e do património”. A quarta questão tinha por objetivo “Conhecer se houve ou não recetividade por parte das instituições” sendo que as respostas revelaram ter sido “Muito Positiva” e destacou que “O cunho da DRCA Algarve foi importante”. A quinta resposta” cujo objetivo se centrou em “ Conhecer se houve transmissão dos resultados aos implicados/ comunicação social”, foi respondido que “ as crianças transportam a sua experiência”, remeteu para os “objetos construídos”, o “Livro” e que esta é uma “Experiencia duradoura”. A sexta questão procurou “Conhecer quais os objetivos/ divulgação/ fomento para novos projetos”, a resposta indicou a “memória viva da 1ª fase do projeto “ e “trabalhar a questão da educação pela arte”.

### 3.3. Instituições

Tabela 3.11. - Guião com as questões específicas para as instituições

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Contributo do projeto	Conhecer os objetivos/ motivações finalidades para integrarem o projeto	3.3.1. Quais os motivos que levaram a Vossa instituição fazer parte deste projeto?
	Conhecer a perceção sobre os impactos gerados nos participantes	3.3.2. Considera que este projeto teve impacto nos participantes da Vossa instituição? (individual, grupal, social)
As artes e a inclusão social	Conhecer a ligação das instituições com outras atividades/iniciativas neste âmbito	3.3.3.A Vossa instituição participa e/ou participou em outras iniciativas de inclusão pela arte?
	Conhecer a importância dada a projetos de inclusão social pelas artes	3.3.4.Na sua opinião acha necessário a continuidade destes projetos? De que forma?
	Conhecer os apoios que tiveram ou têm na área das artes	3.3.5.Apoios na área das artes

Tabela 4.23.- Relação perguntas-respostas das Instituições

Instituições	Pergunta	Resposta
Casa de Proteção à Rapariga	Os motivos de participação no LM?	Trazer a arte para as jovens Trabalhar os seus dramas Transformar a sua história de vida
Lar de Jovens Gaivota		Incentiva o gosto pela fotografia Ocupação de tempos livres Dinâmica do projeto
Lar Bom Samaritano		A forma de apresentação do projeto com base no trabalho em conjunto e de forma simples Virem à instituição
Casa de Proteção à Rapariga	Impacto nos participantes das instituições?	R Realização e valorização pessoal Exposição dos trabalhos
Lar de Jovens Gaivota		Aproximação entre o grupo Participação Desenvolvimento do gosto pela fotografia
Lar Bom Samaritano		Feedback das crianças (querem mais, realização pessoal) Mais valida- destacaram-se as crianças com mais dificuldades de aprendizagem Proximidade entre todos
Casa de Proteção à Rapariga	Participa noutras atividades relacionadas com as artes?	Programação interna
Lar de Jovens Gaivota		Ponto forte - Espetadoras assíduas em atividades culturais
Lar Bom Samaritano		Ocasionalmente (exposições, concursos de banda desenhada, Não
Casa de Proteção à Rapariga	Continuidade?	Numa vertente com outras crianças
Lar de Jovens Gaivota		Quanto mais melhor Sem dúvida
Lar Bom Samaritano		Complementaridade na continuidade

Casa de Proteção à Rapariga	Recebem Apoios?	Ofertas para espetáculos Esporadicamente
Lar de Jovens Gaivota		Fundação Jack Pajet
Lar Bom Samaritano		Não

A primeira questão tinha como objetivo “Conhecer os objetivos/ motivações finalidades para integrarem o projeto” ao que a Casa de proteção à Rapariga respondeu “trazer a arte para as jovens”, “trabalhar os seus dramas” e “transformar a sua história de vida, para o Lar de Jovens Gaivota os motivos prendem-se com “ incentivo do gosto pela fotografia”, ser uma “ forma de Ocupação de tempos livres” e a “dinâmica do projeto” e para o Lar Bom Samaritano a “ forma de apresentação do projeto com base no trabalho em conjunto e de forma simples “, “virem à instituição” foram os motivos de participação. Em relação à segunda questão que tinha por objetivo “Conhecer a perceção sobre os impactos gerados nos participantes”, a resposta da Casa de Proteção à Rapariga “ traduziram a “realização e valorização pessoal” e a “exposição dos trabalhos”, para o Lar de Jovens Gaivota verificou-se na “aproximação entre o grupo”, a “participação” e o “desenvolvimento do gosto pela fotografia” e para o Lar Bom Samaritano “feedback das crianças (querem mais, realização pessoal) “ e o facto de ser uma “Mais validadestacaram-se as crianças com mais dificuldades de aprendizagem “ e contribui para a “Proximidade entre todos”. Relativamente à terceira questão que tinha como objetivo “Conhecer a ligação das instituições com outras atividades/iniciativas neste âmbito” para a Casa de Proteção à Rapariga mencionou a existência de “programação interna” e “ponto forte - Espetadores assíduas em atividades culturais”, para o Lar de Jovens Gaivota “ocasionalmente (exposições, concursos de banda desenhada “ e o Lar Bom Samaritano respondeu negativamente. Sobre a quarta questão cujo objetivo se centrava em “ Conhecer a importância dada a projetos de inclusão social pelas arte” a Casa de Proteção à Rapariga apontou que sim mas “numa vertente com outras crianças“, o Lar de Jovens Gaivota considera que “quanto mais melhor, sem dúvida” e para o Lar Bom Samaritano indicou “ complementaridade na continuidade”. Quanto à última questão, este centrava-se no objetivo de “Conhecer os apoios que tiveram ou têm na área das artes “, a que a Casa de Proteção à Rapariga indicou na forma “Ofertas para espetáculos Esporadicamente”, o Lar de Jovens Gaivota mencionou o apoio da “ Fundação Jack Paget “ e o lar bom samaritano refere que “não.

### 3.4. Artistas – tutores

Tabela 3.12. - Guião com as questões específicas para os artistas

Blocos	Objetivos	Tópicos a questionar
Construção do projeto	Conhecer as motivações para aceitar fazer parte do projeto	3.4.1. Qual (ais) o(os) motivo(os) que o levou(aram) a fazer parte deste projeto?
	Conhecer os objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?/	3.4.2. Considera pertinente a realização deste tipo de projetos?

Tabela 4.24. – Relação perguntas – respostas dos Artistas – Tutores

Mentores	Pergunta	Resposta
Vasco Célio	Pertinente o projeto?	Não só pertinente como pecam por existirem tão poucos.
Miguel Cheta		Cada vez mais este tipo de projetos são importantes, pois com as dificuldades cresce a exclusão!
Ricardo Lopes		Por tudo o que disse antes, sim.
Vasco Célio	Os motivos da participação	Poder ajudar através da minha disciplina de criação, jovens a entenderam a sociedade em que inserem e com Fomentar o ser mais presente e participativos
		Conhecimento prévio da qualidade de outros projetos por eles já desenvolvidos na área cultural. EX. Mobilehome realizado para a C. M. Loulé
Vasco Célio Miguel Cheta Ricardo Lopes		Abordagem assente na relação pessoal para o desenvolvimento de competências  Vontade de aprender e contribuir para o projeto

Relativamente à primeira questão cujo objetivo procurava “Conhecer as motivações para aceitar fazer parte do projeto”, Vasco Célio referiu “poder ajudar através da minha disciplina de criação, jovens a entenderam a sociedade em que inserem” e “fomentar o ser mais presente e participativos”, Miguel Cheta indicou que foi o “conhecimento prévio da qualidade de outros projetos desenvolvidos pela Associação”, Ricardo Lopes referiu que foi “a abordagem assente na relação pessoal para o desenvolvimento de competências” e a “vontade de aprender e contribuir para o projeto”. Quanto à segunda questão que tinha como objetivo “Conhecer os objetivos/ motivações finalidades/ Como podiam fazer a diferença?”, na opinião de Vasco Célio “não só pertinente como pecam por existirem tão poucos”, Miguel Cheta refere que Cada vez mais este

tipo de projetos são importantes, pois com as dificuldades cresce a exclusão” e Ricardo Lopes “por tudo o que disse antes, sim”.

## 5. Análise das questões colocadas aos participantes

Iremos proceder à análise dos questionários com base no guião abaixo apresentado, de forma a obter uma caracterização sociodemográfica sobre os protagonistas aqui designados de grupo B e a recolher o impacto percecionado pela participação nos ateliês.

Tabela 3.13.- Guião com as questões do questionário

Bloco	Objetivos	Questão
5.1.Análise sociodemográfica	Conhecer a zona de residência do participante	5.1.1.Município de residência
	Conhecer o género sexual do participante	5.12.Género sexual
	Conhecer a idade do participante num determinado intervalo	5.1.3.Idade
5.2.Impactos percecionados	Conhecer se o participante gostou ou não de participar no ateliê	5.2.1.Gostaste de participar no ateliê?
	Conhecer as razões do participante ter gostado ou não de participar no ateliê	5.2.1.1.Porquê?
	Conhecer o que o participante gostou mais no ateliê	5.2.2.O que mais gostaste do ateliê?
	Conhecer se o participante gostaria ou não de participar em outros ateliês	5.2.3.Gostarias de participar em outros ateliês?
	Conhecer as razões do participante de que gostaria ou não de participar em outros ateliês	5.2.3.1.Porquê?
	Conhecer se participante adquiriu ou não novas aprendizagens	5.2.4.O que aprendeste no ateliê
	Conhecer a experiência anterior do participante com a arte	5.2.5. Já tinhas trabalho com arte?
	Conhecer em que situações o participante desenvolveu experiência com a arte	5.2.5.1.Em que situações?
	Conhecer se o participante aumentou o seu círculo de amigo	5.6. Sentes que fizeste amigos aqui?
	Conhecer os motivos do participante ter aumentado o seu círculo de amigos	5.6.1. Porquê?
	Conhecer se o participante sentiu o reforço	5.7.Sentes que estás mais amigo dos teus

	das amizades	colegas/ amigos?
	Conhecer as razões do participante ter sentido o reforço das amizades	5.2.7.1.Porquê?
	Perceber o impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da autoconfiança	5.2.8.Sentes que estás mais confiante?
	Perceber os motivos do impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da autoconfiança	5.2.8.1Porquê?
	Aferir a perceção do participante do projeto na forma de pensar e de expressar melhor a opinião	5.2.9.Melhoraste a tua forma de pensar e consegues expressar melhor a tua opinião
	Percebers as razões do participante sobre o impacto do projeto na forma de pensar e de expressar melhor a opinião	5.2.9.1Porquê?
	Conhecer o impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível de melhoria de trabalho em grupo	5.2.10.Tabalhas melhor em grupo?
	Conhecer as razões do impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível de melhoria de trabalho em grupo	5.2.10.1.Porquê?
	Conhecer o impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da sua autonomia	5.2.11.Sentes-te mais autónomo?
	Conhecer as razões do impacto do projeto percecionado pelo participante ao nível da sua autonomia	5.2.12.Porquê?

## 5.1.Análise sociodemográfica

Relativamente ao primeiro bloco, o objetivo pretendido foi proceder à caracterização sociodemográfica da população-alvo inquirida, nomeadamente, município de residência, idade e género (questões 5.1.1., 5.1.2. e 5.1.3.): onde apurámos que a população perfaz um total de 26 crianças e jovens, relativamente à zona de residência apurou-se que seis pertencem a Albufeira, um a Faro, três a Lagos, um a Loulé e quinze a Portimão, duas com idades entre os 5-9 anos (Figura 4.1), em relação à idade verificou-se que treze têm entre os 10-14 anos, oito entre os 15-19 anos, dois entre os 25-29 anos e um entre os 30-34 anos (Figura. 4.2.). Sendo que 15 do género feminino e 11 do género masculino (Figura 4.3.)

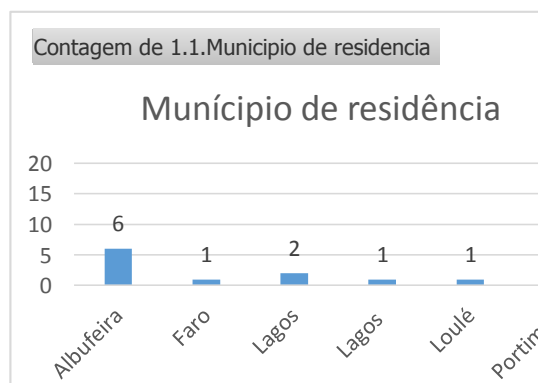


Figura 4.1. Distribuição dos participantes município de residência

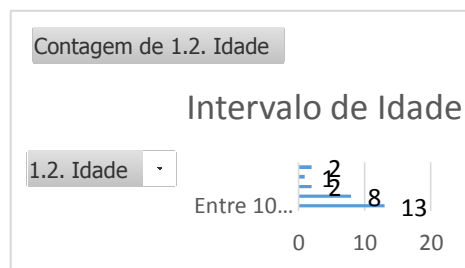


Figura 4.2. Distribuição dos participantes por intervalo de idades

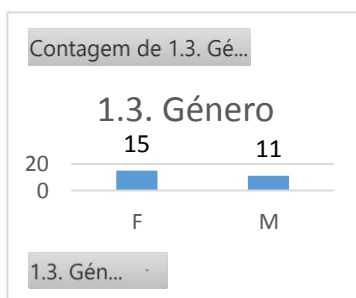


Figura 4.3. Distribuição dos participantes por género sexual

## 5.2. Impactos percebidos

O segundo bloco pretende explorar a opinião dos inquiridos que participaram nos ateliês, de forma a aferir o impacto que os mesmos tiveram neles (questões 2.1. a 2.11.). Nas perguntas abertas definimos categorias de forma a podermos estabelecer uma análise comparativa entre as respostas facultadas pelos participantes e verificar a confluência de opiniões.

### 5.2.1. Gostaste de participar no ateliê?

Em relação à questão número 5.2.1. Gostaste de participar no ateliê? Todos os participantes responderam que sim, sendo que não foi necessário apresentar o gráfico.

#### 5.2.1.1. Porquê?

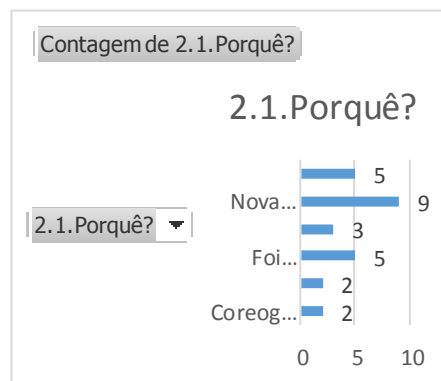


Figura 4.4 – Razões da apreciação do ateliê

Na figura 4.4. verificamos que dos 26 participantes todos responderam afirmativamente e as razões variaram entre as seguintes categorias: cinco responderam que “foi divertido”, nove responderam que “nova experiência”, cinco porque “tiraram fotografias”, três porque “gosto de fazer peças”, dois alegaram “empatia com o monitor”, dois gostaram da “coreografia/música”. Não se verificando nenhuma resposta negativa. O facto de ter sido uma nova experiência foi o

motivo mais significativo. Segundo Kay e Watt (2000, cit. por Barraket, 2005) “atrair pessoas que de outra forma poderiam ser atraídas para participar em atividades da comunidade” (p.6).

Barraket (2005) refere que “existe um forte consenso de que os projetos de artes promovem o envolvimento porque são amplamente apreciados pelos participantes”(p.13). Matarasso(1997, cit. por Jermyn, 2001) concluiu que " é claro que as pessoas obtinham grande prazer de estarem envolvidos em atividades de artes e que contribui muito para a sua qualidade de vida". Propõe que a melhoria da saúde e bem-estar foi um dos resultados da participação artes, através das respostas dadas pelos participantes como "sentir-se melhor ou mais saudável" ou "sentimento mais feliz”(p.23).

### 5. 2.2. O que mais gostaste do ateliê?

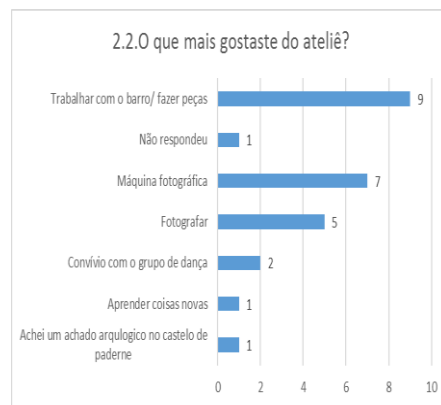


Figura 4.5. O que mais gostaste do ateliê

O objetivo focou-se em perceber os motivos que estão na base das respostas sendo que os resultados foram agrupados por categorias, em que vinte cinco responderam e um não: dois referiram “convívio com o grupo de dança”, sete responderam “Máquina fotográfica”, nove apontaram “Trabalhar com o barro/ fazer peças”, cinco mencionaram “fotografar”, um “achou um achado arqueológico” e um que gosta de “aprender coisas novas”. Para Guetzow (2002) outro benefício das artes reflete-se na “melhoria de competências, capital cultural e criatividade” (p.10).

### 5.2.2.3. Gostarias de participar em outros ateliês?

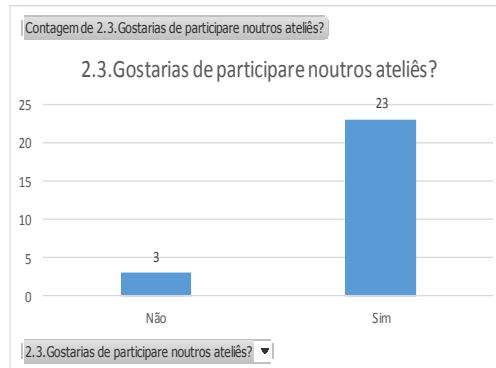


Figura 4.6- Gostarias de participar noutros ateliês

Como se verifica na Figura 4.6.vinte e três responderam que sim, um respondeu que não e um não respondeu.

### 5.2.3.1 Porquê?

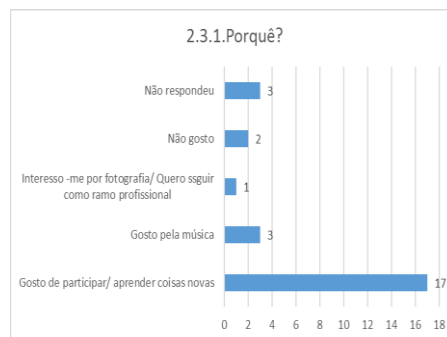


Figura 4.7 –Razões para participação em futuros ateliês

Através da figura 4.7. que explora os motivos dos participantes em quererem participar noutros ateliês: três não responderam, dois responderam “não gosto”, três indicaram “gosto por

música”, e dezassete responderam “Gosto de participar/ Gosto de aprender coisas novas” e um respondeu que “se interessa por fotografia/quer seguir o ramo profissional”.

#### 5.2.4.O que aprendeste no ateliê?

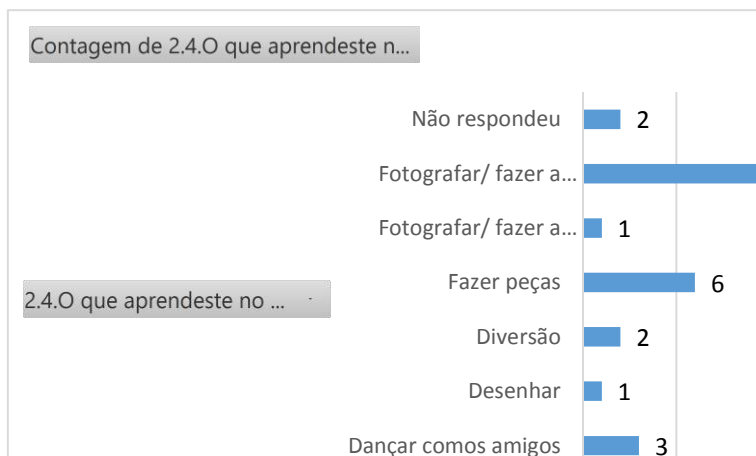


Figura 4.8- Impacto ao nível das aprendizagens no ateliê

Com base na figura 4.8.verificamos que dois não responderam, três responderam “dançar com os amigos”, doze “Fotografar/ fazer a máquina”, dois alegaram “diversão”, um indicou diversão e seis apontaram “fazer peças”. Neste âmbito, sobressai a aprendizagem relacionada com a arte. Segundo Landry et al (1996); Williams (1996 & 1997); Matarasso (1997); DCMS (1999); Blake Stevenson Ltd (2000); NFER (2001) –“ Aumenta a apreciação das artes”.

#### 5.2.2.5.Já tinhas trabalho com arte?

---

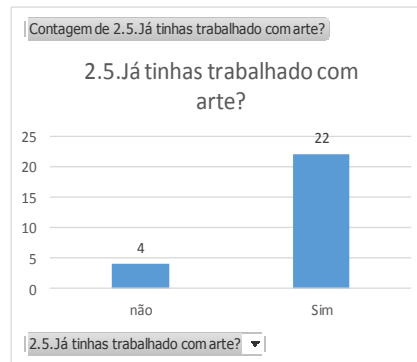


Figura 4.9 – Experiência anterior com arte

Através da figura 4.9. verificamos que a maioria já tinha tido contacto com a arte, sendo que vinte e dois responderam afirmativamente e Quatro negativamente.

### 5.2.5.1. Em que situações?

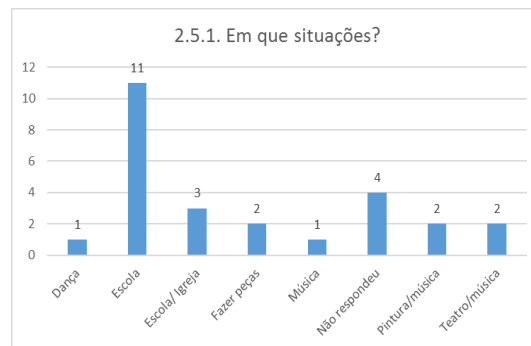


Figura 4.10 – Em que situações?

Face à figura 4.10 constatamos que as situações variam: dois responderam “Teatro/música”, dois em “Pintura/música”, onze responderam “Escola”, um respondeu “música”, três responderam “escola/Igreja”, um respondeu “Dança”, dois responderam “fazer peças” e quatro não responderam. A escola foi a situação mais mencionada onde contactaram com a arte.

### 2.2.6. Sentes que fizeste amigos aqui?

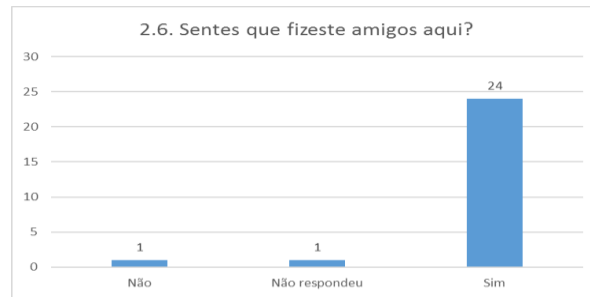


Figura 4.11 – Impacto no aumento de amizades

Com base na figura 4.11 verificamos que dos 26, um não respondeu, 25 responderam afirmativamente, 1 respondeu que não .

### 5.2.6.1. Porquê?

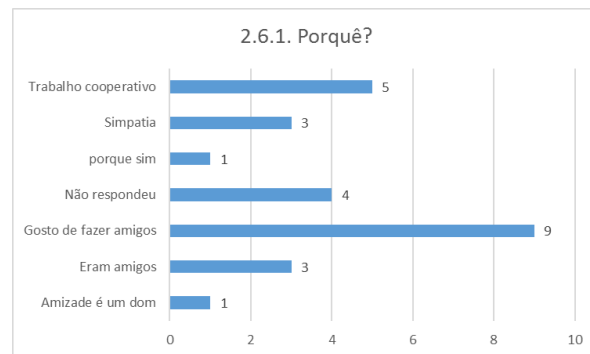


Figura 4. 12 – Razões do aumento de amizades

De acordo com a figura 4.12 que pretende explorar as razões, observamos que os 26, quatro não responderam, nove responderam que “gosto de fazer amigos”, cinco do “trabalho cooperativo”, três alegaram “simpatia”, três “já eram amigos”, um “porque sim”, um “amizade é um dom de deus”. Para Barraket (2005) “Na literatura há uma consistência de evidências de que a participação nas artes fortalece e diversifica as redes pessoais” (p.10). “ Na opinião de Williams (1997, cit. por Barraket, 2005) “identificam-se objetivos comuns, cooperação entre o grupo e comunicação de ideias complexas” (p.10). Ainda a este respeito verificamos que de acordo com a

Tabela de Kevin McCarthy (2002, cit. por Guetzkow, 2002) refere que “Melhora o sentido individual de pertença e de ligação a um grupo” (p.45).

### 5. 2.2.7. Sentes que estás mais amigo dos teus colegas/ amigos?

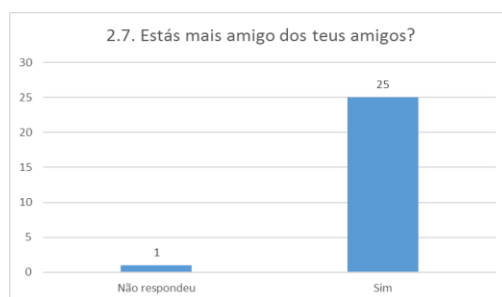


Figura 4.13 – Impacto no fortalecimento dos laços de amizade

De acordo com a figura 4.13, dos 26 participantes, um não respondeu e os 25 responderam afirmativamente.

#### 5.2.2.7.1. Porquê?

Neste ponto não se apresenta gráfico pelas recomendações do programa. Relativamente às razões que justificam o facto de os participantes sentirem que estão mais amigos, um não respondeu, um respondeu “porque sim”, dois “Mencionaram um nome de um outro(a) participante “, seis alegaram” Gosto dos amigos”, dois responderam “brincámos juntos”, sete responderam “conhecemo-nos melhor”, dois responderam “aprendemos juntos”, dois responderam “aprenderam comigo”, um “gosto dos amigos”, um “só no ateliê”. Segundo Goss, 2000; Matarasso 1997; Williams(1995, cit. por Jermyn, 2001) “as artes proporcionam um impulso à criação de capital social e realização de importantes objetivos da comunidade “(p.2). Para Williams, 1997;. Long et al 2002, cit. por Barraket, 2005) “gera redes pessoais mais

fortes “(p.9). Barraket (2005) destaca que os impactos ao nível da comunidade sobressaem o fortalecimento de coesão social e redução de isolamento social.

### 5.2.8. Sentes que estás mais confiante?

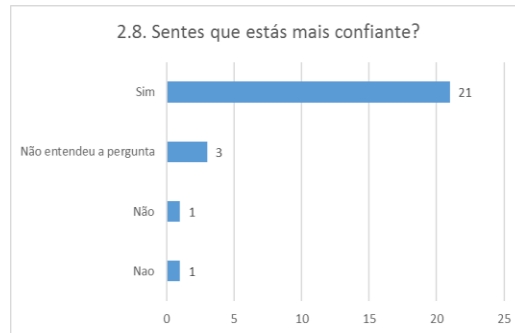


Figura 4.14- Impacto ao nível da confiança

De acordo com a figura 4.14, observamos responderam, vinte e um afirmativamente, dois negativamente.

#### 5.2.8.1. Porquê?

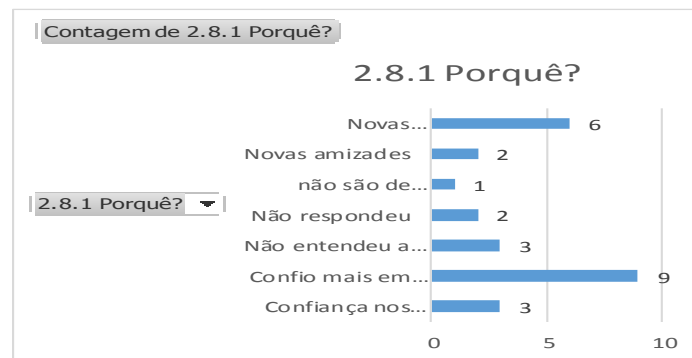


Figura 4.15 - Razões do impacto na confiança

Com base na figura 4.15 dos vinte e seis, seis não responderam, três dos quais (não entenderam a pergunta), nove responderam “confio mais em mim”, dois responderam “novas amizades”, um respondeu que “não são de confiança”, três “confio nos amigos” e seis “novas

aprendizagens”. No geral, verifica-se que houve um aumento de confiança. Na opinião de Jermyn (2001) “ o aumento da autoconfiança é frequentemente sugerido como um resultado da participação nas artes. Tem sido sugerido que os participantes desenvolvem competências criativas e não-criativas, como competências de comunicação ou organizacionais. Jermyn(2001) aponta que num estudo de DCMS, 1999 indicaram benefícios” :autoconfiança, autoestima e sentimento de realização; Habilidades sociais, organizacionais e de marketing; Ajudou as comunidades a expressarem a sua identidade “ (p.16).

Kay e Watt (2000, cit. por Barraket) sobre o papel das artes na regeneração, encontraram evidências de que as artes podem:” melhorar o desenvolvimento pessoal dos indivíduos”(p.6).

Para Baklien 2000; Ball e Keating 2002; Bygren, Konlaan e Johansson, 1996; Turner e Senior 2000, cit.por Jermyn, 2001 a “participação nas artes melhora o bem-estar físico e psicológico “(p.2).Na opinião de Matarasso, 1997; Williams 1997; Long et al.2002; Goodlad et ai. 2002, cit. por Barraket, 2005) consideram que “contribui para o aumento da autoestima e confiança” (p.9).

Goodland, Hamilton e Taylor (2002) consideram que “assegura melhorias de competências, autoconfiança,autoestima,bem-estar” (p.7). De acordo com a Tabela de Kevin McCarthy (2002, cit. por Guetzkow, 2002) “Aumenta o sentido de eficácia individual e autoestima” (p.45). Jermyn (2001) cita Landry et al (1996); Williams (1996 & 1997); Matarasso (1997); DCMS (1999); Blake Stevenson Ltd (2000); NFER (2001) “Desenvolve a autoconfiança e autoestima” (p.14).

### 5 2.2.9.Melhoraste a tua forma de pensar e consegues expressar melhor a tua opinião?

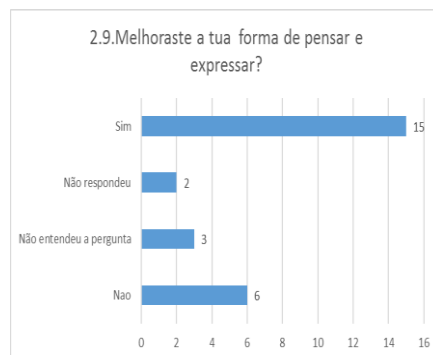


Figura 4.16 – Impacto na forma de pensar e expressar opinião

Com base na figura observamos que dos vinte e seis, seis responderam negativamente, dois não responderam, e quinze afirmativamente. O que se traduz num impacto significativo para a maioria.

### 2.2.9.1.Porquê?

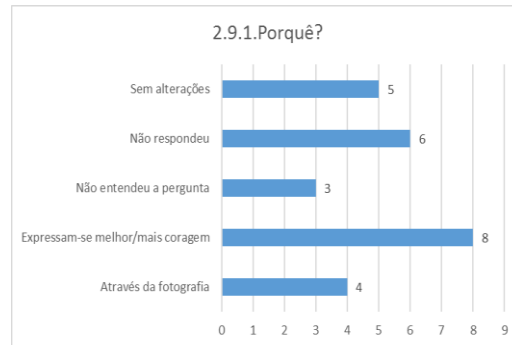


Figura 4.17 – Razões do impacto ao nível da capacidade de raciocínio e de comunicação de ideias

De acordo com a Figura 4.17 observamos que dos vinte e seis, três não perceberam a questão, e dos vinte e três, seis “não responderam”, cinco referiram “sem alterações”, quatro indicaram “através da fotografia”, e oito indicaram que “expressam-se melhor/mais coragem”. Na opinião de” (Matarasso 1997; Kingma 2001;Krensky 2001, cit. por Barraket, 2005) “tem efeito na maior capacidade de reflexão e / ou pensamento estratégico”(p.9). Segundo Matarasso 1997; Williams, 1997; Long et al 2002.;Goodlad et ai. 2002, Kingma 2001; Thiele & Marsden( 2002, cit. por Barraket, 2005 ) permite a “melhoria de competências sociais e criativas” (p.9). De acordo com a Tabela de Kevin McCarthy (2002, cit. por Guetzkow) existe “Impacto a nível cognitivo e psicologico“ e “Aumenta as oportunidades de autoexpressão e diversão” (p.45). Segundo Landry et al (1996); Williams (1996 & 1997); Matarasso (1997); DCMS (1999); Blake Stevenson Ltd (2000); NFER (2001) – p 14 “Aumenta habilidades de criatividade e pensamento”, “Melhora as habilidades em atividades de planeamento e organização” e “Melhora a comunicação de ideias e de informações” e “aumenta a apreciação das artes” . Harland et al (2000, cit. por Jermyn, 2002) sugerem que os estudantes de arte, música, teatro e dança adquiriam certos benefícios, como: satisfação elevada, excitação, realização e liberação terapêutica de tensões, melhoria de

competências e conhecimento associado a formas de artes particulares, melhor conhecimento das questões sociais e da cultura, avanços no desenvolvimento pessoal e social, desenvolvimento da criatividade e habilidades de pensamento, enriquecimento de habilidades de comunicação e de expressão” (p.20).

### 5.2.10. Trabalhas melhor em grupo?

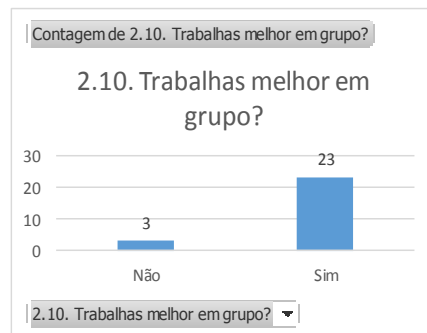


Figura 4.18 – Impacto ao nível da capacidade de trabalhar em grupo

Com base na figura 4.18 constatamos que os vinte e seis, três responderam que não e os outros vinte e três responderam que sim, o que reflete um impacto positivo na melhoria da competência de trabalhar em grupo.

#### 5.2.10.1. Porquê?



Figura 4.19 – Razões da apreciação do trabalho em grupo

Dos vinte seis, só responderam vinte e três, um respondeu que “ não gosto de trabalhar sozinho”, um respondeu “tenho mais amigos”, três responderam “trabalho melhor sozinho” e dezoito responderam “ Entreajuda/ Partilha de ideias”. Landry et al (1996); Williams (1996 & 1997); Matarasso (1997); DCMS (1999); Blake Stevenson Ltd (2000); NFER (2001) – p 14 “Diminui o isolamento social e Aumenta a coesão social” (p.14)

### 5.2.11. Sentes-te mais autónomo (a) ?

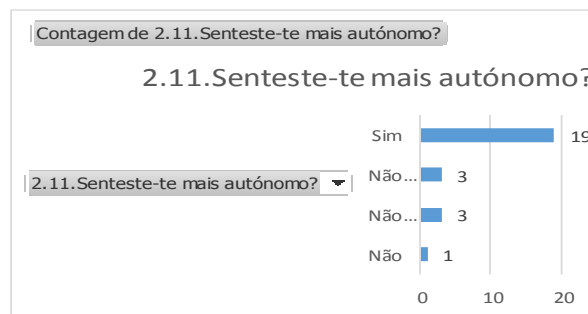


Figura 4.20 – Impacto ao nível da autonomia

Com base na figura 4.20, dos vinte e três participantes, três responderam negativamente ao cabo que vinte responderam positivamente.

#### 5.2.11.1.Porquê?

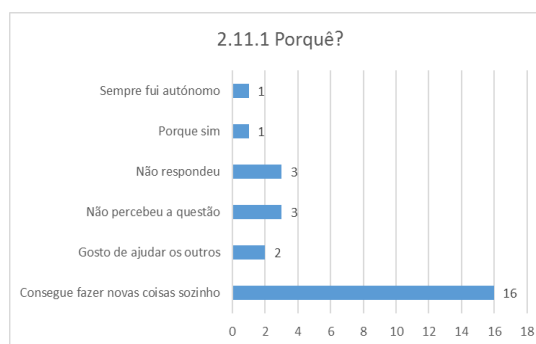


Figura 4.21 – Motivos do impacto ao nível da autonomia

Em relação aos motivos apresentados sobre o impacto na autonomia, um respondeu “porque sim”, um respondeu “sempre fui autónomo”, dois responderam “gosto de ajudar os outros”, três não responderam, dezasseis responderam “ Consigo fazer coisas novas sozinho”. Verifica-se que houve um impacto positivo na melhoria da autonomia.

## CONCLUSÕES

Esta investigação focou-se na análise e compreensão das perceções dos mentores, representantes das instituições, dos artistas e dos participantes no Projeto Lugares Mágicos.

Com base nos resultados que apurámos da nossa análise, e guiando-nos pelos objetivos já apresentados, iremos tentar responder às questões que orientaram a nossa investigação, e que indicamos abaixo:

1. Qual foi a perceção deste Projeto na inclusão social para os mentores, os representantes das instituições e artistas?

2. Qual foi o impacto de um projeto de inclusão pelas artes percecionado pelos participantes?

Relativamente à perceção no âmbito da Política Cultural as respostas recolhidas confluem, de forma unânime, na valorização do trabalho em rede no âmbito da inclusão social. Referem que esta “tríade” funcionou neste projeto, foi considerado fundamental e que deve ser extensível a outras áreas. Quanto ao contributo da arte para a inclusão social foi evidenciada a apreciação positiva de todos os inquiridos sobre o contributo que as artes têm na IS, indicando que a arte é uma forma alternativa ao ensino regular, permite uma ligação com o universal e entre o passado e o futuro, forma de lidar com crianças com necessidades especiais e que é promotora de expansão de horizontes, nomeadamente na descoberta de vocações. Todos consideram que as artes contribuem para uma sociedade mais inclusiva, de entre as respostas, destacamos que se considera que se está na ponta do iceberg, é importante tratar a arte com profundidade, a arte tem o poder de transformar mentalidades e de sensibilização da sociedade, contribui para a existência de menos jovens problemáticos, concretizou-se no projeto ao provocarem o questionamento das crianças e gerarem o sentimento de pertença à sociedade. Todos consideram que a arte contribui para o conhecimento, que acontece das relações com os artistas, com a arte, e gera a aquisição de competências e aprendizagens e fomenta a capacidade de questionamento. Na questão dedicada à perceção do impacto na cidadania verifica-se que no geral a resposta é positiva e apresentam pontos de vista que por vezes confluem e se complementam. Mencionam que a arte provoca o questionamento, tem poder transformativo e de desenvolvimento de confiança. A arte visa o

acesso igual, é um direito que fomenta a consciência para outros direitos. Permite adquirir normas e regras. As respostas apresentadas refletem que a maioria considerou que existe contributo na do projeto na inclusão social porque se dirigiram a um público específico e pela forma como dinamizado o projeto, exceto um entrevistado por não considerar crianças institucionalizadas em situação de exclusão social e que se deve fomentar o encontro entre crianças e jovens institucionalizados e não institucionalizados. As restantes respostas consideram que está presente porque provocou a aproximação da arte às crianças e jovens institucionalizados. As boas práticas foram percecionadas de formas distintas: o encontro dos participantes com a arte, a criação de pensadores, a valorização do grupo, a articulação do projeto com as instituições e a comunidade ir à instituição, a continuidade do projeto, a liberdade e orientação. No geral, há uma ideia bastante positiva de boas práticas do PLM. Em relação à questão da avaliação as respostas destaca-se a avaliação informal, sendo que alguns protagonistas não a consideram avaliação propriamente dita, mas que foi realizada ao longo dos ateliês, não recorrendo a nenhum método físico e mencionam o livro.

Relativamente às questões específicas começamos por apresentar o contributo da Direção Regional da Cultura do Algarve de onde destacamos a inclusão social como integrante dos objetivos da Política cultural que se traduz em algumas iniciativas, por acreditar no poder transformador da arte. Destacamos ainda a génese do projeto focado em grupos específicos, onde se valoriza o trabalho em rede e com artistas, dando sentimento de pertença às crianças e jovens através do património, e com vista à sua continuidade.

Em relação à Associação Atelier Educativo, realçamos que neste projeto a sua base de ação se foca no despertar dos jovens para o património, desde uma perspetiva contemporânea, e que a escolha das instituições teve por a educação pelo património com crianças e jovens institucionalizados.

Em relação às Instituições as respostas obtidas foram diferenciadas e podemos até considerar complementares, de onde destacamos a questão de conhecer a perceção sobre os impactos gerados nos participantes, as respostas refletiram a realização e valorização pessoal, a aproximação entre o grupo, o desenvolvimento do gosto pela arte, o *feedback* positivo das

crianças querem mais, e são uma mais-valia onde se destacaram as crianças com mais dificuldades de aprendizagem, contribuiu para a proximidade entre todos e referem a continuidade dos projetos.

Relativamente aos artistas, as motivações para aceitar fazer parte do projeto destacamos o ajudar com a arte, poder trabalhar a participação, o bom trabalho realizado pela Associação Atelier Educativo e a abordagem assente na relação pessoal para o desenvolvimento de competências e sobre continuidade todos referem que se deve fazer mais perante um cenário de dificuldades crescentes.

Relativamente ao nosso segundo objetivo, com base na análise das perceções dos participantes sobre os impactos deste projeto, podemos considerar que a sua participação surtiu impactos positivos nos níveis apresentados. Todos os participantes indicaram que gostaram de participar no ateliê e os motivos que mais se destacaram foram: “foi divertido”, “nova experiência” porque “tiraram fotografias”. No geral, os participantes gostariam de participar noutros ateliês: com a principal razão de “Gosto de participar/ Gosto de aprender coisas novas”. Relativamente às experiências adquiridas destaca-se a aprendizagem relacionada com arte, de onde sobressai “Fotografar/ fazer a máquina” e “fazer peças”. Quanto à experiência anterior constata-se a “Escola” foi a situação mais mencionada onde contactaram com a arte. Em relação a novas amizades no ateliê todos referiram que sim, cujos principais motivos foram o facto de “gosto de fazer amigos” e “trabalho cooperativo”. Relativamente às razões que justificam o facto de os participantes fortalecerem os laços de amizade, cujas razões que mais se observaram foram “Gosto dos amigos” e porque “conhecemo-nos melhor. No geral, houve uma melhoria no auto-confiança confirmado com “confio mais em mim” e as “novas aprendizagens”. A capacidade de trabalho de grupo aumentou, com base na “ Entreajuda/ Partilha de ideias”. Sobre a capacidade de pensar e de expressar no geral melhorou sendo que ”, indicaram “através da fotografia”, e oito indicaram que “expressam-se melhor/mais coragem”. Em relação aos motivos apresentado sobre o impacto na autonomia, na generalidade percecionou-se um impacto positivo pelo que alegaram “Consigno fazer coisas novas sozinho”.

No nosso estudo tentámos ilustrar a complexidade dos conceitos de Exclusão Social e Inclusão Social, que se transferiu no exercício de defini-los. Verificámos que o acesso e participação... à arte e á cultura, fomentam o desenvolvimento de competências a nível individual e social e a participação social. Por outro lado, observamos que a participação das artes ou a sua função social têm benefícios porque se está a possibilitar a materialização dos direitos culturais, para permitir a sua participação social, ativando a cidadania. Estes impactos são comprovados por estudos, de onde sobressai a questão da necessidade de efetivar uma avaliação eficiente, credível, dos efeitos da exclusão social, para que possa sustentar a ideia-chave de que a inclusão social se pode fazer pelas artes.

Apresentamos a nossa leitura possível sobre uma problemática tão complexa que é a ligação entre a inclusão social e as artes, e considerando que se circunscreve a uma realidade específica, que é o Projeto Lugares Mágicos, realçamos que não teve como objetivo final extrapolar, os resultados obtidos, a outras situações. O que se pretendeu com este questionamento foi obter uma análise, onde se pudesse aferir os impactos para os dois grupos de protagonistas, tendo a avaliação de cada projeto tem de se ter em conta que os resultados varia de acordo “do contexto específico, os participantes e os objetivos particulares de cada atividade” (p.13). Podendo apresentar, de forma sustentada, a ideia de que a inclusão social pelas artes é possível e que esta pode ter um lugar-comum na agenda da Política Cultural do algarve.

Esperamos que a nossa análise possa inspirar estudos futuros, nomeadamente, sobre os a transferência dos efeitos da participação nas artes para outras situações, desenvolvimento de estudos que visem explorar metodologia de avaliação mais rigorosa para medir a aquisição de competências, estudo sobre os efeitos a longo termo que derivam da participação nas artes, os fatores que influência a efetividade de cada atividade artística. Jermyn (2001) refere que a literatura sobre impacto social só surgiu nos últimos cinco anos ou mais e muitas questões ainda têm que ser totalmente explorado: como o conceito de inclusão ou exclusão social está relacionada aos impactos das artes, os efeitos transferíveis de participação artes, desenvolvimento de métodos mais rigorosos para avaliar a aquisição de conhecimentos, a autoconfiança,

autoestima e outros impactos, os efeitos a longo prazo da participação artes, os fatores que influenciam a eficácia de tal atividade.

Na nossa opinião mais pessoal, esperamos que este estudo possa inspirar a integração da inclusão social nos objetivos da agenda da política cultural de forma mais continuada. Não visando a reprodução mas tendo por base as mais-valias deste Projeto, desenvolvendo trabalho de forma articulada com o tecido social e cultural a que se destina. A avaliação coloca-se importante, pois como constatamos, a avaliação efetiva é requerida quando se pretende sustentar os impactos que se geram no âmbito da inclusão social. O gestor cultural tem aqui o papel de mediado, recolhendo as necessidades, expectativas, do contexto específico em que atua. A ideia é inclusão social lugar-comum na agenda da Política Cultural da Região do Algarve.

## **Referências bibliográficas e webgráficas**

- Almeida, J.F. (2003). *Integração social e exclusão social: algumas questões\*\* [versão eletrónica, in Análise Social vol.xxviii (123-124), 1993 (4.º-5.º), pp. 829-834 Lisboa : Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa Retirado de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292685C6oHU6bm4Iv42AH9.pdf> Acedido em: 08/06/12*
- Almeida, J.F., & Pinto, J.M. (1995). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Barraket, J. (2005) *Putting people in the picture? The role of arts in social inclusion*. Melbourne, [Social Policy Working Paper nº4]. Centre for Public Policy University of Melbourne, Melbourne Retirado de [:http://www.bsl.org.au/pdfs/barraket\\_arts\\_social\\_inclusion\\_1.pdf#page=1](http://www.bsl.org.au/pdfs/barraket_arts_social_inclusion_1.pdf#page=1) Acedido em 04/06/12
- Brussa, H. R. (2005) “*La ciudad y su cultura*”. Portal Iberoamericano de Gestión Cultural, Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico, octubre de 2004 Retirado de: [http://www.gestioncultural.org/ficheros/1\\_1316761707\\_HRodriguez-CulturaCiudad.pdf](http://www.gestioncultural.org/ficheros/1_1316761707_HRodriguez-CulturaCiudad.pdf) Acedido a 16/04/2012
- Bayardo, R. (2001) *Cultura, artes e gestão: A profissionalização da gestão cultural*. Associação de Gestores e Técnicos Culturais da Comunidade de Madrid. Retirado de : <http://agetec.org/agetec/descarga/RBayardo.pdf>. Acedido em: 18/04/12
- Borges. T. e Falcão, P. (2010).Projeto Lugares Mágicos. Ministério da Cultura
- Canclini, N.G. (2001) *Definiciones em transición*. In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001, p.65.
- Capucha, Luís M. A. (2000), "Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania", em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta Editora

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ( 2010). Retirado de : <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0389:0403:pt:PDF> Acedido em : 19/05/12

Comunicação da Comissão Europa 2020, Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo ( 2010). Retirado de :[http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020\\_COM\\_final.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020_COM_final.pdf) Acedido em :03/01/12

Conselho Europeu extraordinário de Lisboa (março de 2000): para uma Europa da inovação e do conhecimento. Retirado de: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/education\\_training\\_youth/general\\_framework/c10241\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c10241_pt.htm) Acedido em 16/05/12

Costa, A.B. (2004). “ *Exclusões sociais*” Lisboa: Edição Gradiva (Fundação Mário Soares, cadernos democráticos)

Covas (2001) Panorama da Luta Contra a Exclusão Social. Conceitos e Estratégias. Retirado de: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf> Acedido a : 02/02/12

CULTURE ACTION EUROPE, 2010,  
“*The cultural dimensions of the fight against poverty and social exclusion. A European perspective.*”

Retirado de <http://www.cultureactioneurope.org/images/stories/position%20paper%20final%20EN.pdf> f acedido a 14/03/12

Cultura -Portal da Cultura (201). Sitio do Ministério da Cultura Retirado de ([MChhttp://www.portaldacultura.gov.pt/ministeriocultura](http://www.portaldacultura.gov.pt/ministeriocultura). Acedido a 15/11/11

Cunha, M.H (2007) Gestão cultural. Construindo uma identidade cultural.Retirado de <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MariaHelenaCunha.pdf> Acedido a 12/01/12

- Cushing, P. J. (2003). *Policy Approaches to Framing Social Inclusion Exclusion: An Overview*.  
Canadá : L'Institut Roehrer Institute Acedido em Retirado de  
<http://www.philia.ca/files/pdf/SocialInclusion.pdf> Acedido a 16/05/12
- Duchamp, M. ( 2008) Da inclusão da arte à arte da inclusão – Eglecy Lippman, ANACLETA,  
Guarapuava, Panamá, v.3, nº2, p.9-17, jul/dez 2008
- European Communities ( 2005). The role of culture in reducing poverty and social exclusion  
Retirado de  
[http://ec.europa.eu/employment\\_social/social\\_inclusion/docs/studyculture\\_leaflet\\_en.pdf~](http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/docs/studyculture_leaflet_en.pdf~)  
Acedido em 12/02/12
- Estratégia Europa 2020 (2010) Comissão Europeia. Retirado de  
[http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100303\\_europa\\_2020\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100303_europa_2020_pt.htm) Acedido  
em:10/03/12
- Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Retirado de: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF> Acedido em  
12/03/12
- Acedido em :14/02/12
- Exclusão (2013) Sitio da Infopédia, Enciclopédia e Dicionários Porto Editora na internet.  
Retirado de: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/exclus%C3%A3o> Acedido em :  
04/04/11
- FEDERACIÓN ESTATAL DE ASOCIACIONES DE GESTORES CULTURALES (2009) . El  
libro blanco de las asociaciones de gestores culturales. Retirado de: <http://www.federacion-agc.es/images/Documentos/libroblancofeagcoctubre2009.pdf> Acedido em: 04/01/2012
- Fortin, M.F. (2003). *O Processo de Investigação - da conceção à realização*, Loures:  
Lusociência
- Freiler(2002) .Promoting social inclusion and connectednes . Retirado de  
:[http://www.health.vic.gov.au/healthpromotion/downloads/mhr\\_promoting.pdf](http://www.health.vic.gov.au/healthpromotion/downloads/mhr_promoting.pdf) Acedido a  
05/01/12

- Goodland, R., Hamilton, C. & Taylor, P.D(2002). Not Just a Treat: Arts and Social Inclusion- A report to the Scottish Arts Council. Centre for Cultural Policy Research and Department of Urban Studies, University of Glasgow Retirado de : [http://ec.europa.eu/europe2020/targets/eu-targets/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/targets/eu-targets/index_pt.htm) Acedido em : 04/03/11
- Guerra, P., & Quintela, P. ( 2007 ). *A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: uma nova geração de políticas públicas de proximidade*. Retirado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53670/2/paulaguerracultura000119800.pdf> Acedido em 06/06/12
- Guetzkow, J (2002). *How the Arts Impact Communities: An introduction to the literature on arts impact studies* [ Working Paper Serie, 20] Center for Arts and Cultural Policy Studies, Princeton University Retirado de <http://www.princeton.edu/~artspol/workpap/WP20%20-%20Guetzkow.pdf> Acedido em 12/02/12
- Inclusão social (2004).European Commission, 2004 Joint Report on Social Inclusion (p.8) \*(Joint Report by the Commission and the Council on Social Inclusion, Office for Official Publications of the European Union). Retirado de [http://ec.europa.eu/employment\\_social/soc-prot/soc-incl/final\\_joint\\_inclusion\\_report\\_2003\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/employment_social/soc-prot/soc-incl/final_joint_inclusion_report_2003_en.pdf) Acedido em 07/07/12
- Jermyn, H. (2001) “*The Arts and Social Exclusion: a review prepared for the Arts Council of England*” Acedido em Retirado de [http://www.artscouncil.org.uk/publication\\_archive/arts-and-social-exclusion-a-review-prepared-for-the-arts-council-of-england/](http://www.artscouncil.org.uk/publication_archive/arts-and-social-exclusion-a-review-prepared-for-the-arts-council-of-england/) Acedido em 06/07/12
- Koivunen, H. e Leena, M. (2007) “ Fair Culture? Ethical dimension of cultural policy and cultural rights. Ministry of Education. Acedido em Retirado de <http://www.culturalpolicies.net/web/files/47/en/FairCulture.pdf> Acedido em 12/02/12
- Martinell, A (1999) Los agentes culturales ante los nuevos retos de la gestión cultural Retirado de: <http://www.rieoei.org/rie20a09.htm> Acedido em 12/03/12
- Martinell, A.(2003) “Cultura e cidade: Uma aliança para o desenvolvimento – A experiência da

Espanha”. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003, cap. 6.

Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf> Acedido a 16/03/12

Miranda, M. (2010). *Política cultural*. Retirado de

<http://www.facm.pt/facm/facm/pt/investigacao-documentacao-area-media/documentacao/Comunicacoes/Pol-tica-Cultural> Acedido em 16/07/12

Moreira, A., Pedro, L. (2009). Metodologias de Investigação. Slideshare PDMMEdu. DDTE – DeCA. U. Aveiro Retirado de: <http://www.slideshare.net/lfpedro/plano-investigao-pdmmed> Acedido em:12/01/12

Observatório Cultural (2011) Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 11 (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 201 Retirado de : <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001813.pdf> Acedido em 11/12/11

Oliveira, A.R.(2004). *Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”*. Revista Civitas, Porto Alegre, v..4, nº1, jan.-jun.2004.

Olmos, H.A. (2008) . *Gestión cultural y desarrollo: Claves del desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo* Retirado de [:http://www.aecid.es/galerias/cooperacion/Cultural/descargas/Gestion\\_Cultural.pdf](http://www.aecid.es/galerias/cooperacion/Cultural/descargas/Gestion_Cultural.pdf) Acedido em : 12/05/2011

Omtzigt, D. (2009) Survey on Social inclusion: Theory and Policy [Report Working Paper, 2009] Oxford Institute for Global Economic Development, Oxford University Retirado de

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/archive/policy/future/pdf/1\\_omzigt\\_final\\_formatted.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/policy/future/pdf/1_omzigt_final_formatted.pdf) Acedido em 12/04/12

Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva

- Reis, C.N. (2005) “*Inclusão social: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas*” \*Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. Vol. (pp. Retirado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/998/778> Acedido em : 15/10/11
- Rodrigues, E.V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). *A Pobreza e a exclusão social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Sítio do Repositório Aberto da Universidade do Porto. Retirado de: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf> Acedido em: 04/10/11
- Sasaki, R. (1999). Construindo uma sociedade para todos “. Apresentação Powerpoint retirada de: <http://pt.scribd.com/doc/56632330/Construindo-Uma-Sociedade-Para-Todos-Livro-Sasaki1>. Acedido em : 05/ 07/
- Saraiva, H. (2008). *A gestão da cultura e a cultura da gestão. A importância da capacitação de administradores culturais*. Retirado de: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14323-02.pdf> Acedido em:07/05/11
- Silva, A.S, & Pinto, J.M. ( 1989). *Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Afrontamento
- Silva, L.S. (2008). “Gestão cultural *na e para* a cidade”. Retirado de : <http://www.culturaemercado.com.br/wpcontent/uploads/2008/09/gestaoculturalnaeparaacidae.pdf> Acedido em: 11/09/11
- TEIXEIRA, José.(1997). *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras
- Vleminckx, K., & Berghman, J. (2001). *Social Exclusion and the Welfare State: An Overview of conceptual Issues and Policy Implications*. In: Mayes,D., Berghman, J., & Salais, R. (Eds.), *SocialExclusion and European Policy*. Edward Elgar,Northampton, MA. Retirado de : <http://www.ukessays.com/essays/criminology/social-exclusion-deprivation.php>
- Xiberras, M. (1996). *As Teorias da Exclusão Social para uma Construção do Imaginário do Desvio*. Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa: Instituto Piaget

YÚDICE, G. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

